



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



Credenciamento: Decreto de 29/12/98 - D.O. U. de 30/12/98
Recredenciamento: Portaria 1.473 de 25/5/04 - D.O.U. de 26/5/04

CARMEN LUCIA BORGES TEIXEIRA VALENTI

**PRESERVANDO E DIFUNDINDO A MEMÓRIA ATRAVÉS DA DESCRIÇÃO
DOS LIVROS DE MATRÍCULAS DO INSTITUTO DE ARTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL DOS ANOS DE 1908
A 1941**

Orientação: Profª Dra. Nádia Maria Weber Santos

Co-orientação: Prof. Dr. Rodrigo Lemos Simões

CANOAS, 2015

CARMEN LUCIA BORGES TEIXEIRA VALENTI

**PRESERVANDO E DIFUNDINDO A MEMÓRIA ATRAVÉS DA DESCRIÇÃO
DOS LIVROS DE MATRÍCULAS DO INSTITUTO DE ARTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL DOS ANOS DE 1908
A 1941**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle . UNILASALLE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Prof^a Dra. Nádia Maria Weber Santos

Co-orientação: Prof. Dr. Rodrigo Lemos Simões

CANOAS, 2015

CARMEN LUCIA BORGES TEIXEIRA VALENTI

**PRESERVANDO E DIFUNDINDO A MEMÓRIA ATRAVÉS DA DESCRIÇÃO
DOS LIVROS DE MATRÍCULAS DO INSTITUTO DE ARTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL DOS ANOS DE 1908
A 1941**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle . UNILASALLE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 09 de julho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Nádia Maria Weber Santos
UNILASALLE

Prof. Dr. Rodrigo Lemos Simões
UNILASALLE

Prof^a Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin
UNILASALLE

Prof^a Dra. Isabel Porto Nogueira
UFRGS/UFPEL

Ao meu amado, aos meus pais (*in memoriam*), aos meus sogros (que são como pais pra mim), à minha família e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento, deixo registrados meus sinceros agradecimentos:

Ao meu esposo, Eduardo, pelo seu amor e apoio incondicionais. Sem ele eu não teria seguido em frente.

Aos meus pais, por sempre me incentivarem a ir além. Mesmo que não estejam presentes ao final desta jornada, viram seu início.

Aos meus sogros pelo seu apoio e confiança.

Ao meu irmão, cunhados, sobrinhos e demais familiares, pela motivação, confiança e paciência.

Aos meus amigos, por entenderem minhas ausências.

Às minhas amigas arquivistas Lisandra e Medianeira, pela amizade, apoio e troca de ideias.

Às minhas amigas e colegas do Mestrado: Juliana, Thais, Noêmia, Sônia e Luciana, pela amizade surgida durante os trabalhos em grupo, nos bate-papos dos intervalos, na companhia da volta para casa. Foi muito bom conhecê-las.

Aos demais colegas do Mestrado: Rubens, Alexandre, Plínio, Margela e demais companheiros de caminhada, pela amizade e carinho demonstrados.

A minha orientadora, Nádia, e ao meu co-orientador, Rodrigo, pela convivência, paciência e ensinamentos. Às professoras Cleusa Graebin e Isabel Nogueira pela participação na banca.

Aos meus colegas de trabalho na Pró-Reitoria de Planejamento e no Instituto de Artes da UFRGS, em especial: Laura, Marco, Mario, Tadeu e prof. Ario.

A todos aqueles que, embora não mencionados nominalmente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

A Deus por tudo.

%O objetivo de organizar e conservar adequadamente os arquivos adquire toda a sua dimensão cidadã, se assumirmos que estes centros colaboram muito diretamente no crescimento, entre outros, dos valores do patrimônio público, memória, identidade e conhecimento, os quais, e não por acaso, se associam normalmente às finalidades irrenunciáveis do moderno conceito de cultura.Í

(FULGUERAS,2001)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o resultado de pesquisa sobre a memória registrada em uma pequena parcela do patrimônio documental que o Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trata-se de um conjunto documental constituído pelos livros de matrículas dos alunos do Instituto de Bellas Artes, antigo nome da referida unidade de ensino. Referem-se ao período compreendido entre os anos de 1908 e 1941. Esta investigação tem como objetivo geral propor uma reflexão sobre a importância dos documentos de origem acadêmica da instituição, tanto para a sociedade, quanto para os profissionais multidisciplinares. Adotou-se a pesquisa documental como procedimento e, como método, a análise de fontes documentais. Também se discutiu a importância da arquivologia na construção da memória. Durante sua execução, alguns conceitos da área de arquivologia foram revisados, bem como foi elaborado um breve histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Instituto de Artes e da constituição do acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes. Foram apresentados os livros de matrícula e sua respectiva descrição arquivística; houve a tabulação de alguns dados da pesquisa, assim como foram trazidas informações sobre a preservação dos documentos e acesso do pesquisador a estes. Os produtos finais originados desta pesquisa são: guia do arquivo histórico, catálogo dos livros de matrícula e esta dissertação. Concluiu-se que há uma memória registrada nos livros de matrícula pesquisados, bem como há uma importante relação entre a Arquivologia e a Memória para o desenvolvimento e a preservação do passado da sociedade.

Palavras-chave: Arquivo. Memória. Descrição Arquivística. Difusão.

ABSTRACT

This study aims to present the results of research on memory recorded in a small portion of documentary heritage that the Historical Archive of Rio Institute of Arts of the Federal University of Grande do Sul. It is a set of documents consists of the books enrollment of students of the Institute of Fine Arts, old name of that teaching unit. Refer to the period between the years 1908 and 1941. This research has as main objective to propose a reflection on the importance of academic source documents of the institution, both for society and for multidisciplinary professionals. Adopted the documentary research as a procedure and, as a method, analysis of documentary sources. Also discussed the importance of rquivologia in the construction of memory. During his execution, some concepts of rquivologia area were reviewed and we prepared a brief history of the Federal University of Rio Grande do Sul, the Institute of Arts and the constitution of the collection of the History Institute of the Arts Archive. The registration books and their respective archival description were presented; there was, tabulation of some survey data, and were brought about the preservation of documents and researcher access to these. The originating end products of this research are: Guide historical archive, catalog registration books and this dissertation. It was concluded that there is a recorded memory in the researched registration books, and there is an important relationship between Archival and the memory for the development and preservation of the past society.

Keywords: Archive. Memory. Archival description. Diffusion.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Fotos da inundação que atingiu o porão do Instituto de Artes em 1995.	41
Imagem 2 . Estado em que se encontrava a documentação do AHIA em 1995.	41
Imagem 3 - Estado em que se encontrava a documentação do AHIA em 1995.	42
Imagem 4 - Estado em que se encontrava a documentação do AHIA em 1995.	42
Imagem 5 - Em 1997 nova inundação atinge o AHIA.....	42
Imagem 6 - Em 1997 nova inundação atinge o AHIA.....	43
Imagem 7 - Em 1997 nova inundação atinge o AHIA.....	43
Imagem 8 . Mudança do Arquivo Histórico do Instituto de Artes para o prédio do ICBS.....	44
Imagem 9 . Mudança do Arquivo Histórico do Instituto de Artes para o prédio do ICBS.....	45
Imagem 10 . Sala de pesquisa.....	45
Imagem 11 . Sala de processamento técnico.....	45
Imagem 12 . Sala do acervo . vista parcial.....	46
Imagem 13 - Instalação dos arquivos deslizantes para guarda do acervo histórico do AHIA.....	47
Imagem 14 - Instalação dos arquivos deslizantes para guarda do acervo histórico do AHIA.....	47
Imagem 15 - Livros de matrículas Insituto de Belas Artes - IBA.....	66
Imagem 16 - Registro de matrículas	67
Imagem 17 - Registro de matrículas	67
Imagem 18 . Documento atacado por insetos.....	75
Imagem 19 . Documento mofado devido à umidade.	75
Imagem 20 . 1ª Matrícula de Antônio Tavares Corte Real.	83
Imagem 21 - Matrícula final de Antonio Tavares Corte Real.....	83
Imagem 22 - 1ª Matrícula de Radamés Gnatalli.....	84
Imagem 23 - Matrícula final de Radamés Gnatalli.....	84

Imagem 24 - 1ª Matrícula de Alice Ardohain Soares	85
Imagem 25 - Matrícula de Alice Ardohain Soares	85
Imagem 26 - 1ª Matrícula de Alice Esther Brüggemann	86
Imagem 27 - Matrícula de Alice Esther Brüggemann	86
Imagem 28 - Matrícula de Iberê Camargo	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brasão oficial da UFRGS (à esquerda) e Brasão comemorativo dos 80 anos (à direita)	27
Figura 2 . Ex-Reitores da UFRGS, de 1936 a 1945.	27
Figura 3 . Ex-Reitores da UFRGS, de 1945 a 1980	28
Figura 4 - Ex-Reitores da UFRGS, de 1980 a 2004	28
Figura 5 . Ex-Reitor e atual Reitor UFRGS, de 2004 a 2016.....	29
Figura 6 - Logotipo de 1915 do IBA, representando a Escola de Artes (à esquerda) e o Conservatório de Música (à direita).....	31
Figura 7 - Desenho comparativo entre a 1ª sede do IA, na Senhor dos Passos, em 1908 que foi demolida, o prédio inaugurado em 1943 e a projeção de ampliação, que não chegou a se realizar, apenas a duplicação do prédio do IA foi efetivada.	32
Figura 8 . Folder da exposição de Belas Artes realizada em prol das novas instalações do Instituto em 1943. Ao lado foto do prédio atual do Instituto de Artes, na Rua Senhor dos Passos, nº 248.	33
Figura 9 - Logotipo do Instituto de Artes.....	36
Figura 10 . Verbete 1ª matrícula efetuada em 1908.....	79
Figura 11 . Verbete da matrícula de Iberê Camargo no curso de Técnico de Arquitetura em 1939.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recorte do quadro de dotações às instituições de Ensino Superior federalizadas em 1950.	25
Quadro 2 - Quadro resumo com as datas de anexação / desanexação do IA:	34
Quadro 3 . Equivalência de terminologia dos instrumentos de pesquisa	61
Quadro 4 . Áreas de Descrição da NOBRADE.....	62
Quadro 5 . Levantamento Documental (parcial).....	73
Quadro 6 - Mensuração de matrículas	76
Quadro 7 - Mensuração do número de matrículas por curso	77
Quadro 8 . Índice alfabético do livro 1, matrículas separadas por ano.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 . Percentual de matrículas por sexo.....	77
Gráfico 2 - Percentual de matrículas por curso.	78

LISTA DE SIGLAS

AAP . Sistema de Administração de Acervos Públicos
AHIA . Arquivo Histórico do Instituto de Artes
APERS . Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CONARQ . Conselho Nacional de Arquivos
CONCEPA . Concessionária Rodovia Osório-Porto Alegre
CPD . Centro de Processamento de Dados
CTNDA . Câmara Técnica de Normas de Descrição Arquivística
DAER . Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
DBTA . Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DCF . Departamento de Contabilidade e Finanças
DECORDI . Departamento de Consultoria em Registros Discentes
DIPEP . Divisão de Pesquisas e Projetos
FABICO . Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FAURGS . Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IA . Instituto de Artes
IBA . Instituto de Bellas Artes
ICA-AtoM . Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à memória
ILBA . Instituto Livre de Bellas Artes
ISAD(G) . Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
NOBRADE . Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PROCERGS . Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
PROGRAD . Pró-reitoria de Graduação
PRR . Partido Republicano Rio-grandense
REMAM . Rede de Museus e Acervos da UFRGS
SAAUFRGS . Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SAG . Seção de Arquivo Geral
SESI . Serviço Social da Indústria
SPH . Setor de Patrimônio Histórico

UFRGS . Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPA . Universidade de Porto Alegre

URGS . Universidade do Rio Grande do Sul

UTRGS - Universidade Técnica do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1 1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul	19
1 2. Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	29
1 3. O Arquivo Histórico do Instituto de Artes - AHIA	36
2. CONTEXTUALIZAÇÃO: OS ARQUIVOS E SUAS FUNÇÕES	49
2 1. Os arquivos como agentes de preservação da memória	49
2 2. Gestão Documental.....	54
2 3. Descrição Arquivística.....	55
2 4. Difusão Arquivística.....	57
2 5. Instrumentos de Pesquisa	59
2 6. Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE.....	61
3. A PESQUISA.....	65
3 1. Os Livros de Matrícula.....	65
3 2. Discussão da Pesquisa	71
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE A- Índice Alfabético de nomes de alunos por ano . Livro 1	100
APÊNDICE B- Modelo de descrição	107
ANEXO A . Estrutura da NOBRADE	118
ANEXO B - Código de Identificação do Arquivo Histórico do Instituto de Artes como entidade custodiadora de acervos arquivísticos.....	123
ANEXO C . Quadro de Arranjo do AHIA/UFRGS.....	124

1. INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com a Arquivologia deu-se, em 2002, quando prestei o exame vestibular para o curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A graduação é oferecida pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), no turno da noite, com duração de 08 semestres.

Durante a graduação, tive a oportunidade de trabalhar no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), na Divisão de Pesquisas e Projetos (DIPEP). Primeiramente como estagiária e depois exercendo um cargo em comissão. Esta instituição é responsável pela guarda dos seguintes acervos: Tabelionatos, Registro Civil, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. Além disso, é responsável pela elaboração e implantação das políticas arquivísticas no âmbito do governo estadual.

Uma das atividades desenvolvidas por mim foi a de participar, em conjunto com a equipe técnica do APERS e da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), da implementação do sistema de Administração de Acervos Públicos (AAP), o qual foi desenvolvido especialmente para atender as necessidades e peculiaridades da documentação custodiada por este órgão.

Entre 2007 e 2008, participei da organização da documentação histórica doada pelo engenheiro civil aposentado do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER), Lélcio Soares Araújo. Ele foi participante da Comissão da Travessia, a qual foi criada, em 1954, para acompanhar e fiscalizar a execução das obras de construção da Travessia Régis Bitencourt (composta pelas Pontes do Guaíba, Saco da Alemoa, Furado Grande e Jacuí).

A partir dos documentos recebidos do referido engenheiro, a empresa Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A (CONCEPA), administradora da rodovia, criou o Centro de Memória Ponte do Guaíba. Em 2008, como parte das comemorações dos 50 anos da travessia, foi lançado o livro A Ponte do Guaíba, em que muitos desses documentos serviram como fonte de pesquisa.

Ainda em 2008, fui aprovada no concurso público aberto pela UFRGS para o cargo de arquivista, sendo nomeada em agosto deste mesmo ano. Passei por três setores dentro da universidade: Seção de Arquivo Geral (SAG)

- setor responsável pela guarda dos processos administrativos e órgão central do Sistema de Acervos e Arquivos da UFRGS (SAAUFRGS); Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) - no setor de arquivo deste departamento, o qual é responsável pela guarda dos processos de pagamento, prestação de contas de convênios e processos de importação e Arquivo Histórico do Instituto de Artes (AHIA) - responsável pela guarda da documentação histórico-administrativa, cultural e acadêmica do Instituto de Artes - em que estou como coordenadora.

Neste último local trabalhado, encontra-se o acervo que é o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, os livros de matrículas dos alunos dos cursos oferecidos pelo Instituto de Bellas Artes (IBA), denominação do Instituto de Artes (IA) na época, compreendidas entre os anos de 1908 a 1941.

É importante mencionar que, a partir da década de 1970, a atividade de registro de matrícula passou a ser exercida pelo Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI), vinculado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD).

Este acervo é composto por cinco livros encadernados, os quais possuem, cada um, em média 200 páginas, em formato A2. Os registros de matrículas destes livros são manuscritos, o que pode vir a exigir o uso de técnicas de paleografia¹ para sua leitura. Neles constam os seguintes dados: nome do aluno, data e local de nascimento, filiação, endereço, disciplinas cursadas, notas obtidas nas disciplinas, entre outros.

Os livros em questão apresentam vestígios da degradação sofrida, ao longo do tempo, por manuseio incorreto e descaso com a documentação, tais como: capas e folhas perfuradas pela ação de insetos, lombadas soltas e com pedaços faltando, folhas amareladas, quebradiças e com manchas provocadas pela ação da umidade.

Com este estudo e a elaboração dos instrumentos de pesquisa, pretende-se diminuir o manuseio dos livros originais pelos usuários do arquivo e evidenciar que o processo de descrição é uma das melhores ferramentas que o arquivista pode usar para disponibilizar e difundir a documentação que se encontra sob sua guarda. Acredita-se, assim, que a sociedade gaúcha será

¹ A Paleografia é a ciência que estuda a origem e a evolução da escrita.

beneficiada com o conhecimento sobre a história de uma de suas mais importantes instituições de ensino.

1 1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

As universidades tiveram suas origens na Baixa Idade Média, onde a educação era confinada aos mosteiros e privilégio de poucos (BELLOTTO, 1989, p. 16). Durante a Idade Moderna, por sua vez, as universidades foram, pouco a pouco, cristalizando as suas funções específicas, voltando-se para a busca da verdade, por meio da pesquisa e da criação científica. Neste período, passaram a transmitir o que era pesquisado e criado em suas dependências, sendo este o espírito formador das universidades do século XX.

Ainda segundo Bellotto, a primeira universidade na América Latina foi fundada por jesuítas na Argentina. Já o Brasil, mesmo tendo escolas e faculdades isoladas desde 1808, passou a contar com uma universidade somente a partir de 1909 com a criação da Escola Universitária Livre de Manaus². Nesse momento, iniciou-se a produção/recebimento e acumulação de documentos que dizem respeito ao desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, a primeira universidade criada legalmente pelo governo federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em sete de setembro de 1920, pelo Decreto nº 14.343, fruto da união das Escolas Politécnica e de Medicina e da Faculdade de Direito (FÁVERO, 2006, p. 22).

Até 1822, ano em que o Brasil declarou sua independência de Portugal, o ensino superior em nosso país tinha como referencial a Universidade de Coimbra, a qual era voltada para o claustro, isolada do mundo. Esta referenciadurou por todo o período colonial. Após esta data, surgiram as escolas profissionalizantes, inicialmente nas áreas de Direito, Medicina, Artes Militares e Engenharia. O ensino secundário, por sua vez, ficou responsável pela formação na área humanística (TEIXEIRA, 1964, p. 42).

Ao aproximar-se do final do século XIX, Porto Alegre contava com cerca de 70 mil habitantes e, embora fosse a capital do estado do Rio Grande do Sul,

² Primeira instituição de ensino superior do país, surgiu a partir da Escola de Instrução Militar do Amazonas. (<http://www.ufam.edu.br/index.php/historia-da-ugm>)

não possuía ainda um estabelecimento de nível superior. Um dos motivos era porque enfrentava muitos problemas políticos e econômicos.

Na obra comemorativa aos 70 anos da UFRGS, a professora e historiadora, Sandra Jatahy Pesavento, descreve que a instituição da forma de governo republicano, no Brasil, foi um processo complexo. No Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) assumiu o poder, mobilizado em torno de Júlio de Castilhos, desse modo começou um longo período de quarenta anos de controle do poder político regional por parte dos %Castilhistas+, que tinham no positivismo o norte de sua conduta (PESAVENTO, 2004, p. 18-20).

A proposta deste grupo era que o Estado deixasse de ser exclusivamente agrário e pecuarista, passando a ser também urbano e industrializado. Para isso, uma de suas ações foi o estímulo à implantação de estabelecimentos de ensino superior na capital, para que os jovens gaúchos não necessitassem mais ir para outros estados realizarem sua formação superior.

Dessa maneira, no início do período republicano, o Estado portou-se como um promotor do ensino. Sua ação consistia em servir como %agente de remoção de entraves à iniciativa privada e de guia moral e educador do social+ (PESAVENTO, 2004, p. 20), porém o ensino superior seria de responsabilidade da comunidade, por meio de instituições autônomas com subsídios públicos.

A Escola Livre de Farmácia e Química Industrial foi a primeira instituição de ensino superior de Porto Alegre, fundada em 17 de fevereiro de 1895, com instalação em 1896. O Curso de Partos foi criado em 1897, junto à Santa Casa de Misericórdia, e, no mesmo ano, criou-se o curso de Odontologia, junto à Escola de Farmácia. Estes cursos se uniram, em julho de 1898, para formar a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, 3ª Faculdade de Medicina do país.

Em 10 de agosto de 1896, foi criada a Escola de Engenharia que entrou em funcionamento em 1º de janeiro de 1897 com o objetivo de formar mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento do Estado. Em 1931, esta escola passou a chamar-se %Universidade Técnica do Rio Grande do Sul (UTRGS)+, integrada pelos seguintes institutos, voltados tanto para o ensino superior, quanto para o ensino médio e técnico:

- Instituto de Engenharia . Engenharia Civil, Estradas e Agrimensura;

- Instituto Montauray . Engenharia Mecânica e Elétrica;
- Instituto Borges de Medeiros . Agronomia e Veterinária;
- Instituto Experimental de Agricultura . Pesquisa Agrícola;
- Instituto Coussirat Araújo . Astronomia, Física e Meteorologia;
- Instituto Parobé . cursos para operários;
- Instituto de Química Industrial;
- Instituto Ginásial Júlio de Castilhos . preparação de alunos secundaristas para o ingresso na UTRGS;
- Instituto Pinheiro Machado . cursos para trabalhadores rurais; e
- Instituto de Educação Doméstica e Rural . ensino secundário para meninas.

A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre foi criada em fevereiro de 1900. Em 1909, foi a vez da Escola de Comércio, a qual originou a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola Técnica de Comércio. Finalmente, em 1908, foi fundado o Instituto Livre de Belas Artes, cujos documentos serão o objeto de pesquisa deste trabalho.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a promulgação do Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o qual recebeu a denominação de "Estatuto das Universidades Brasileiras", ocorreu a reorganização dos estabelecimentos de ensino superior. Este documento, no artigo 5º, elencava as exigências mínimas que uma universidade deveria ter:

I congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras; II dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente; III dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária; IV submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto (BRASIL, 1931).

A Universidade de Porto Alegre (UPA) foi criada durante o governo do General José Antônio Flores da Cunha, interventor no Estado de 1930 a 1934 e Governador eleito de 1935 a 1937, por meio do Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934, com a missão de organizar e racionalizar o ensino superior no estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e

promover o aprimoramento da educação em geral. A universidade tinha por objetivo:

a) formar especialistas e técnicos em todas as profissões científicas e artísticas; b) aperfeiçoar a educação intelectual, moral e física das novas gerações e ministrar conhecimentos culturais e práticos que preparem cidadãos úteis à Nação e à humanidade; c) estimular a investigação científica; d) promover a vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, difusão pelo rádio, por filmes e outros processos adequados (RIO GRANDE DO SUL, 1934).

O artigo 2º deste decreto estabelecia quais as instituições particulares de ensino superior que a constituiriam:

Art. 2º - A Universidade de Porto Alegre será constituída dos seguintes estabelecimentos oficiais: a) Faculdade de Medicina, com suas escolas de Odontologia e Farmácia ; b) Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio ; c) Escola de Engenharia ; d) Escola de Agronomia e Veterinária ; e) Faculdade de Educação, Ciências e Letras ; f) Instituto de Bellas Artes (RIO GRANDE DO SUL, 1934).

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras só foi criada por meio do Decreto nº 6.194 de 30 de março de 1936, data posterior à promulgação do decreto supracitado.

Com a criação da UPA e sua equiparação às universidades federais, houve o fim do período de autonomia das instituições particulares de ensino superior de Porto Alegre, mantidas por congregações de professores. O ensino superior no Estado passou a seguir as normas emanadas do Poder Executivo federal. Cabe destacar o fato de que, com exceção da Faculdade de Medicina, que já havia sido federalizada em 1931, as demais instituições permaneciam nas mãos de particulares e enfrentavam sérios problemas financeiros.

O primeiro reitor da nova universidade foi o professor Manoel André da Rocha, nomeado em três de dezembro de 1934. A Reitoria da UPA funcionou, inicialmente, no prédio da Faculdade de Direito. Já o Conselho Universitário foi criado, em 16 de abril de 1936, e, em 30 de maio deste ano, realizou sua primeira reunião (PESAVENTO, 2004, p. 47).

Os primeiros anos foram de muitas mudanças no comando da Reitoria. Ocorreram as renúncias dos professores Manoel André da Rocha (1934-1937); Antonio Saint Pastous de Freitas (1943-1944); Egidio Hervé (1944-1945); o

falecimento do professor Ary de Abreu Lima (2º reitor da UPA, 1939-1941); os mandatos interinos dos professores José Valentim do Monte (vice-reitor de André da Rocha, em 1937) e Martim Gomes (vice-reitor de Abreu Lima, em 1941) e os mandatos de Aurélio Py (1937-1939) e Edgar Luis Schneider (1941-1943).

O Hospital de Clínicas, ligado à universidade, teve sua pedra fundamental lançada em 1943, mas o início de sua construção deu-se apenas em 1947.

Com a promulgação da Constituição Estadual de 1947, a UPA passou a chamar-se Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), para que pudesse anexar instituições de ensino superior localizadas no interior do estado. Isso ocorreu em 1948 com as faculdades das cidades de Pelotas e Santa Maria. Mais tarde, estas unidades foram desincorporadas, com a criação da Universidade Federal de Santa Maria, em 1960, e da Universidade Federal de Pelotas, em 1969.

Art. 36 - A Universidade de Pôrto Alegre passará a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul, a fim de poder congregiar institutos de ensino situados fora da Capital do Estado. Parágrafo único - Ficam encorporados na Universidade do Rio Grande do Sul, desde que satisfeitas as exigências da legislação em vigor, as Faculdades de Direito, de Farmácia e de Odontologia, da cidade de Pelotas, e a Faculdade de Farmácia, de Santa Maria (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1947).

Em 1950, a URGS foi incorporada ao sistema federal de ensino superior, por meio da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, adotando o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na segunda sessão do Conselho Universitário, em 27 de dezembro de 1951, foi aprovado o escudo oficial da universidade (figura 1 . à esquerda).

Art. 3º A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

I - Todos os estabelecimentos integrados presentemente na Universidade do Brasil e nas Universidades de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul, exceto a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, e, inclusive, na Universidade do Recife, a Faculdade Estadual de Filosofia, a que se refere o Decreto nº 28.092, de 8 de maio de 1950, incluídas também a Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul e ainda a Faculdade de Direito de Pelotas, a Faculdade de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de

Santa Maria, ambas já incorporadas à mesma Universidade do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1950).

No parágrafo 1º deste artigo, aparece a fusão dos cursos de Arquitetura oferecidos pelo Instituto de Artes e pela URGS. A Faculdade de Arquitetura foi oficialmente instalada em 1952.

§1º A Universidade do Rio Grande do Sul promoverá o desmembramento do curso de Arquitetura, existente na Escola de Engenharia, que passará a constituir, conjuntamente com o curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, a Faculdade de Arquitetura (BRASIL, 1950).

Dentro do âmbito desta mesma lei, foram criados os seguintes cargos na nova universidade:

IV - na Universidade do Rio Grande do Sul:

- 1 Reitor, símbolo CC-3;
- 23 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Pôrto Alegre;
- 53 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;
- 53 professôres catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia, sendo 41 para o curso de Engenharia e 12 para o de Química Industrial;
- 30 professôres catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia, para o curso de Arquitetura e Urbanismo, os quais deverão integrar a Faculdade de Arquitetura, quando constituída, nos têrmos do § 1º do Art. 3º desta Lei;
- 23 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Pelotas;
- 14 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Odontologia de Pelotas;
- 12 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia de Santa Maria;
- 35 professôres catedráticos, padrão O, na Escola de Agronomia e Veterinária sendo 21 para o curso de Agronomia e 14 para o de Veterinária;
- 30 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas (atual Faculdade de Economia e Administração).

....

VIII - 27 professôres catedráticos, padrão O, e 8 professôres, padrão K, para os cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes, de Pôrto Alegre (*ipsis litteris*) (BRASIL, 1950).

A federalização solucionou vários problemas da universidade, pois esta passou a receber dinheiro do orçamento da União, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Recorte do quadro de dotações a instituições de Ensino Superior federalizadas em 1950.

DOTAÇÕES PREVISTAS					
Unidade da Federação / Estabelecimentos de Ensino	Dotação já em vigor	Pessoal Permanente	Funções gratificadas	Pessoal extranumerário	Material
XIV - Rio Grande do Sul:					
26 Faculdade de Filosofia		5.342.400,00	32.400,00	1.875.600,00	600.000,00
27 Faculdade de Direito		2.318.400,00	32.400,00	788.400,00	200.000,00
28 Escola de Engenharia, com cursos de Minas e Metalurgia e de Arquitetura e Urbanismo e de Química		8.164.800,00	32.400,00	4.952.800,00	2.600.000,00
29 Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina				720.000,00	1.000.000,00
30 Escola de Agronomia e Veterinária		3.528.000,00	32.400,00	1.941.600,00	1.000.000,00
31 Faculdade de Ciências Econômicas		3.024.000,00	32.400,00	1.047.000,00	300.000,00
32 Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes		3.135.360,00	32.400,00	350.000,00	400.000,00
33 Faculdade de Direito de Pelotas		2.318.400,00	32.400,00	100.000,00	100.000,00
34 Faculdade de Odontologia de Pelotas		1.411.200,00	32.400,00	771.260,00	260.000,00
35 Faculdade de Farmácia de Santa Maria		1.209.600,00	32.400,00	460.940,00	190.000,00
36 Reitoria, inclusive imprensa universitária		132.000,00	14.400,00	292.800,00	600.000,00
Total da dotações em vigor					
Soma das dotações previstas		30.584.160,00	306.000,00	13.300.400,00	7.250.000,00

Fonte: Lei Federal nº 1254 de 4/12/1950.

Entre as décadas de 1950 e 1970, vários órgãos foram criados ou desmembrados entre outros já existentes, por exemplo: a Rádio Universitária; a Gráfica da universidade; a Faculdade de Arquitetura; a Escola de Enfermagem; o Instituto de Matemática; o Colégio de Aplicação; o Instituto de Física; o Instituto de Pesquisas Hidráulicas; o Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos; a Faculdade de Odontologia; a Faculdade de Farmácia; a Faculdade de Economia e Administração, desmembrada anos depois em Faculdade de Ciências Econômicas e Escola de Administração; Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas; a Escola de Educação Física; a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; o Hospital de Clínicas Veterinárias; os restaurantes universitários; a casa do estudante, entre outros.

Ainda nos anos 70, foi assinado convênio para a construção do *Campus* do Vale pelo Reitor Ivo Wolff, o qual atuou entre os anos de 1972 e 1976. A universidade, assim, expandiu-se territorialmente, construindo todo um complexo de prédios para abrigar, tanto unidades acadêmicas, quanto setores administrativos.

A UFRGS, atualmente, é uma instituição que abrange todas as áreas do conhecimento nas suas atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão. Oferece, atualmente, 97 cursos de Graduação, sendo 89 presenciais e 8 a distância, 72 Mestrados Acadêmicos, 9 Mestrados Profissionalizantes e 69 Doutorados. Sua estrutura é composta por 27 Unidades Acadêmicas divididos em: 13 Institutos, 10 Faculdades e 4 Escolas, localizadas em 7 *Campi* (Centro, Saúde, Olímpico, Vale da Agronomia, Eldorado do Sul, Imbé e Litoral Norte)³. A instituição administra um dos maiores orçamentos do estado do Rio Grande do Sul, maior, inclusive, que muitos municípios gaúchos.

Em 2014, ficou em 4º lugar na classificação geral do ranking⁴ sobre as universidades brasileiras divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, além disso, 2ª colocada no indicador %Ensino+ e 5ª colocada no indicador %Pesquisa+. Neste mesmo ano, passou a figurar entre as dez melhores universidades da América Latina⁵, os indicadores avaliados foram: reputação acadêmica, citações em artigos, produção de artigos, proporção de docentes com doutorado, impacto na web e número de estudantes. Esta boa posição na classificação da UFRGS entre suas congêneres deve-se, em grande parte, à dedicação de seus dirigentes e servidores, além de ser fruto do empenho de seus alunos.

A UFRGS ocupa hoje uma posição de destaque no cenário nacional pela excelente qualificação de seus docentes e discentes, sendo uma importante agente fomentadora de mudanças sociais e culturais na sociedade gaúcha. É uma universidade viva e dinâmica voltada para a qualidade acadêmica, além de ser científica e comprometida em irradiar conhecimento para a sociedade

³Docentes de Ensino Superior e Básico: 2733 (2668 do quadro permanente e 65 substitutos), Técnico-administrativos: 2799, Terceirizados: 2089. (dados atualizados em 13/03/2015)

⁴ Dados obtidos em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/perfil/universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-ufrgs-112223.shtml>>. Acesso em 15/03/2015.

⁵ Segundo a empresa inglesa QS. Disponível em: <[http://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2014#sorting=rank+region="+country="+faculty="+stars=false+search](http://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2014#sorting=rank+region=)>. Acesso em: 15/03/2015.

por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, ao longo de seus 80 anos completados em 2014 (figura 1 . à direita).

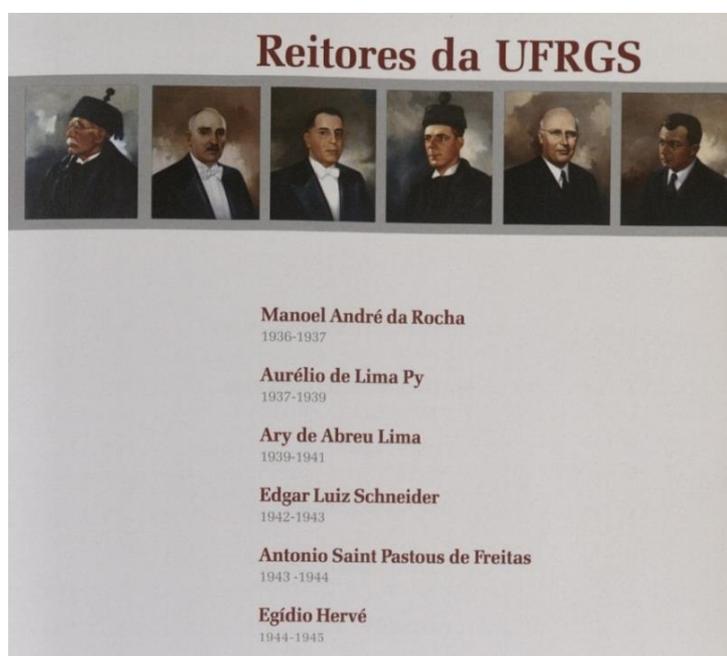
As figuras 2, 3, 4 e 5 trazem os nomes e os respectivos mandatos de cada um dos ex-Reitores da universidade, incluindo o atual Reitor, o professor Carlos Alexandre Netto.

Figura 1 - Brasão oficial da UFRGS (à esquerda) e brasão comemorativo dos 80 anos (à direita)⁶.



Fonte: http://www.ufrgs.br/imprensa/?page_id=641

Figura 2 . Ex-Reitores da UFRGS, de 1936 a 1945.



Fonte: Publicação comemorativa dos 70 anos da UFRGS.

⁶ As figuras e imagens deste texto são meramente ilustrativas e não serão objeto de análise. Foram consideradas como figuras as ilustrações digitalizadas de livros e/ou retiradas de sítios eletrônicos. Como imagens, os representantes digitais de fotos tiradas pela autora ou de fotos constantes do acervo do AHIA.

Figura 3 . Ex-Reitores da UFRGS, de 1945 a 1980



Fonte: Publicação comemorativa dos 70 anos da UFRGS.

Figura 4 - Ex-Reitores da UFRGS, de 1980 a 2004



Fonte: Publicação comemorativa dos 70 anos da UFRGS.

Figura 5 . Ex-Reitor e atual Reitor UFRGS, de 2004 a 2016

	
José Carlos Ferraz Hennemann 24.09.04 a 23.09.08	Carlos Alexandre Netto 24.09.2008 a 2016

Fonte: Foto Hennemann, quadro da Galeria de ex-Reitores da UFRGS (foto de Thiago Cruz).

Foto Carlos Alexandre Netto (Fonte:<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/galerias/reconducao-do-reitor-carlos-alexandre-netto/reconducao-do-reitor-carlos-alexandre-netto/image>).

1 2. Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi fundado em 22 de abril de 1908, nas dependências do prédio onde funcionava a Faculdade de Direito e a Biblioteca Pública do Estado, com a denominação de Instituto Livre de Belas Artes (ILBA), por iniciativa de intelectuais e artistas, a convite do Dr. Carlos Barbosa:

Iniciador da fundação de um Instituto Livre de Bellas Artes, desvaneço-me em convidar-vos para fazerdes parte da comissão que deve promover a real fundação e organização de tão util estabelecimento ao qual ligareis o vosso laureado nome, cooperando effzicamente para o desenvolvimento artistico de nossa terra. Confiante na vossa elevada cultura intellectual, espero merecer o vosso franco apoio e concurso. Com mui distincta consideração, honrosamente me firmo⁷ (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes).

O convite acima foi dirigido aos residentes de Porto Alegre e para os do interior foram enviadas cartas com o teor abaixo:

Ilustre amigo e patricio
Brevemente, por iniciativa minha e concurso de salientes membros da nossa melhor sociedade, fundar-se-á, nesta capital, um Instituto Livre de Bellas Artes, para o ensino theorico e pratico de todas ellas, como, decerto, já terei noticias pelo muito que do assumpto se tem ocupado toda a imprensa.

⁷Documento pertencente ao acervo do AHIA, encadernado em um volume com o título de %Correspondência Diversa Expedida nos anos de 1908 a 1925+, onde constam diversos tipos documentais, tais como: ofícios, cartas, relações de formandos, relatórios, noticiário da imprensa, entre outros.

Para levar a cabo tão grande e util empreendimento, preciso, porem, do apoio e concurso de todos os municípios deste Estado, o que estou certo, de conseguir.

E nessa certeza solicito a vossa benevolência, remetendo-vos a lista inclusa, a fim de que vos empenheis em obter o maior numero possível de subscriptores das acções, que serão emitidas para a constituição do patrimônio social.

Convencido de que facilmente comprehendereis o alcance dessa iniciativa, cujo êxito muito de vós depende, antecipadamente vos envio os meus mais sinceros agradecimentos e como sempre, com a mais distincta consideração, me subscrevo

att^o am^o e patricio⁸ (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes).

Entre os que aceitaram o convite e participaram da fundação do ILBA estão o então Presidente do Estado Doutor Carlos Barbosa Gonçalves⁹, o professor da Faculdade de Medicina, Dr. Olinto de Oliveira, o maestro José de Araújo Vianna, o pintor Libindo Ferrás, o violinista José Morini, a professora Julieta Felizardo Leão e as cantoras Olinta Braga e Amália Iracema. Além desses, também foram fundadores do ILBA os senhores: Dr. João Birnfeld, Rodolpho Ahrons, Cirne Lima, Plinio Alvim, José Montaury¹⁰, Possidonio Cunha, Joaquim Birnfeld, Gonçalves de Almeida, Caldas Júnior, Coronel Carlos Campos, do Exército, Coronel Carlos Pinto, da Brigada Militar, Capitão-tenente Octavio de Lima e Silva, da Armada, José Gertum, João Petersen, Ambrósio Archer, Guilherme Pfeiffer, Aurélio Bittencourt, Ezequiel Ubatuba e Carvalho Freitas. Destes, à exceção do Dr. Carlos Barbosa e do farmacêutico Carvalho Freitas, todos os demais vieram a compor a Comissão Central, responsável pela organização e funcionamento do instituto, sendo eleitos para dirigi-la os senhores Dr. Olinto de Oliveira, como Presidente, Ezequiel Ubatuba, Secretário, e Guilherme Pfeiffer, como Tesoureiro (AHIA, Livro de Atas nº 1).

O ILBA, conforme seu estatuto, aprovado em 14 de agosto de 1908¹¹, deveria obrigatoriamente ser formado por dois órgãos distintos: o Conservatório de Música e a Escola de Artes, cada um deles com seu diretor técnico.

O primeiro a iniciar suas atividades foi o Conservatório de Música. Abriu suas portas em cinco de julho de 1909, sob a direção do maestro Araújo Viana.

⁸ Documento pertencente ao acervo do AHIA, encadernado em um volume com o título de Correspondência Diversa Expedida nos anos de 1908 a 1925+, onde constam diversos tipos documentais, tais como: ofícios, cartas, relações de formandos, relatórios, noticiário da imprensa, entre outros.

⁹ Mandato de 25/01/1908 a 25/01/1913

¹⁰ Intendente (Prefeito) de Porto Alegre entre 15/03/1897 e 15/10/1924.

¹¹ Documento pertencente ao acervo do AHIA, Estatuto do Instituto Livre de Bellas Artes.

Nele eram oferecidos os cursos de teoria musical, canto, instrumentos e harmonia e composição.

A Escola de Artes iniciou suas atividades, em 10 de fevereiro de 1910, dirigida por Libindo Ferraz, voltada para o ensino e o estudo teórico e prático das artes plásticas, envolvendo os cursos de pintura, escultura, arquitetura e artes de aplicação industrial.

O logotipo abaixo, extraído de um documento de 1915, mostra duas figuras representativas, a da esquerda representa a Escola de Artes, em que uma jovem segura uma paleta de cores. A figura da direita traz uma jovem e um instrumento musical, uma harpa, para representar o Conservatório de Música.

Figura 6 - Logotipo de 1915 do IBA, representando a Escola de Artes (à esquerda) e o Conservatório de Música (à direita).



Fonte: Acervo do AHIA.

O Instituto funcionou com estes dois departamentos até 1934. A partir deste ano, passou a integrar a recém criada Universidade de Porto Alegre (UPA), juntamente com os seguintes estabelecimentos: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada neste mesmo ano. Ademais, sua denominação foi alterada para Instituto de Belas Artes (IBA).

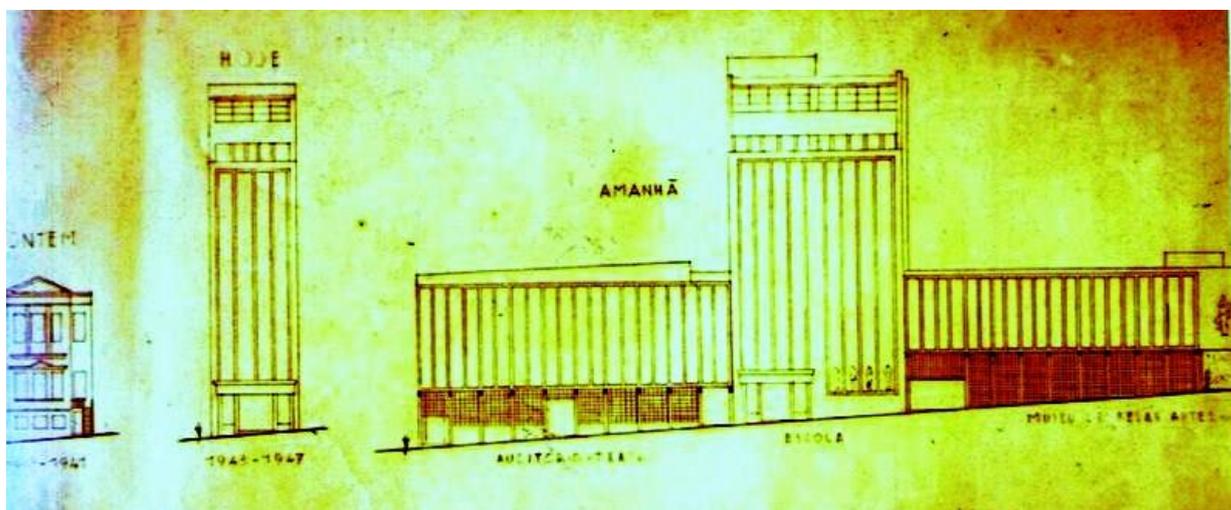
Em 1936, a Escola de Artes e o Conservatório de Música passaram a denominar-se, respectivamente, Curso de Artes Plásticas e Curso de Música da UPA.

O professor Sírío Simon, em sua tese de Doutorado intitulada "Origens do Instituto de Artes da UFRGS etapas entre 1908 e 1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul" (SIMON, 2003) faz o relato das idas e vindas do IA como unidade da UFRGS, que se encontra resumidamente descrito abaixo.

Em cinco de janeiro de 1939, por meio do Decreto nº 7672, o governo estadual desanexou o IBA da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). A alegação para tal feito foi a falta de reconhecimento federal dos cursos oferecidos e as instalações inadequadas.

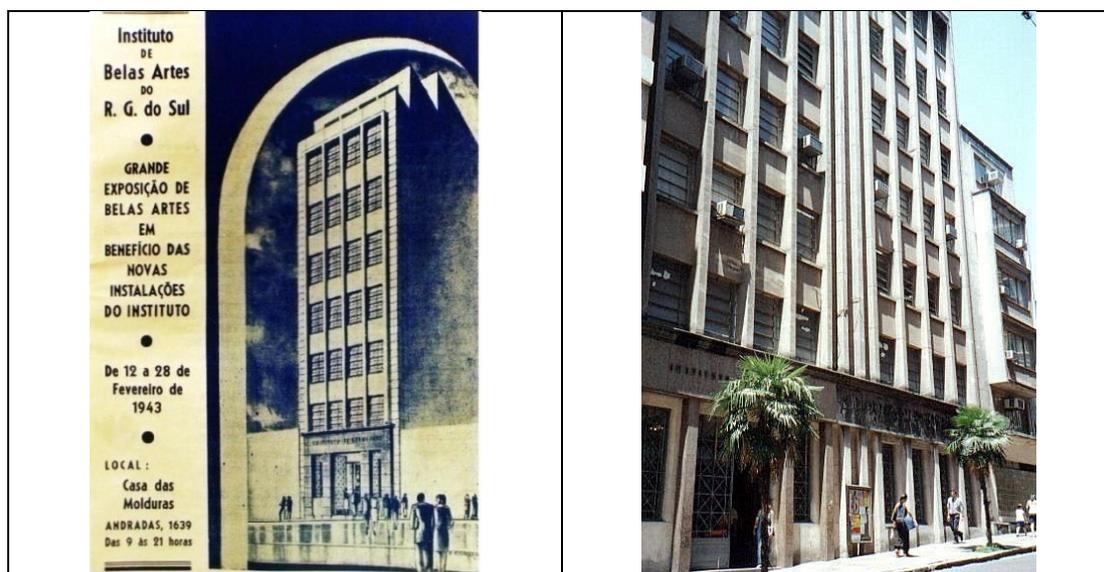
O Instituto partiu de aí em diante em busca de reconhecimento e, em 20 de maio de 1941, o Governo Federal reconheceu seus cursos de Música e de Artes Plásticas. Também neste período, com esforço do corpo docente e ajuda popular (Figura 8), foi construída a atual sede, localizada à rua Senhor dos Passos, número 264 (Figura 7).

Figura 7 - Desenho comparativo entre a 1ª sede do IA, na rua Senhor dos Passos, em 1908, que foi demolida, o prédio inaugurado em 1943 e a projeção de ampliação, que não chegou a se realizar. Apenas houve a duplicação do prédio do IA.



Fonte: Acervo AHIA

Figura 8 . Folder da exposição de Belas Artes realizada em prol das novas instalações do Instituto em 1943. Ao lado, foto do prédio atual do Instituto de Artes, na rua Senhor dos Passos, nº 248.



Fonte: acervo AHIA

Em 1944, há uma nova tentativa de integração do Instituto à URGS, porém esse processo sofreu entraves para sua consecução. Um deles foi a criação, por parte do IBA, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo - o reconhecimento dos cursos, pelo governo federal, deu-se por meio do Decreto Federal nº 19.991, de 26 de novembro de 1945. Como resultado dessa rebeldia, o IBA foi desincorporado novamente da Universidade através do Decreto Estadual nº 736 de 30/12/1944.

Em 1945, a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) criou o departamento cultural de extensão universitária da Faculdade de Filosofia, o qual originou o atual Departamento de Artes Dramáticas do Instituto de Artes.

Neste mesmo ano, por iniciativa do executivo estadual, foi publicado o Decreto Estadual nº976, de 03 de dezembro de 1945, que reintegrou o Instituto à universidade.

Em 1946, o professor Armando Câmara, Reitor da URGS, comunicou ao Conselho Universitário, no dia nove de janeiro de 1946, a desanexação do Instituto de Belas Artes da Universidade. Com isso, o governo estadual publicou, em 21 de janeiro de 1946, o Decreto-lei estadual nº 1058, o qual tornava sem efeito o decreto anterior que havia anexado o Instituto.

Em 1948, o IBA foi novamente reincorporado à Universidade do Rio Grande do Sul . URGS, por iniciativa do governo do Estado com a Lei Estadual nº 413 de 3 de novembro de 1948. Nela, determinou-se a fusão dos cursos de Arquitetura do IBA e da Escola de Engenharia da URGS, criando-se, assim, a Faculdade de Arquitetura. Após protestos, o governo estadual recuou e o IBA foi desincorporado pela quarta vez da universidade.

Em 1950, com a federalização da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), esta passou a ser denominada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste momento, houve uma nova anexação do IBA.

O Conselho Universitário examinou a questão em maio e em setembro o governo estadual aprovou a inclusão. Contudo o Decreto Federal nº 1.254, de 8 de dezembro de 1950 remeteu os cursos de Artes Plásticas e Música do IBA para o Sistema Estadual de Ensino Superior Supletivo, o que significou uma quinta exclusão do IBA da Universidade.

Em 1951, há, ainda, uma sexta tentativa de ingresso do Instituto à Universidade que não chegou a se consumar.

Em 1962, o IBA foi integrado definitivamente à UFRGS pelo Decreto Federal nº 4.159, de 30 de novembro de 1962, e, por decisão da congregação, passou a denominar-se Escola de Artes.

Quadro 2 - Quadro resumo com as datas de anexação/desanexação do IA:

Ano	Situação	Observação
1934	Anexação	Instituto de Belas Artes (IBA) passa a integrar a Universidade de Porto Alegre (UPA)
1939	Desanexação	Decreto estadual 7672 de 05/01/1939
1944	Anexação	Instituto de Belas Artes (IBA) passa a integrar a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), antiga UPA
1944	Desanexação	Decreto estadual 736 de 30/12/1944
1945	Anexação	Decreto estadual 976 de 03/12/1945
1946	Desanexação	Decreto-lei estadual 1058 de 21/01/1946
1948	Anexação	Lei estadual 413 de 03/01/1948
1950	Desanexação	Lei federal 1254 de 08/12/1950, Instituto de Belas

		Artes (IBA) é desanexado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), após a federalização da mesma.
1951	Anexação	Tentativa de integração não consumada
1962	Anexação	Decreto federal 4159 de 30/11/1962

Fonte: SIMON, 2003, p. 461-469.

Com a reforma universitária em 1968, o Instituto passou a funcionar com três departamentos: Departamento de Artes Visuais (DAV), Departamento de Música (DEMUS) e Departamento de Arte Dramática (DAD), oriundo da Faculdade de Filosofia assumindo a denominação de Instituto de Artes - IA.

A partir da década de 1980, o IA passou a contar com programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. O curso de música foi o primeiro a aderir. Criou o curso de Mestrado em 1987 e o Doutorado em 1995. Na década seguinte, foi a vez dos cursos de Mestrado e Doutorado, em 1991 e 1999, respectivamente, em Artes Visuais serem criados. Em 2007, foi implantado o programa de pós-graduação *stricto sensu* em Artes Cênicas.

O Departamento de Artes Visuais, atualmente, oferece os cursos de Bacharelado em História da Arte, Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais; o Departamento de Arte Dramática, o curso de Graduação em Teatro; e o Departamento de Música, os cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Música.

Além disso, realizam-se, durante o período letivo, diversas atividades culturais que tem entrada franca nos espaços que mantém como: a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, o *Auditorium* Tasso Corrêa, a Sala Alziro Azevedo, teatro do Departamento de Arte Dramática, e a Sala Qorpo Santo, teatro universitário.

Em 2008, o Instituto de Artes comemorou seu centenário e, por este motivo, realizou um concurso para escolha do novo logotipo para sua identificação institucional (Figura 9).

Desse modo, considerando-se a relevância do Instituto de Artes na história do Rio Grande do Sul como instituição responsável pela organização do campo das artes no estado, é imprescindível o resgate de sua memória,

pois, por meio dela, será possível compreender um aspecto fundamental da constituição da identidade cultural e política da sociedade rio-grandense.

Figura 9 - Logotipo do Instituto de Artes.



Fonte: Acervo do AHIA

Pelos corredores, salas de aula e espaços culturais do IA passaram grande parte dos artistas e agentes culturais que fizeram parte da história da arte gaúcha. No acervo documental do arquivo histórico desta unidade acadêmica, estão arquivados os registros das ideias, discussões e experiências destas pessoas, sendo, portanto, considerado por muitos uma das mais importantes instituições culturais do estado.

Assim, revela-se a importância da existência de instrumentos de pesquisa confiáveis que oportunizem a divulgação da história e da memória da instituição. Estas estão presentes tanto nos seus documentos histórico-administrativos e acadêmicos, quanto nos materiais acumulados e doados pelos profissionais da instituição. Além disso, fornecem informações relevantes que auxiliam na compreensão da influência que estes profissionais exerceram na constituição do campo das artes e da arquitetura e urbanismo em todo o Estado.

1 3. O Arquivo Histórico do Instituto de Artes - AHIA

Em 107 anos de atividades ininterruptas, o IA reuniu e produziu uma rica documentação que reproduz, com suficiência de dados, a memória viva da instituição, detentora de preciosos documentos que constituem fontes importantes para a pesquisa, seja ela acadêmica, seja de leigos. Nos seus

documentos estão registrados os primórdios da Universidade no Rio Grande do Sul e toda a política cultural do sul do Brasil.

O arquivo do IA é o mais antigo e mais completo arquivo que trata sobre o ensino continuado e sistematizado das artes no sul do Brasil, além das atividades de pesquisa e extensão desta área do conhecimento.

Todos os documentos produzidos ou recebidos pelo Instituto de Artes da UFRGS, ou relativos a ele, datados entre 22 de abril de 1908, data de instalação do Instituto, e 30 de novembro de 1962, momento em que o IA foi, definitivamente, integrado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, são considerados de guarda permanente por terem valor histórico. Entre eles há preciosidades para a história das artes do Rio Grande do Sul, como as atas dos primeiros anos do Instituto, os livros de matrículas iniciais, os catálogos de exposições, os programas de audição, os cadernos de viagens e os álbuns de fotografias de professores.

O primeiro estatuto do Instituto Livre de Bellas Artes, de 14 de agosto de 1908, traz, no artigo 24, parágrafo 2º, como atribuições da Secretaria:

Secretariar as sessões da Directoria e da Comissão Central, assim como as dos Conselhos Technicos, lavrando e archivando as respectivas actas, depois de approvadas e assignadas (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes).

Percebe-se, com isso, que este dispositivo é que dá origem ao arquivo do ILBA já em 1908. Outra competência da Secretaria, expressa no parágrafo 6º do artigo, diz respeito ao fato de que o secretário deve ~~%~~auxiliar o Presidente na confecção do relatório anual+. Fica evidente, por conseguinte, que a principal função do arquivo é servir à administração.

A elaboração deste relatório somente seria possível se a busca e o acesso aos documentos e às informações necessárias para sua confecção estivessem devidamente arquivados.

Ademais, no parágrafo 11º, onde se lê ~~%~~auxiliar directamente o Presidente na direcção e administração do Instituto e suas dependências+, novamente se evidencia que o Secretário deveria manter o arquivo da instituição organizado e em condições de ser acessado rapidamente, a fim de ajudar e subsidiar a tomada de decisões da administração do ILBA.

No Regulamento, aprovado em 28 de março de 1922, no artigo 113 consta o seguinte texto: ~~Na Secretaria serão archivados todos os papéis findos que tiverem sido processados no Instituto.~~ Percebe-se, com isso, que, a partir destes ~~papéis findos,~~ iniciou-se a construção do acervo que deu origem à documentação custodiada pelo Arquivo Histórico do Instituto de Artes.

O Regulamento do ILBA, de 1939, aprovado em 24 de março de 1939, dispõe no artigo 263 que o arquivista será escolhido pelo Diretor do Instituto dentre os funcionários da Secretaria. Além disso, descreve, pela primeira vez, as competências do arquivo:

O arquivo será destinado à guarda e conservação dos papéis e documentos findos, competindo ao seu encarregado:

- 1º - organizar systematicamente a catalogação do que estiver sob a sua guarda, de modo que com rapidez se encontrem os documentos procurados;
- 2º - informar a parte que lhe couber nas certidões que devam ser expedidas pela Secretaria;
- 3º - cumprir e fazer cumprir as determinações do Director e do Secretario;
- 4º - exercer as demais attribuições que forem determinadas pelo Regulamento do Instituto (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes).

Percebe-se que, ao definir a função do arquivo, no Regulamento do Instituto, este cria as condições jurídicas fundamentais para dar início ao processo de construção do acervo documental permanente do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul. Entretanto, o arquivo ainda não aparece como um órgão autônomo, ainda permanece como um setor dentro da Secretaria.

Finalmente, com o Regulamento aprovado pela Congregação dos Professores, em 20 de dezembro de 1951, e homologado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 05 de outubro de 1954, o arquivo surge como seção dentro da organização administrativa do Instituto, diretamente ligado à Direção.

Art. 112 . Os serviços administrativos do Instituto de Belas Artes ficarão a cargo das seguintes secções e dependências, que funcionarão sob a orientação do Diretor, assistido pelo Secretário:

- Secretaria;
- Contabilidade e Tesouraria;
- Biblioteca Discoteca;
- Almoxarifado;
- Arquivo;
- Portaria;

Oficinas em geral (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes).

Este Regulamento firma o arquivo como uma seção especializada no corpo administrativo do Instituto de Artes, acrescentando às suas funções, atribuições de extrema relevância para o exercício das atividades da instituição, que são, por exemplo:

- c) fornecer à Secretaria os elementos necessários ao levantamento do histórico escolar dos alunos e ex-alunos do Instituto;
- d) organizar a coleção de leis que interessam ao Instituto e verificar no Diário Oficial os atos referentes ao ensino e ao Instituto (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, 1951).

O levantamento dos dados escolares dos alunos e ex-alunos possibilitava à instituição fazer uma análise estatística sobre a situação em que estes se encontravam perante a unidade de ensino. A organização das leis e a pesquisa nos diários oficiais permitiriam que as decisões tomadas pela direção tivessem embasamento legal.

Já com o advento do Regimento de 1971, o arquivo voltou a ser subordinado à Secretaria Geral, contudo aparece, pela primeira vez, o cargo de arquivista entre o quadro de servidores administrativos.

Por fim, o último Regimento Interno do Instituto de Artes, aprovado em 11 de outubro de 2007, descreve como sendo diretamente ligadas à direção as seguintes seções:

Art. 13. A Direção do Instituto de Artes, integrada pelo Diretor e pelo Vice-Diretor, é o órgão executivo que, contando com assessoria, secretaria, secretaria de comunicação do Instituto de Artes, núcleo setorial de informática, arquivo geral do Instituto de Artes, e outros serviços, coordena, superintende e fiscaliza todas as atividades do Instituto de Artes (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, 2007).

Ao longo do tempo, as sucessivas administrações do Instituto de Artes foram redigindo novos Estatutos e Regulamentos, visando ao aperfeiçoamento da estrutura administrativa da instituição, além de sempre colocar em evidência as funções do arquivo, o que demonstra a preocupação do IA com a sua documentação desde os seus primórdios.

Infelizmente, isto não foi suficiente. Havia falta de pessoal qualificado, falta de espaço físico adequado, entre outras dificuldades, as quais fizeram com que a guarda e conservação dos documentos do IA fossem postas em segundo plano. O arquivo foi abandonado e transformado em um depósito de objetos e papéis que não guardam relação com arquivo e deveriam ter outro destino. Neste período, muitos documentos tiveram sua integridade física comprometida por culpa das más condições de armazenamento e manuseio.

No início da década de 1980, houve a contratação de um profissional arquivista para o IA. Ele, inclusive, elaborou um projeto para organização da documentação do IA, contudo não o executou.

Em 1984, foi realizado um novo estudo, cujo relatório encontra-se no Arquivo Histórico do Instituto de Artes, intitulado "Estudo de organização do arquivo do Instituto de Artes". Este trabalho traça um diagnóstico da situação em que se encontrava o arquivo do IA naquele ano.

Neste documento é apresentada uma visão geral das condições do acervo: tipos de documentos, métodos de arquivamento, quantidades, estado de conservação, acondicionamento, equipamentos e mobiliários existentes ou a falta deles, infraestrutura, espaço físico, formas de recuperação da informação e instrumentos de busca.

O que chama a atenção nele é que se identifica a existência de duas chefias: uma para o arquivo administrativo, cujos documentos eram de uso corrente, e outra para o arquivo histórico, cujos documentos possuíam valor histórico.

Pelas informações contidas neste relatório é possível visualizar o quadro caótico em que se encontrava o acervo do IA, apesar do esforço feito pelos servidores da época para preservar esta documentação de extraordinário valor histórico, cultural, testemunhal e probatório para os pesquisadores e usuários do arquivo. Não foram encontrados indícios de que houve uma ação efetiva que viesse a resolver, pelo menos, parte dos problemas diagnosticados.

Isto fica evidente, porque apareceu outro documento, de 1990, que fala sobre a proposta apresentada por uma empresa de consultoria em arquivo para a elaboração de um novo projeto de organização do arquivo. Neste documento são elencados os passos necessários para a efetiva transformação

da massa documental acumulada em um arquivo organizado e funcional. Contudo, não há evidências de que tenha sido colocado em prática.

O marco definitivo para a preservação do acervo documental do IA se dá com o início da pesquisa de doutorado do professor Círio Simon, em 1995. Ao buscar elementos para embasar sua investigação, deparou-se com as inadequadas condições do local que abrigava o arquivo (Imagem 1), assim como do estado da documentação (Imagens 2, 3 e 4). Como resultado, ele iniciou uma árdua batalha para tentar salvar tão inestimável patrimônio documental.

Imagem 1 - Foto da inundação de 1995.



Fonte: Acervo AHIA

Imagem 2 . Vista da documentação do AHIA em 1995.



Fonte: Acervo AHIA

Imagem 3 - Vista da documentação do AHIA em 1995.



Fonte: Acervo AHIA

Imagem 4 - Vista da documentação do AHIA em 1995.



Fonte: Acervo AHIA

Em 1997, Simon encaminhou uma carta à diretora do IA, a professora Sandra Dani, solicitando providências para uma intervenção mais efetiva no arquivo do instituto sob o risco deste desaparecer para sempre, principalmente, pelo fato de este ter sofrido mais uma inundação (Imagem 5, 6 e 7).

Imagem 5. Vista da inundação de 1997.



Fonte: Acervo AHIA

Imagem 6 - Vista da inunda o de 1997.



Fonte: Acervo AHIA

Imagem 7 - Vista da inunda o de 1997.



Fonte: Acervo AHIA

Em julho de 1998, a professora e arquivista Ana Regina Berwanger¹² elaborou um diagnóstico da situação do arquivo do Instituto de Artes, no qual concluiu que:

A situação do arquivo é precaríssima e de alto grau de deterioração, apresentando a sala do arquivo riscos graves de sinistros como incêndio e inundações, contaminação por fungos e bactérias, alto nível de umidade no ambiente, muita sujeira e detritos e a mais completa desorganização (BERWANGER, 1998 . Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes).

Berwanger termina sinalizando a urgente necessidade de remoção, higienização, avaliação e reorganização da documentação, além da transferência, com a maior brevidade possível, da documentação para um local mais adequado ao armazenamento do acervo, única medida capaz de sustar o acelerado processo de deterioração dos documentos.

Em consequência deste diagnóstico, a Diretora do IA solicitou, em caráter emergencial, a transferência do arquivo para uma sala do Instituto de Ciências Básicas de Saúde . ICBS, no ano de 1999. A partir daí, houve a transferência da documentação para o *campus* Central da UFRGS (Imagens 8 e 9). O Arquivo Histórico do Instituto de Artes ocupou três salas no segundo andar do prédio do ICBS, divididas em sala do acervo, sala de processamento técnico e sala de pesquisa (Imagens 10, 11 e 12).

Imagem 8 . Mudança do Arquivo Histórico do Instituto de Artes para o prédio do ICBS.



Fonte: Acervo AHIA

¹²A professora Ana Regina Berwanger possui Graduação em História (1976) e Arquivologia (1981) pela Universidade Federal de Santa Maria. É Especialista em Organização e Administração de Arquivos pelo Centro de Estudos Bibliográficos e Documentários de Madrid (1982). Docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Imagem 9 . Mudança do Arquivo Histórico do Instituto de Artes para o prédio do ICBS.



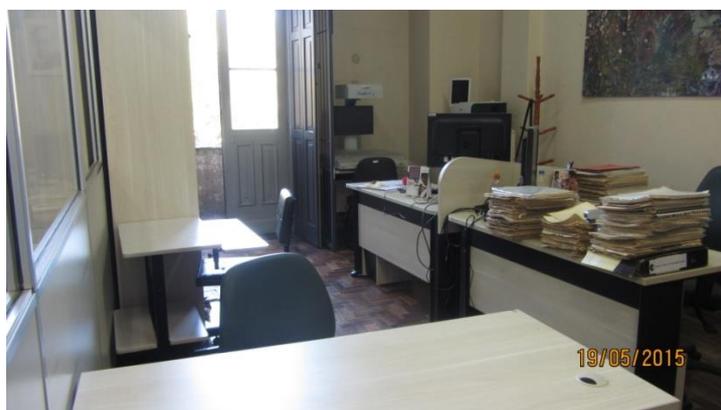
Fonte: Acervo AHIA

Imagem 10 . Sala de pesquisa



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 11 . Sala de processamento técnico



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 12 . Sala do acervo . vista parcial



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Em 1999, foi formada a Comissão do Acervo Histórico e Documental do Instituto de Artes¹³ que, num curto espaço de tempo, apresentou à Direção do instituto o Projeto de Preservação do Acervo Histórico e Artístico do Arquivo do Instituto de Artes, em que procuraram contemplar os aspectos mais importantes para a preservação e organização do arquivo, visando a proporcionar ao acervo o mínimo de condições para garantir o acesso e a integridade dos documentos.

Em 2000, o IA firmou um convênio com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) para contratar um profissional da área de arquivos para intervir no acervo. Vários projetos foram apresentados e foi contemplado o projeto da arquivista Medianeira Pereira Goulart, a qual, neste mesmo ano, iniciou suas atividades.

A primeira preocupação dela foi a de tentar dar condições mínimas de tratamento aos documentos atingidos pelas inundações ocorridas, quando o arquivo se encontrava no subsolo do prédio do IA.

No ano de 2008, houve a aquisição e instalação de arquivos deslizantes (Imagem 13 e 14) para o arquivamento da documentação histórica, ou seja, aquela datada entre 1908 e 1962. Desde então, toda a documentação deste período está sendo higienizada e acondicionada em caixas polionda ou em

¹³ Formada pelos professores: Cirio Simon e Lenora Lerrer Rosenfield e pelos técnicos-administrativos: Márcia Maria Langeloh (Presidente da Comissão), José Francisco Moraes Genro, Sylvio de Campos Lindenberg Filho e Flávia Maria Conceição Paula.

invólucros com ph neutro para preservar sua integridade e protegê-la de novas degradações.

Imagem 13 - Instalação dos arquivos deslizantes para guarda do acervo histórico do AHIA.



Fonte: Acervo AHIA

Imagem 14 - Instalação dos arquivos deslizantes para guarda do acervo histórico do AHIA.



Fonte: Acervo AHIA

Outras ações foram a implantação da gestão documental em todos os departamentos e setores do IA; a organização e recuperação do acervo histórico; a parceria com o curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) para a realização de estágios curriculares e voluntários dos alunos; a criação de um *e-mail*¹⁴ para facilitar o atendimento aos pesquisadores e a elaboração do site do arquivo. Além disso, durante todo o tempo, procurou-se dar prioridade de atendimento ao pesquisador, que é o principal cliente do arquivo.

¹⁴ O AHIA possui um endereço de e-mail corporativo: ahia@ufrgs.br.

O acervo do arquivo foi exposto a diversos agentes de deterioração, como incêndio, alagamento, agentes biológicos, entre outros que causaram perdas significativas ao patrimônio documental da instituição. Apesar disso, tem se mantido fiel ao seu propósito de custodiar o patrimônio documental gerado e recebido pelo IA no decorrer de suas atividades.

Todos os dados acima referidos foram obtidos pela leitura dos documentos custodiados pelo AHIA, compostos por relatórios de gestão dos diretores, relatórios de atividades, planos de trabalho, diagnósticos e ofícios.

O Arquivo Histórico do Instituto de Artes tem se mostrado firme em seus propósitos de preservar e divulgar a história e a memória das artes, no Rio Grande do Sul e no Brasil, subsidiando a produção científica nesta área.

Tem-se a intenção de, no futuro, disponibilizar todo o acervo histórico via recursos computacionais com o objetivo de tornar o acesso à sua documentação mais rápido e eficiente, para tanto a elaboração de instrumentos de busca são imprescindíveis.

O AHIA/UFRGS serve de subsídio para a reconstrução da história da Instituição, para a realização de exposições públicas, a elaboração de teses, monografias e dissertações que tenham por objeto de estudo a arte e a cultura desenvolvidas no estado e no país.

Constitui-se, atualmente, em um centro de pesquisa sobre a cultura artística do Estado do Rio Grande do Sul, além de ser uma importante fonte de informações para a administração em suas tomadas de decisões, pois, além da documentação histórica, o AHIA também é responsável pela guarda e pelo arquivamento da documentação de caráter intermediário do IA¹⁵, a qual é oriunda da Direção, dos Departamentos de Música, Artes Visuais e Arte Dramática e dos programas de Pós-Graduação do instituto.

O AHIA possui cadastro junto ao CONARQ como entidade custodiadora de acervos arquivísticos, cujo código de identificação é RS AHIA¹⁶.

¹⁵ Documentos de arquivo que são consultados esporadicamente por seus produtores e que aguardam o cumprimento do prazo definido pela tabela de temporalidade para sua destinação final. De acordo com o assunto pode ser para eliminação ou recolhimento ao Arquivo Histórico.

¹⁶ Ver Anexo B.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: OS ARQUIVOS E SUAS FUNÇÕES

Neste capítulo faremos uma pequena contextualização dos arquivos como agentes de preservação da memória, como lugares de memória, em que os cidadãos podem buscar seus direitos e rememorar feitos e acontecimentos.

Faz-se uma introdução sobre a importância da gestão documental para a organização dos arquivos, a legislação vigente e o posicionamento de alguns dos principais autores da Arquivologia sobre ela.

Aqui também são descritas brevemente duas das principais funções arquivísticas, quais sejam: descrição e difusão. Cabe mencionar que, com intuito de que a descrição possa ser compartilhada entre diversas entidades custodiadoras de acervos, precisa ser normalizada, para isso existem a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) - e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

2.1. Os arquivos como agentes de preservação da memória

O termo memória origina-se do Grego *mnemis* ou do latim *memoria*. Em ambos os casos o significado da palavra é de conservação de uma lembrança. Para os gregos, a memória estava recoberta de um halo de divindade, por se referir à deusa *Mnemosyne*, mãe das Musas, que protegem as artes e a história+(CHAUI, 2010, p. 138).

A preocupação com a memória faz parte da vida do ser humano. Le Goff, em seu livro *História e Memória*, defende que a preocupação com a questão da memória é antiga, abordando-a como a propriedade de conservar certas informações que, por nos remeter a um conjunto de funções psíquicas, permite-nos atualizar impressões e informações passadas ou que representamos como passadas+(LE GOFF, 2003, p. 419).

De acordo com Maurice Halbwachs, a memória individual insere-se na memória da coletividade a que pertencemos por meio de pontos de referência:

São exemplos desses pontos de referência os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música e as tradições culinárias (HALBWACHS, 1990 *apud* GRAEBIN, 2013, p. 8).

Já para Michael Pollak, a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar+ (POLLAK, 1989, p. 9), ou seja, considera a memória sempre como um processo coletivo, no qual mesmo as lembranças individuais possuem elementos oriundos da coletividade. Além disso, a memória coletiva é formada pelas memórias dos indivíduos.

Antes do surgimento da escrita, a memória individual era a responsável pela transmissão do conhecimento. Porém, com o advento da escrita, iniciou-se o registro das informações em suportes materiais. Este, por sua vez, passou a ser classificado e organizado, de forma a ser recuperado no momento desejado.

A escrita permitiu o desenvolvimento da memória coletiva sob duas formas: uma delas é a memória das inscrições em templos, monumentos, invocando as conquistas dos vencedores. A outra forma é por meio dos documentos, que são produzidos de forma orgânica e cumulativa e transmitem as informações registradas por seus produtores através do tempo.

Cabe ressaltar o conceito de memória aplicado aos arquivos:

Desde a mais alta antiguidade que o homem sentiu a necessidade de conservar a sua própria memória+, primeiro sob a forma oral; depois sob a forma de *graffiti* e de desenhos e, finalmente graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos e gráficos correspondentes a sílabas ou letras. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos. A própria vida não existiria, pelo menos sob a forma que conhecemos se não houvesse o ADN, isto é, a memória genética registrada nos arquivos primordiais (LODOLINI, 1989 *apud* ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.34).

Por este motivo, o trabalho desenvolvido pelos arquivistas nas instituições onde atuam colabora para a construção da memória coletiva.

Pierre Nora promoveu, entre os anos de 1978 e 1981, diversos seminários na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, em Paris. A partir de suas reflexões nestes seminários, criou a expressão *lugares de memória+*. Para ele, a memória era a lembrança vivida pelo grupo, já a história não pertenceria a nenhum grupo específico, sendo apenas uma representação e, como tal, precisava de um local, em que pudesse ser preservada.

Para Pierre Nora, os *lugares de memória* são, primeiramente, **lugares** em uma tríplice acepção: são **lugares materiais** onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são **lugares funcionais** porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são **lugares simbólicos** onde essa memória coletiva . vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória (NEVES, 2008, p. 2).

Assim, as instituições culturais como arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus podem ser considerados como **lugares de memória**, visto que são locais que guardam documentos e objetos sobreviventes ao tempo, além de possibilitar novas abordagens sobre fatos e acontecimentos ocorridos no passado da sociedade.

Os arquivos são espaços dedicados a lembrar de acontecimentos e de pessoas importantes, cuja existência pode ser comprovada pelos documentos ali guardados. Mas a sua função só estará completa, quando também forem lugares de informação, permitindo que os documentos possam ser acessados e estudados.

Sem dúvida, a memória é uma dimensão inerente ao campo arquivístico, mas os arquivos não são apenas lugares de memória. Boa parte da literatura arquivística (sobretudo a norte-americana/canadense) tem insistido na ruptura com esta visão, apesar da dicotomia entre Arquivologia e Gestão de Documentos. A memória no espaço arquivístico só é ativada, porém, se em tais lugares de memória forem gerenciados também lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação. É enquanto lugares de informação . espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional . que os arquivos se configuram hoje, provocando redimensionamentos na arquivologia (JARDIM, 1999, p. 3).

Neste sentido, o Arquivo Histórico do Instituto de Artes e seu acervo constituem-se em lugar de memória por ser um espaço físico . material - que guarda a memória coletiva . imaterial - referente ao ensino superior das artes no estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, a atual produção desenfreada de informações e documentos nos leva a pensar em como preservar esse conhecimento. Para isso existem duas formas de preservação: **manutenção da totalidade da oferta da**

informação (acúmulo de informações), ou a seleção destas (disputa entre o que lembrar e o que esquecer)+(DODEBEI,2009, p. 84).

Dessa forma, quando falamos sobre preservação dos acervos, referimo-nos sobre antever os possíveis perigos de destruição da memória, pois a preservação participa de um jogo permanente com a destruição, um jogo que se assemelha, totalmente, ao da memória com o esquecimento+ (CHAGAS, 2009, p. 164).

Nesse viés, é fundamental que, antes de pensarmos em preservação da memória institucional, realizemos as atividades de gestão documental, para que possamos concentrar nossos esforços nos documentos dotados de caráter histórico, probatório ou informativo.

Os arquivos constituem-se em um centro ativo de informações orgânicas e precisam estar devidamente organizados e estruturados para atingirem seus objetivos, que são atender à administração, evitar erros e repetições desnecessárias, produzir conhecimento para assessorar na tomada de decisão e dar continuidade aos trabalhos das instituições (CARVALHO, 2001, p. 115).

Tradicionalmente, a palavra arquivo foi utilizada para designar a instituição onde se depositavam documentos, essa característica foi determinante para que estas instituições fossem confundidas com museus e outras instituições congêneres. Entretanto, os arquivos atendem à administração, constituindo-se em um espaço de memória institucional e também um lugar da memória nacional, estadual e municipal, que preserva a história de sujeitos singulares, que participam do processo de construção social de um país, estado ou município+(RODRIGUES, 2002, p. 2).

No âmbito dos arquivos permanentes, Bellotto os considera como matéria-prima da história, em que estão documentados os direitos e deveres do Estado para com o cidadão e do cidadão para com o Estado. Os registros armazenados serão dados até que a pesquisa os resgate e os transforme em informações que poderão demonstrar como se efeturaram as relações entre o Estado e a sociedade, deles faça sua análise, síntese, crítica e explicação (BELLOTTO, 2007, p. 25).

Os registros documentais são únicos, pois são gerados e recebidos no decurso das atividades e rotinas administrativas de cada instituição. Por isso:

são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido (DURANTI, 1994, p. 50).

Os arquivos - como lugares de memória que são - guardam em seus acervos uma gama enorme de tipos de documentos que tem a capacidade de preservar a memória, as evidências, causas e consequências dos fatos ocorridos.

A preservação da memória histórica de uma instituição como a UFRGS é um dos meios mais eficazes de divulgá-la e defendê-la perante a sociedade. Principalmente, pelo fato de que o Brasil não é um país que valoriza muito o seu passado e a memória de suas instituições, apesar de existirem vários trabalhos neste sentido.

A recuperação da memória do Instituto de Artes da UFRGS, guardada em seus documentos, tem revelado o quão rico é o passado desta instituição e do país na área das artes.

O acervo do AHIA tem sido utilizado por pesquisadores das artes, da arquitetura e outras áreas do conhecimento para trabalhos de graduação, pós-graduação e projetos culturais, tanto da UFRGS, quanto de outras instituições de ensino superior.

Ademais, seus documentos subsidiam a montagem de exposições museológicas, como a que está ocorrendo atualmente no Museu da UFRGS¹⁷, "Coleções de Saberes: Trajetórias de Conhecimentos na UFRGS+", que apresenta à comunidade peças oriundas de diversos espaços que integram a Rede de Museus e Acervos da UFRGS (REMAM)¹⁸.

¹⁷ A exposição vai até 27 de julho de 2015. O Museu da UFRGS se localiza na Avenida Osvaldo Aranha, nº 277 . Campus Centro . Porto Alegre/RS. Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Fone: (51) 3308-3390. E-mail: museu@museu.ufrgs.br.

¹⁸ Integram a REMAM os seguintes espaços: Acervo Histórico da Superintendência de Infraestrutura, Arquivo Histórico do Instituto de Artes, Museu da UFRGS, Museu do Motor, Observatório Astronômico, Setor de Patrimônio Histórico, Museu Virtual do Sintetizador, Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, Setor de Acervo Artístico da Pinacoteca, Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física, Herbário ICN, Museu da Informática, Museu de Mineralogia e Petrologia Luiz Englert, Museu de Paleontologia, Museu de Topografia Professor Laureano Ibraim Chaffe, Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia, Núcleo de Pesquisa em História, Arquivo Setorial da Faculdade de Farmácia, Museu Claudio Job, Planetário Professor José Baptista Pereira, Centro de Memória do Esporte e Museu de Ciências Naturais do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos.

Embora não sejam museus, estes espaços registram, pesquisam, conservam e divulgam acervos. Nesta exposição estão presentes documentos de ensino utilizados por professores do Instituto de Belas Artes, atual Instituto de Artes, entre os anos 1940 e 1950.

O patrimônio documental reunido no AHIA é inestimável, nele se encontram preservados os registros das realizações, projetos, conflitos, de pessoas e instituições que fizeram parte da história de nosso país.

2 2. Gestão Documental

A informação contida nos documentos de arquivo fornece dados importantes para a tomada de decisão nas instituições. Na esfera pública, ela permite, ainda, a confirmação de direitos e deveres, garantindo ao indivíduo o exercício pleno da cidadania. Desse modo, propiciar acesso rápido e seguro à informação contida nos documentos custodiados por instituições públicas se constitui um passo importante para a consolidação da democracia e a transparência administrativa.

Dentro do grande volume de documentos produzidos hoje em dia, os relativos à administração se destacam devido a sua importância estratégica para a sociedade.

A legislação brasileira sobre arquivos e documentos públicos é bem clara ao tratar sobre o que considera como dever e a responsabilidade do Poder Público com a gestão integral da documentação governamental. No artigo 216, §2º da Constituição Federal determina-se que ~~ca~~ cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem+.

A Gestão de Documentos tem o objetivo não só de gerenciar o controle e disponibilidade das informações organizadas, mas também evidenciar a transparência da administração.

No Brasil, a gestão de documentos se institucionalizou com a aprovação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de arquivos públicos e privados. O artigo 3º desta lei conceitua gestão de documentos como:

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

Já o artigo 1º, assevera que é responsabilidade exclusiva do Poder Público proteger os documentos que se encontram em sua guarda, utilizando-se dos procedimentos da gestão documental, beneficiando, assim, a Administração Pública e o desenvolvimento científico. Esse conjunto de procedimentos, baseado nos princípios arquivísticos, irá garantir a organização e o acesso às informações importantes para a realização das atividades-meio e atividades-fim das instituições.

O sistema de gestão de documentos se ocupa de tudo o que sucede aos documentos de uma instituição por meio de seu ciclo de vida: desde sua criação, passando por sua vida ativa e produtiva, até sua destinação final com o descarte ou recolhimento ao arquivo permanente para aqueles que possuem valores que justificam sua conservação.

Existem sete funções arquivísticas a considerar: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos+ (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 265). Neste trabalho, as principais funções que serão desenvolvidas serão a descrição e a difusão, como forma de tornar disponíveis as informações do acervo estudado.

A seguir, serão apresentadas as funções arquivísticas, com ênfase para a descrição, que é a base do trabalho realizado no acervo estudado desta pesquisa.

2 3. Descrição Arquivística

A descrição arquivística é um processo que serve para dar acesso e atender às necessidades de informações dos pesquisadores, sendo uma atividade de extrema importância, pois possibilita o conhecimento geral do arquivo, assim como dos fundos, séries e documentos, por parte dos usuários, sejam eles internos, sejam externos.

Schellenberg aponta para a importância do processo descritivo também para o arquivista:

[...]ao realizar esse trabalho, o arquivista se intera da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumentos de busca que servem a um duplo sentido: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa. Os instrumentos de busca são, dessa maneira, um meio de eliminar o elemento pessoal do trabalho de atender, e dar a essa função bases seguras e metódicas (SCHELLENBERG, 2006, p. 17).

Esse aspecto é assinalado também pelo professor Cruz Mundet, da Universidade Carlos III de Madrid, quando este afirma que a descrição dos documentos constitui a parte culminante do trabalho arquivístico e vem a coincidir exatamente em sua finalidade com a da própria documentação: informar¹⁹+(tradução nossa) (CRUZ MUNDET, 1996, p. 255).

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), descrição é o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa+(DBTA, 2005, p. 67). Por meio dos instrumentos de descrição criados pelos arquivistas que os usuários vão ter acesso às informações contidas nos documentos. Segundo Marilena Leite Paes, os instrumentos de pesquisa objetivam divulgar o conteúdo e as características dos documentos+(PAES, 2004, p. 127).

Sobre este assunto, Heloisa Bellotto também afirma que o processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados+(BELLOTTO, 2007, p. 179), como forma de possibilitar que estes dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem aos usuários que deles necessitem.

Hoje não são apenas historiadores que procuram os arquivos para realizar suas pesquisas e, sim, um público mais amplo. Dessa maneira, os arquivistas precisam criar instrumentos de pesquisa apropriados para todo tipo de pesquisador, tendo o máximo cuidado para que essa informação possa ser acessada por qualquer pessoa.

¹⁹ No original: *la descripción de los documentos constituye la parte culminante del trabajo archivístico y viene a coincidir exactamente en su finalidad con la de la propia documentación: informar+*

Outro ponto importante é que, por meio dos instrumentos de pesquisa, pode-se evitar o manuseio excessivo dos documentos, acarretando uma menor deterioração desses documentos, contribuindo para a sua conservação:

Facilitar o acesso a esses documentos, por meio de um maior número de instrumentos, atenderá a dois objetivos: abreviar a tarefa do pesquisador, reduzindo-se as buscas longas e infrutíferas que danificam as peças documentais e, em consequência, evitar ou, pelo menos, reduzir sua deterioração²⁰ (HEREDIA HERRERA, 1993, p.304). (tradução nossa)

Deste modo, fica evidente que o processo de descrição culmina com a produção de instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, uma conceituação mais centrada na ideia de descrição como processo é aquela surgida no bojo do trabalho de normalização da descrição empreendido pelo Conselho Internacional de Arquivos:

[õ] elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo²¹ (Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p.14).

Portanto, a descrição é um processo que facilita o trabalho do arquivista, o qual terá, assim, o controle e conhecimento do acervo pelo qual é responsável, mas acima de tudo, esse trabalho vai possibilitar que os usuários e pesquisadores encontrem mais rapidamente as informações de que necessitam.

2 4. Difusão Arquivística

Outra importante atividade arquivística é a difusão. A difusão é a função arquivística responsável por estreitar o relacionamento entre o arquivo e seus

²⁰ No original: *Facilitar el acceso a estos documentos mediante un mayor y efectivo número de instrumentos, cubrirá un doble objetivo: abreviar la tarea del investigador, reduciéndole las búsquedas y localizaciones largas e infructuosas que machaquen las piezas documentales y como consecuencia, evitar o, al menos, disminuir su deterioro.*

²¹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística [...]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000, p. 14. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2013.

usuários. Por meio dela que o usuário toma conhecimento sobre o acervo que é disponibilizado ao público em determinado arquivo. Segundo Cruz Mundet a difusão da informação, que deve ser precisa e rápida, exige dos profissionais a elaboração e publicação de instrumentos de difusão da informação documental, no mesmo ritmo em que esta é gerada²² (*tradução nossa*) (CRUZ MUNDET, 1996, p.73).

Existem três tipos de difusão: a difusão educativa, a difusão cultural e a difusão editorial (BELLOTTO, 2007, p.227). Na difusão educativa são realizados, nas dependências do arquivo, programas educativos voltados, principalmente, aos alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Estes têm contato com a documentação, por meio de visitas guiadas e atividades voltadas para a educação patrimonial. Já na difusão cultural, os arquivos desenvolvem atividades culturais destinadas a um público específico, como, por exemplo, exposições de documentos; lançamentos de livros; ciclos de projeção de filmes; mostras de pesquisa; entre outros. Por fim, na difusão editorial são elaboradas publicações, cujo objetivo é servir como um canal de comunicação do arquivo com a sociedade em geral, nestas publicações são informados os serviços disponibilizados, informações sobre o acervo, assim como as atividades que são desenvolvidas pelo arquivo.

Ao utilizar as novas tecnologias para divulgar estas publicações, temos como ganho uma maior disseminação da cultura. Para difusão e disponibilização em meio eletrônico do instrumento de descrição arquivística, recomenda-se o uso de *softwares* livres²³, que podem ser estudados, copiados, distribuídos e alterados, mantendo sempre o código-fonte disponível para que outros efetuem as mudanças que julgarem necessárias às suas próprias necessidades, tornando os benefícios encontrados disponíveis para toda comunidade.

Devido a necessidade de integração de acervos documentais permanentes relevantes para a humanidade, a comunidade arquivística criou o projeto ICA-AtoM (Conselho Internacional de Arquivos . Acesso à memória), que consiste num projeto colaborativo que visa prover a comunidade

²² No original: *la difusión de la información, que debe ser precisa y rápida, exige de los profesionales la elaboración y comunicación de instrumentos de información documental, al mismo ritmo con que se genera aquella*

²³ Para informações sobre *software* livre, ver <http://www.fsf.org>.

arquivística internacional de um *software* aplicativo gratuito e de código-fonte aberto para gerenciamento de descrições arquivísticas em conformidade às normas do Conselho Internacional de Arquivos+ (MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2011). O objetivo deste projeto é disponibilizar um aplicativo fácil de usar, multilíngüe e totalmente baseado na *web*, permitindo, assim, que instituições possam disponibilizar seus acervos arquivísticos *on-line*.

2 5. Instrumentos de Pesquisa

É importante observar o fato de que diferentes tipos de pesquisadores necessitam de distintas informações e, como resultado, exige-se a elaboração de diferentes tipos de instrumentos de pesquisa, como um guia para obter informações sobre determinado fundo de arquivo ou de um inventário que descreva uma série específica de um fundo, por exemplo.

Segundo Castro %a descrição mostra o conteúdo dos fundos recolhidos e se processa através de instrumentos de pesquisa ou meios de busca, que vão do geral para o particular+ (CASTRO et. al., 1988, p. 255). Existem diferentes níveis de descrição e se deve obedecer a uma hierarquia, a qual vai do geral para o particular. Desse modo, deve-se começar pelo guia que vai fornecer todas as informações sobre a instituição de arquivo, como por exemplo, quais os fundos que estão sob sua custódia, endereço, horário de funcionamento, etc, para depois passar-se para um nível mais detalhado, como de um inventário que descreve as séries de um fundo, até chegar ao nível de descrição das peças documentais: os documentos propriamente ditos.

Cabe ressaltar a necessidade de padronização dos procedimentos arquivísticos de descrição visando a diminuir as diversificações dos instrumentos de pesquisa, estabelecendo-se um conjunto de normas para guiar os profissionais do mundo todo. Uma das vantagens dessa padronização é a simplificação do trabalho arquivístico:

A normalização da descrição facilitará nossa tarefa, simplificando-a. A simplificação virá por meio do estudo da tipologia documental. Esta simplificação vai nos permitir eliminar alguns dados, porém não será uma descrição apressada, o que vai ocorrer é que a atribuição dada a

determinada tipologia levará implícitos os dados que lhe são próprios (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 318) (*tradução nossa*)²⁴.

Em função disso, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA)²⁵, criou uma Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição, composto por especialistas na área, elaborou a Norma Internacional de Descrição Arquivística Geral, ou ISAD (G). A primeira versão da ISAD (G) foi concluída em 1992.

Para Paes além de tornar o acervo acessível, os instrumentos de pesquisa objetivam divulgar o conteúdo e as características dos documentos+ (PAES, 2004, p. 126). Ao elaborar um instrumento de pesquisa, deve-se levar em consideração questões relacionadas aos tipos de usuários, aos locais de acesso à informação, que podem ser os tradicionais arquivos físicos ou os virtuais; além disso, direcionar o arquivista para o atendimento das necessidades informacionais solicitadas pela sociedade. Conforme Jardim e Fonseca é preciso que se considere o arquivo como um serviço de informação+ (JARDIM e FONSECA, 2005, p. 8), ou seja, o fazer arquivístico deve ser orientado para o usuário, para que o cliente+ do arquivo possa ter acesso à informação que ele procura e que esta esteja organizada, disponível.

Resumindo, os principais instrumentos de pesquisa, de acordo com a hierarquia, do geral para o particular, são:

Guia: instrumento de pesquisa mais abrangente, permite um mapeamento panorâmico do acervo. Seu objetivo é informar sobre os serviços oferecidos pela entidade custodiadora.

Inventário: instrumento indicado para a descrição de um ou mais fundos de arquivo de forma sumária. Seu objetivo é descrever as séries integrantes do acervo, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e ordenação.

Catálogo e índice: são instrumentos de pesquisa voltados para a localização específica de unidades documentais.

Lopez salienta que, a partir da década de 1990, houve alterações nas definições terminológicas dos instrumentos de pesquisa no Brasil (LOPEZ,

²⁴ No original: *La normalización de la descripción rentabilizará nuestra tarea simplificándola. La simplificación vendrá de la mano del estudio de la tipología documental. Esta simplificación que nos permitirá suprimir datos no supondrá una descripción apresurada, hoy respeto de ayer, lo que ocurrirá es que la adscripción a determinada tipología llevará implícitos los datos que le son propios+*

²⁵ Em inglês International Council on Archives (ICA).

2002, p. 34 e 35). O quadro abaixo traz a equivalência da terminologia anterior com a atual.

Quadro 3 . Equivalência de terminologia dos instrumentos de pesquisa.

TERMINOLOGIA ANTERIOR	TERMINOLOGIA ATUAL
Guia	Guia
Inventário Sumário	Inventário
Inventário Analítico	Catálogo
Catálogo Sumário	Catálogo
Catálogo Analítico	Catálogo
Repertório	Catálogo Seletivo
Índice	Índice

Fonte: LOPEZ, André Porto Ancona. Projeto como fazer 6.

A seguir, apresenta-se um breve histórico da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

2 6. Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE

A NOBRADE²⁶ foi elaborada pela equipe da Câmara Técnica de Normas de Descrição Arquivística (CTNDA) que faz parte do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Surgiu a partir da necessidade de se elaborar uma norma nacional de descrição, conforme recomendação do CIA, após a elaboração da Norma Internacional de Descrição Arquivística . ISAD(G). Foi lançada em 2006, mas a distribuição da versão impressa para a comunidade arquivística ocorreu somente em 2007.

Objetiva estabelecer diretrizes para a descrição arquivística no Brasil, de acordo com as normas internacionais, tendo em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Também serve para estruturar a informação, a partir de elementos de descrição comuns. A

²⁶ ARQUIVO NACIONAL. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/nobrade.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

decisão sobre quais elementos serão utilizados na descrição e o formato da apresentação destas é responsabilidade das entidades custodiadoras e de seus arquivistas.

Na NOBRADE:

[...] considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadoras (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadoras (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5) (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 11).

A NOBRADE possui uma estrutura composta de vinte e oito elementos de descrição, distribuídos em oito áreas. Sua diferença em relação à ISAD (G) deve-se a uma área e a dois elementos a mais que a norma brasileira possui. De acordo com Fonseca:

A nova área é dedicada a pontos de acesso e indexação de assuntos, e os dois novos elementos são um para anotação do estado de conservação da unidade de descrição, questão extremamente importante para as entidades custodiadoras, que necessitam desse tipo de informação para gestão técnica e programação de trabalho, e outro para indicação dos pontos de acesso eleitos e termos de indexação arbitrados (FONSECA, 2006, p. 5).

A seguir, apresenta-se a relação das oito áreas de descrição e seus elementos:

Quadro 4 . Áreas de Descrição da NOBRADE.

Nome da Área	Elementos
1 Área de identificação: onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição	Código de referência
	Título
	Data(s)
	Nível de descrição
	Dimensão e suporte
2 Área de contextualização: onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição.	Nome(s) do(s) produtor(es)
	História administrativa/Biografia
	História arquivística
	Procedência
3 Área de conteúdo e estrutura: onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição.	Âmbito e conteúdo
	Avaliação, eliminação e temporalidade
	Incorporações
	Sistema de arranjo

4 Área de condições de acesso e uso: onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição.	Condições de acesso
	Condições de reprodução
	Idioma
	Características físicas e requisitos técnicos
	Instrumentos de pesquisa
5 Área de fontes relacionadas: onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição.	Existência e localização dos originais
	Existência e localização de cópias
	Unidade de descrição relacionada
	Nota sobre publicação
6 Área de notas: onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha nas áreas anteriores.	Notas sobre conservação
	Notas gerais
7 Área de controle da descrição: onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada.	Nota do arquivista
	Regras ou convenções
	Data(s) da(s) descrição(ões)
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos: onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.	Pontos de acesso e indexação de assuntos

Fonte: NOBRADE . Norma Brasileira de Descrição Arquivística, 2006.

A NOBRADE possibilita sua aplicação na descrição de qualquer documento, independente do seu suporte ou gênero, tornando possível sua utilização em qualquer tipo de acervo.

As áreas e elementos obrigatórios são:

- Área de identificação:
- código de referência;
- título;
- data(s);
- nível de descrição;
- dimensão e suporte;
- nome(s) do(s) produtor(es);
- Área de condições de acesso e uso:
- condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

A inclusão do elemento 6.1, ~~Notas sobre conservação~~, possibilita a inclusão de informações sobre o estado de conservação do acervo. A inclusão

da área oito: %Área de pontos de acesso e indexação de assuntos+ e seu elemento 8.1: %Pontos de acesso e indexação de assuntos+ possibilitam a flexibilidade de adaptação da norma à realidade das instituições arquivísticas brasileiras.

3. A PESQUISA

O acervo tratado neste trabalho representa uma das atividades-fim da universidade. A UFRGS tem por finalidade a educação superior e a produção de conhecimento nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Os livros de matrícula aqui estudados integram o acervo histórico, aquele que é considerado de guarda permanente pelo Instituto de Artes por estarem incluídos no período entre 1908 e 1962.

3 1. Os Livros de Matrícula

O acervo documental arquivístico em estudo é composto pelos livros de matrículas dos anos iniciais do Instituto de Artes, de 1908 a 1941 (Imagem 15), os quais se constituem em fontes primárias de informação sobre a história da educação e da sociedade gaúcha. Nelas se descrevem como era feito o ingresso dos alunos nos cursos de música e artes, a trajetória acadêmica dos primeiros alunos do Instituto de Artes e como se dava a relação entre esta escola particular, o Instituto de Belas Artes, e o Poder Público, visto que muitas matrículas eram efetuadas gratuitamente por ordem do %Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado²⁷.

Juntamente com outros documentos, tais como atas, relatórios, diários de classe, catálogos de exposições, programas de recitais, entre outros, dão-nos uma visão para compreendermos as políticas educacionais do período em foco.

O recorte temporal é justificado por tratar-se do período abrangido pelos livros de matrículas existentes no AHIA.

²⁷ Ver campo de observações dos verbetes dos livros de matrícula.

Imagem 15 - Livros de matrículas Instituto de Belas Artes . IBA.

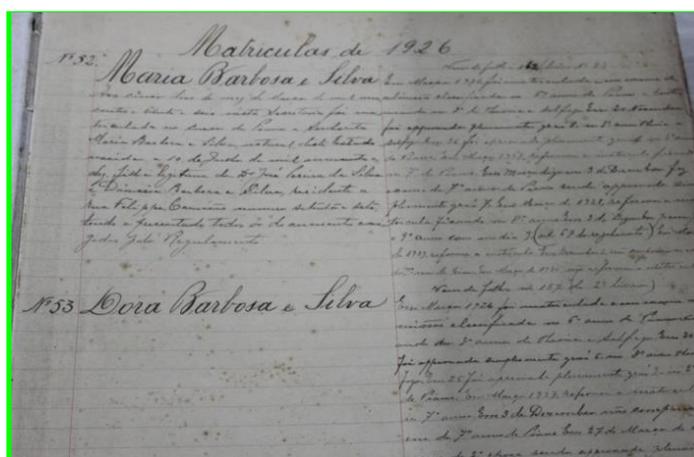


Fonte: Acervo da autora, 2015.

Os Livros de Matrículas são um dos tipos documentais que compõem o acervo do AHIA. Tem como caracteres externos: o gênero documental textual, o suporte papel e a forma original. A produção era realizada pelo Secretário do então Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. O vínculo dos alunos com a universidade só se efetivava após a matrícula, pois, a partir dela, é que os estudantes podem ingressar, frequentar e concluir seu estudo no curso de graduação ao qual foram admitidos. Eles comprovam a relação dos alunos com a instituição desde sua admissão até sua saída.

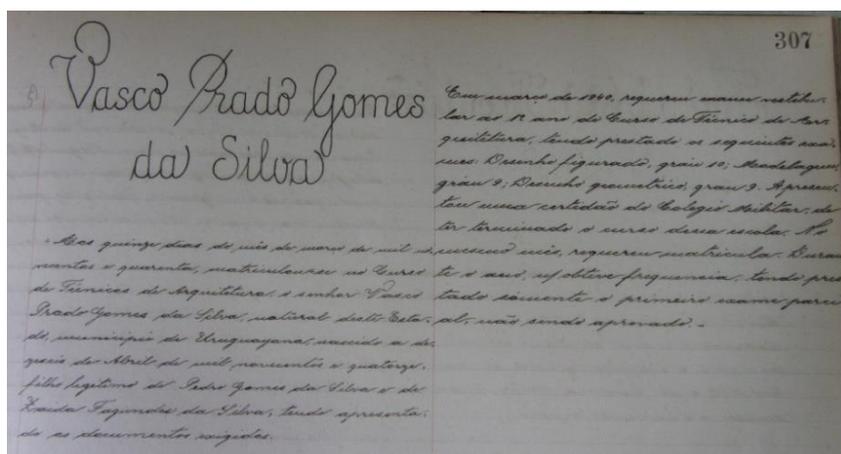
A ordenação das matrículas nos livros é cronológica, sendo que a cada aluno corresponde um número de matrícula. O conteúdo de cada livro é composto de relações de nomes dos alunos matriculados em cada ano, contendo, no mínimo, os seguintes dados: nome do aluno, filiação, data de nascimento, curso em que foi matriculado (Imagens 16 e 17). Em um único livro podem estar registradas as matrículas de vários anos.

Imagem 16 - Registro de matrículas.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 17 - Registro de matrículas.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Os requisitos indispensáveis para matrícula nos cursos do IA, ao longo do tempo, foram se adaptando às exigências oriundas das instâncias superiores.

Os Regulamentos do IBA, datados de 1927 e 1932, estabeleciam os requisitos mínimos para que o aluno pudesse prestar o exame de admissão:

Art. 6 . São condições essenciais para admissão em qualquer dos cursos:

- Moralidade;
- Aptidão para a musica ou para o desenho, conforme o curso;
- Idade conveniente, segundo o curso;
- Sanidade reconhecida e constituição physica adaptada às exigências do estudo;
- Conhecimento sufficiente da língua portuguesa e operações arithmeticas as mais elementares.

Art. 7 . O candidato menor de nove anos ou maior de vinte e cinco só poderá ser admitido á matrícula, no Conservatório, se no exame revelar aptidão para a musica, a juízo da comissão examinadora.

Art. 8 . Para a matrícula na Escola de artes deve o candidato contar, pelo menos, doze annos de idade (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, 1927).

Em 1939, foi aprovado pela Congregação dos Professores, sucessora da Comissão Central na direção dos destinos do IBA, um novo estatuto, contemplando os cursos de Música e Artes Plásticas.

Nele constava que o ensino de Música no Instituto compreenderia cursos dos graus Fundamental - preparatório para o Geral-, Geral - tinha por objetivo formar instrumentistas e profissionais de orquestra - e Superior . tinha por objetivo formar professores de instrumentos e canto, maestros e compositores. Dentre eles, apenas o curso Superior seria considerado de grau universitário.

Para a matrícula inicial no curso Fundamental as exigências para matrícula eram:

- Certidão que prove a idade mínima de 8 anos e máxima de 13 anos
- . Prova de identidade;
- Atestados de idoneidade moral;
- Atestados de sanidade física e mental;
- Certificado de aprovação no exame vestibular;
- Recibo de pagamento da taxa de matrícula e frequência
- Dois retratos, pequenos, para o cartão de identidade e requerimento (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, 1939).

Para os cursos Geral e Superior era exigido certificado de habilitação no Curso Fundamental e certificado de aprovação no curso ginásial (3º ano para o curso Geral e 5º ano para o Superior). Para os candidatos à classe de Canto ainda era exigido um certificado de aprovação em exame da língua italiana, prestado no IBA ou em estabelecimento de ensino federal ou equiparado.

O ensino de Artes Plásticas compreendia os cursos de pintura, escultura e gravura. As exigências para a matrícula inicial nos três cursos eram as mesmas:

- Certidão que prove a idade mínima de 15 anos;
- . prova de identidade;
- . prova de sanidade;
- . prova de idoneidade moral;
- . certificado do curso secundário fundamental;
- . certificado de aprovação em exame prévio, no Instituto de Desenho geométrico, desenho figurado e Modelagem;

. recibo de pagamento das taxas regulamentares (Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, 1939).

Com a federalização dos cursos do IBA, um novo estatuto foi aprovado, em 1951, pela Congregação dos Professores. O curso de Música passou a ser feito em dois ciclos: Fundamental e Superior. O de Artes Plásticas permaneceu dividido em pintura, escultura e gravura.

Para se inscrever nos cursos, o candidato devia fazer uma declaração dirigida ao Diretor do Instituto informando em qual curso desejava se matricular. Além de juntar os seguintes documentos:

Para o Curso Fundamental de Música

- certidão de registro de nascimento
- prova de identidade
- atestado de idoneidade moral
- atestados de sanidade física e mental
- prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar
- 3 fotografias (tamanho 3x4)
- Recibo de pagamento da taxa de inscrição
- Idade mínima de 7 anos.

Para os cursos Superiores de Música e Artes Plásticas

Todos os documentos exigidos para inscrição no Curso Fundamental de Música

Certificado de conclusão, no mínimo, do curso secundário fundamental.

certidão de aprovação e classificação no concurso de habilitação(Documento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, 1951).

A partir de 1997, as regras para seleção de novos alunos passaram a ser definidas pelo concurso vestibular unificado, cujos editais são elaborados, anualmente, pela Comissão Permanente de Seleção (COPERSE). Para os cursos ministrados pelo Instituto de Artes é exigida aprovação em prova específica, cujo conteúdo é de acordo com o curso escolhido.

A documentação exigida para matrícula é:

- Certificado de Conclusão do Ensino Médio (2º grau) e Histórico Escolar completos
- Cópia do documento de identidade atualizado.

A partir do momento em que foram estipuladas cotas para ingresso na universidade, as exigências de documentos para matrícula se diversificaram.

Podem ser exigidos mais ou menos documentos de acordo com o tipo de ingresso.

Segundo Belloto, os arquivos permanentes das universidades:

[...] possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente, fornecem dados de toda ordem como grande capital de experiência para continuidade institucional da universidade (BELLOTTO, 1989, p. 25).

Estes livros fazem parte do acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, o qual está localizado no campus Centro da Universidade, mais especificamente no prédio do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), *campus* Centro, desde 1999. A transferência da documentação para o ICBS deveu-se ao fato do prédio do IA não oferecer um local em condições para guarda da referida documentação, como já foi comentado anteriormente.

A partir do ano 2000, com o apoio da Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), iniciou-se um projeto para organização do acervo, com a contratação de uma arquivista, aquisição de equipamentos e melhorias no espaço físico.

A Arquivista Medianeira Goulart afirma que:

O Arquivo Histórico abriga a história do Instituto de Artes com suas múltiplas facetas e vinculações com a sociedade rio-grandense, pois tem armazenado aproximadamente 450.000 documentos relativos à origem, aos direitos e objetivos da instituição (GOULART, 2010, p. 22).

Dessa forma, justifica-se a importância deste trabalho para a disponibilização e difusão da documentação à sociedade. Este estudo tem o intuito de evidenciar o fato de que, por meio do processo de descrição, é possível facilitar o acesso à memória das instituições, tendo como objeto o Instituto de Artes da UFRGS. Acredita-se que, com o presente trabalho, a sociedade gaúcha será beneficiada com o conhecimento sobre a história de uma de suas mais importantes instituições de ensino.

A partir da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a qual dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, passou a ser dever do Poder

Público tanto a gestão documental, quanto a proteção especial a documentos de arquivos, no que diz respeito a sua preservação e publicidade.

Para o arquivista e outros profissionais da informação é um grande desafio manter a integridade física dos acervos, pois, como diz Schellenberg, em seu livro *Arquivos Modernos*:

Os documentos modernos são, por assim dizer, quase tão efêmeros quanto volumosos. [...] Não haverá perigo de submergir-se na inundação de documentos públicos modernos, pois estes desaparecerão rapidamente, quase na mesma proporção em que foram produzidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 231).

A importância da preservação reside no fato de que os documentos históricos constituem-se num registro cultural de uma determinada época e lugar, que podem ser significativos tanto para pequenos grupos, quanto para toda a sociedade. É responsabilidade do arquivista, e de outros profissionais da informação, manter a integridade do suporte e da informação do acervo que custodia.

Consciente da relevância do arquivista como gestor da informação, que organiza, conserva, disponibiliza, difunde, recupera e dá acesso às informações contidas no acervo por ele custodiado, foi que se pensou este trabalho, a fim de disponibilizar e socializar a documentação produzida pelo Instituto de Artes da UFRGS.

O direito de acesso à informação pública é um dos pilares do regime democrático, no entanto somente estará garantido se a informação for preservada, organizada e disponibilizada ao usuário de forma a que este obtenha a informação desejada com rapidez e confiabilidade.

Diante do exposto, reitero a importância da descrição arquivística como forma de contribuir para fomentar a cultura de acesso e pesquisa aos documentos que fazem parte do acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS, demonstrando a relevância desse trabalho na preservação e difusão do patrimônio documental público.

3 2. Discussão da Pesquisa

As etapas para alcançar o objetivo deste trabalho foram divididas em: estudo da instituição e do acervo; levantamento das fontes documentais para a

pesquisa; definição dos campos a serem incluídos na descrição e a elaboração do instrumento de pesquisa.

O estudo da instituição e do acervo se deu por meio dos documentos normativos e demais documentos que registram as atividades administrativas, acadêmicas e culturais do IA e da UFRGS. Neste momento, também foram observados o estado de conservação, as normas para pesquisa e a existência de controle das condições ambientais do espaço físico do AHIA. Estes dados foram utilizados para subsidiar a elaboração do Guia do Arquivo Histórico do Instituto de Artes.

Os documentos foram classificados tomando por base o quadro de arranjo²⁸ já existente. Este quadro é um sistema de classificação elaborado e utilizado pelos arquivistas para documentos de valor permanente ou histórico. São levados em consideração os princípios arquivísticos de proveniência²⁹, da organicidade³⁰ e do respeito à ordem original³¹.

Também foi feito um levantamento documental, (Quadro 5), para que se possa ter uma visão geral da documentação, além de entender qual a relação que os documentos possuem entre si. Foram identificados apenas os documentos pertencentes ao período histórico que compreende os anos de 1908 a 1962.

Nesta etapa, ficaram evidentes as diversas baixas que ocorreram durante a constituição do acervo, em que se constatou a existência de muitas lacunas nas séries documentais, inclusive nos livros que são objeto desta investigação. A última data existente é de 1941.

²⁸ ANEXO E - Quadro de Arranjo.

²⁹ Princípio de Proveniência: estabelece que os documentos provenientes de uma mesma instituição devem ser mantidos agrupados de modo que reflitam a organização e as funções que os produziram.

³⁰ Princípio da organicidade: considera a relação que um documento tem com o outro dentro do fluxo natural de tramitação administrativa, tornando um documento único em seu contexto.

³¹ Princípio de respeito à ordem original: é o princípio que defende que os documentos devem ser mantidos na ordem em que foram produzidos.

Quadro 5 . Levantamento Documental (parcial)³².

Levantamento Documental	
Documentação	Observações
Dossiês de Servidores	Dossiês de ex-servidores do IBA, em ordem alfabética.
Concurso para Provimento de Cátedra	Normas, Atas e Resultados de exames para provimento de cátedras dos cursos de Música e Artes Plásticas. Teses apresentadas para defesa do concurso de cátedra.
Livro Ponto	Volumes encadernados e pacotes de folhas soltas referentes ao registro da frequência dos servidores e professores do IBA, em ordem cronológica.
Registro de títulos e nomeações	Volumes encadernados referentes ao registro de títulos e nomeações de professores do IBA.
Folhas de pagamento	Folhas de pagamento de servidores do IBA.
Prestação de contas e movimentação financeira	Documentos relativos à movimentação financeira do IBA.
Correspondência expedida e recebida	Volumes encadernados, datados de 1908 a 1967, contendo ofícios, cartas, telegramas, convites, memorandos e outros documentos administrativos enviados e recebidos pelo IBA.
Atas da Congregação dos Professores	Livros de atas com o registro das Sessões da Congregação dos Professores, de 1936 a 1967.
Atas da Comissão Central	Livros de atas das Sessões da Comissão Central, de 1908 a 1935.
Livros de Matrículas	Livros de registro de matrículas, de 1908 a 1941.
Realizações Públicas	Catálogos de exposições, programas de recitais, normas para organização e funcionamento de eventos promovidos pelo IBA.

³² Não foi feito o levantamento documental de todo o acervo do AHIA por não ser este o foco da pesquisa. Priorizou-se a documentação histórica que vai de 1908 a 1962.

Requerimentos de Matrículas	de	Envelopes contendo requerimentos de matrículas de alunos dos cursos de Música e Artes Plásticas.
Livros de Exames		Livros contendo os registros das atas de exames parciais e finais dos alunos do IBA.
Diários de Classe		Cadernetas utilizadas pelos professores para registro da frequência dos alunos e descrição do conteúdo dado em aula, divididos por curso, por ano e por disciplina.
Dossiês dos Professores	dos	Dossiês contendo documentos relativos à vida profissional de ex-professores do IBA. Estão separados por curso e em ordem alfabética.
Dossiês de Alunos		Dossiês contendo documentos relativos ao ingresso e vida acadêmica de ex-alunos do IBA. Estão separados por curso e em ordem alfabética.
Relatório		Relatório sobre a reincorporação do IBA à UPA de 1945.
Relatório		Relatório de inauguração do novo edifício do IBA de 1943.
Regimentos e estatutos		Regimentos e Estatutos do IBA, do IA e da UFRGS de 1908 a 2007.
Relatórios		Relatórios dos Diretores da Escola de Artes e do Conservatório de Música. Relatórios dos diretores do IA.
Registro de Diploma		Livros de registro dos diplomas dos alunos dos cursos de Pintura, Escultura e Música de 1938 a 1975.
Atas do Conselho Técnico-Administrativo		Livros de registros das sessões do Conselho Técnico-Administrativo de 1950 a 1962.
Atas do Conselho Departamental		Livros de registro das Sessões do Conselho Departamental de 1962 a 1966.
Livro de Históricos		Livros contendo o histórico dos alunos dos cursos de Artes Plásticas e Música de 1924 a 1961.

Fonte: Autoria própria, 2015.

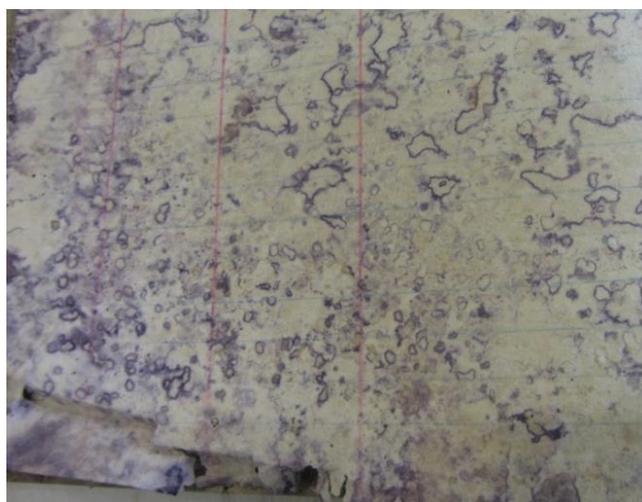
Vale registrar que a documentação sofreu danos ao longo dos anos, como a ação do tempo, de insetos, de manuseios incorretos e da umidade, o que comprometeu a integridade da informação e do suporte de alguns documentos.

Imagem 18 . Documento atacado por insetos.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 19 . Documento mofado devido à umidade.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Os instrumentos de pesquisa foram fundamentados na NOBRADE, levando-se em consideração as necessidades e especificidades do acervo. A NOBRADE é voltada para a descrição de documentos em fase permanente, entretanto, também pode ser utilizada para a descrição de documentos nas fases corrente e intermediária e [p.] tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito internacional+ (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 10).

Para o controle da quantidade de matrículas - por ano, por livro, por curso, por sexo, etc - foi elaborado um quadro de mensuração de matrículas, (Quadro 6), organizado de forma cronológica, apontando as quantidades de matrículas por ano.

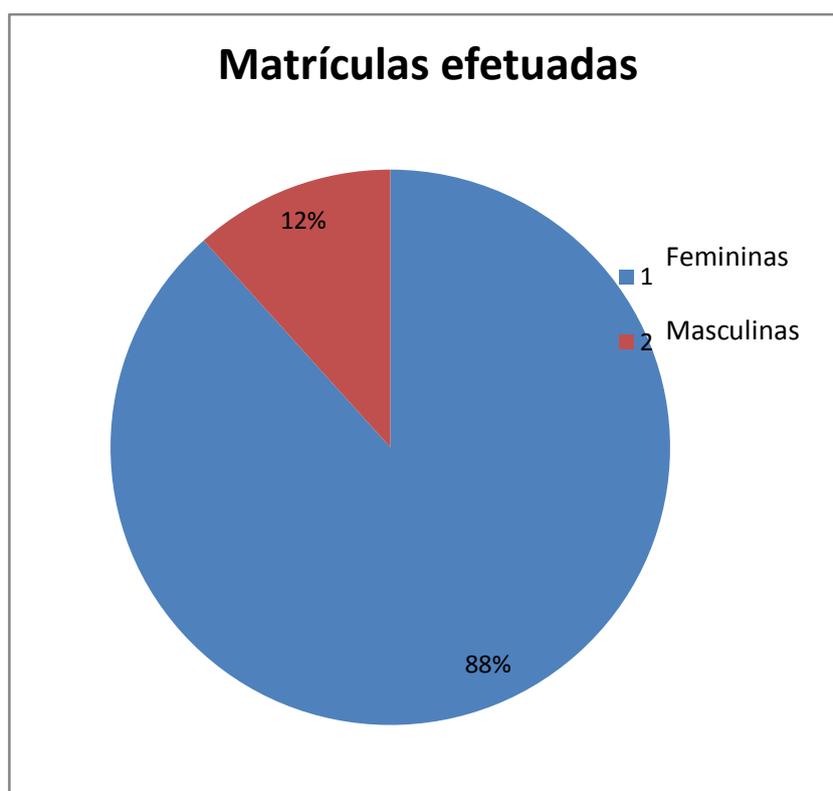
Quadro 6 - Mensuração de matrículas.

Número do Livro de Matrículas	Total de matrículas por livro	Matrículas Femininas	Matrículas Masculinas
Livro1	246	188	58
Livro 1A	1119	1011	108
Livro 2	1217	1072	145
Livro 3	1200	1079	121
Livro 4	935	819	116
Total de Matrículas	4717	4169	548

Fonte: Autoria própria, 2015.

Neste quadro pode observar-se que do número total de matrículas - 4717 matrículas - efetuadas no período estudado, 88% se referem a matrículas do sexo feminino e 12% do sexo masculino (Gráfico 1). Este dado pode ser melhor explorado por outros pesquisadores, especialmente os que estudam assuntos relativos à relação entre gênero e educação no início do século XX.

Gráfico 1 . Percentual de matrículas por sexo.



Fonte: Autoria própria, 2015.

O quadro abaixo (Quadro 7) demonstra o número de matrículas por curso em cada um dos livros, nota-se a predominância das matrículas nos cursos do Conservatório de Música. Isto se deve ao fato de que a Escola de Artes, durante muito tempo, teve dificuldades para se afirmar, principalmente pela falta de professores e de materiais de ensino para serem usados pelos alunos.

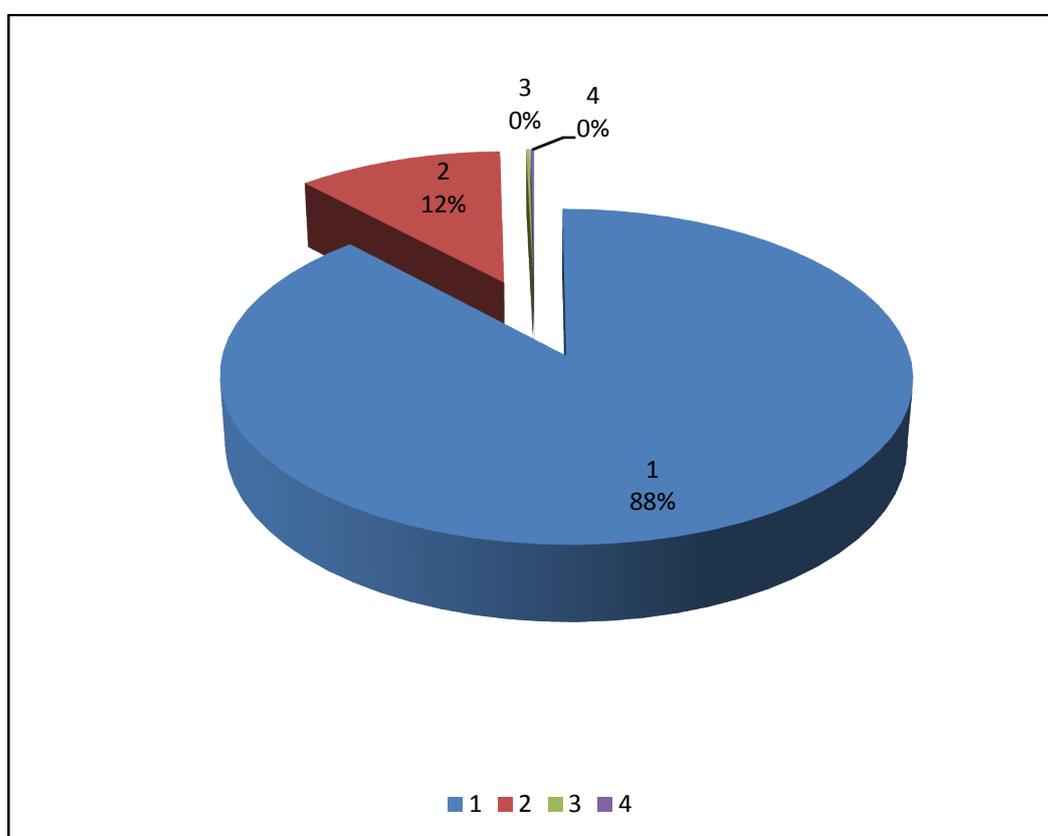
Quadro 7 - Mensuração do número de matrículas por curso.

Curso em que o aluno foi matriculado	Livro 1	Livro 1A	Livro 2	Livro 3	Livro 4	Total de Matrículas
1 -Conservatório de Música	230	990	1123	1106	709	4158
2 - Escola de Artes	16	116	90	93	225	540
3 - Conservatório de Música e Escola de Artes		7	2			9
4 - S/Especificação		6	2	1	1	10
						4717

Fonte: Autoria própria, 2015.

O gráfico seguinte, (Gráfico 2), mostra o percentual de matrículas por curso. Estes dados são o somatório de todas as matrículas efetuadas nos cinco livros de registro de matrícula pesquisados. O número 1 representa as matrículas efetuadas no Conservatório de Música, o número 2 as efetuadas na Escola de Artes, o número 3 se refere a alunos matriculados em ambos os cursos oferecidos pelo IBA simultaneamente e, finalmente, o número 4 se refere a matrículas efetuadas, em que não há indicação específica sobre qual curso o aluno foi matriculado.

Gráfico 2 - Percentual de matrículas por curso.



Fonte: Autoria própria, 2015.

Todos os registros de matrículas foram digitados em um banco de dados, o qual veio a dar origem aos verbetes (Figuras 10 e 11) do catálogo produzido como produto final desta pesquisa.

Figura 10 . Verbete 1ª matrícula efetuada em 1908.

 Livro de Matrículas nº 01 (1908-1911)	
Nº do Livro:	1
Nº da Matrícula:	1
Data:	25/06/1908
Órgão:	Conservatório de Música
Curso / Aula:	violino
Nome do Aluno:	Thilda Leão
Data de Nascimento:	15/09/1890
Sexo:	F
Oservações:	

Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 11 . Verbete da matrícula de Iberê Camargo no curso de Técnico de Arquitetura em 1939.

Nº do Livro:	4
Nº da Matrícula:	10
Data:	15/03/1939
Órgão:	Escola de Artes
Curso / Aula:	Técnico de arquitetura
Nome do Aluno:	Iberê Camargo
Data de Nascimento:	18/11/1914
Sexo:	M
Oservações:	

Fonte: Autoria própria, 2015.

Estes dados foram transportados para uma planilha eletrônica, com a finalidade de serem tratados e transformados em índice, o qual fará parte do catálogo. Abaixo uma pequena amostra de como este índice será feito (Quadro 8). O índice completo do Livro 1 encontra-se no Apêndice A.

Quadro 8 . Índice alfabético do Livro 1, matrículas separadas por ano.

Índice Alfabético de Nomes de Alunos por ano - Livro 1 (1908-1911)		
1908		
Nome do Aluno	Órgão	Curso / Aula
Thilda Leão	Conservatório de Música	violino
1909		
Nome do Aluno	Órgão	Curso / Aula
Adyles Ramos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alcindo Nunes Pereira	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alda Lobato	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alice Domingues Campos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alice Leite Pereira da Silva	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alice Menna Barreto	Conservatório de Música	piano e canto
Aminta Brodt	Conservatório de Música	piano
Angelina Postoglione	Conservatório de Música	piano
Anna Isabel Barreto	Conservatório de Música	canto
Antonieta Moura e Silva	Conservatório de Música	piano
Aracy de Almeida Furtado	Conservatório de Música	piano
Armely Lindermeier	Conservatório de Música	piano
Carlos Augusto Mennet	Conservatório de Música	clarinete
Carmen Luiza Hotton	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Celina Furtado de Barros	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Celso de Barros Figueiredo	Conservatório de Música	violino
Corina Alves Correa	Conservatório de Música	piano
Dagmar Joanna Kurka Hotton	Conservatório de Música	piano
Darcyla de Moura Toscano	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Djalмира Ramos de Castro	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Dora de Almeida Furtado	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Edgard Peixoto Lopes	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Edith Ramos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Elisa Michelena	Conservatório de Música	piano
Elmonda Maya de Castilho	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Elsa Hofstätter	Conservatório de Música	piano e canto
Elvira Corrêa Barboza	Conservatório de Música	piano
Elzeario Vieira Nunez	Conservatório de Música	violino
Ernestina Meditsch	Conservatório de Música	piano

Esther Moura e Silva	Conservatório de Música	piano
Eutrópio Cardoso	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Evandro Vaz Dias	Conservatório de Música	italiano
Fernando Franco Netto	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Francisca Bandeira Caldas	Conservatório de Música	piano
Hilda Adolphina Ludwig	Conservatório de Música	piano
Honorina Corrêa Barboza	Conservatório de Música	violino
Imeldi De Munari	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Isabel Schneider	Conservatório de Música	piano
Jandyra Nunes Pereira	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Jenny Amalia Streccius	Conservatório de Música	theoria elementar de música
João Ferreira Guimarães	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Joaquina de Carvalho Vianna	Conservatório de Música	theoria elementar de música
José Menezes Barreto Vianna	Conservatório de Música	violino
José Postiglione	Conservatório de Música	flauta
Judith Furtado de Barros	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Judith Ramos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Julia Peixoto da Costa	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Luiz Octacilio Mayer	Conservatório de Música	theoria elementar de música.
Maria Beltrão da Silveira	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Maria Peixoto da Costa	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Marilia Barreto de Oliveira	Conservatório de Música	piano
Mario de Campos Birnfeld	Conservatório de Música	flauta
Mario Olinto	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Miguelina Rodrigues de Araujo	Conservatório de Música	piano
Nair Braga Sgrillo	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Octavio Dutra	Conservatório de Música	piano
Olinda Sommer	Conservatório de Música	piano e canto
Olympia Ossig da Fonseca Filha	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Ondina Braga Sgrillo	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Ondina Dutra Soares	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Oscar Frederico Ely	Conservatório de Música	flauta
Oswaldo Francisco da Silva (Oswaldo Franco da Silva)	Conservatório de Música	violino
Othylia de Holleben	Conservatório de Música	piano
Paulo Olinto	Conservatório de Música	theoria elementar de

		música
Pedro Alfredo Blanck	Conservatório de Música	flauta
Pedro de Alencastro Guimarães Junior	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Ritta Fernandes Vargas	Conservatório de Música	piano
Thalia Leão	Conservatório de Música	violino
Tovelille Maria Hotton	Conservatório de Música	piano
Valentina Maria de Moraes	Conservatório de Música	piano
Waldemar Barbedo	Conservatório de Música	violino
Walter de Campos Birnfeld	Conservatório de Música	flauta
Wilma Rick	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Zaida Granja	Conservatório de Música	canto

Fonte: Autoria própria, 2015

Dentre os registros de matrículas de alunos do Conservatório de Música e da Escola de Artes do período pesquisado, foram identificados nomes de personalidades que fizeram e ainda fazem parte do cenário das artes não só em Porto Alegre como em todo o Brasil.

Dentre eles podemos destacar pelo Conservatório de Música:

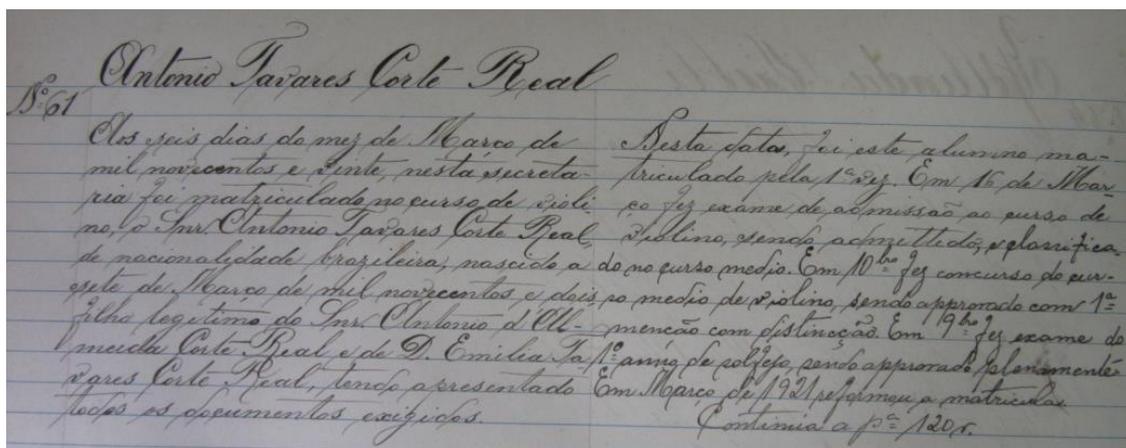
Antônio Tavares Corte Real: matriculou-se no curso de violino, em 1920, tendo concluído o curso em 1923. Em 1927, participou de um concerto realizado no Theatro São Pedro, onde recebeu o Prêmio de menção honrosa, obtendo uma medalha de ouro, a qual recebeu diretamente das mãos do Diretor do Instituto de Artes na presença de alunos, professores e demais convidados, constante no Livro de matrículas nº 02.

Na pasta contendo o dossiê de professor de Corte Real, consta que este iniciou sua carreira docente, em 1925, no Instituto Musical Porto Alegre como professor de violino. Apenas em 1931 foi que começou sua carreira como professor do Instituto de Belas Artes. Lá lecionou as seguintes disciplinas: Violino, Pedagogia Musical, Violino e Violeta e Música de Câmara. Realizou, ao longo de sua carreira como docente, diversos cursos voltados ao ensino da música, tanto em escolas, como em associações de classe. Aposentou-se em 1972.

Concomitantemente à docência, exerceu outras atividades, por exemplo, foi um dos fundadores da Sociedade Rio-Grandense de Música de Câmara e primeiro presidente da Associação Rio-Grandense de Música. Em 1984, publicou a obra *Subsídios para a História da Música do Rio Grande do Sul*, a

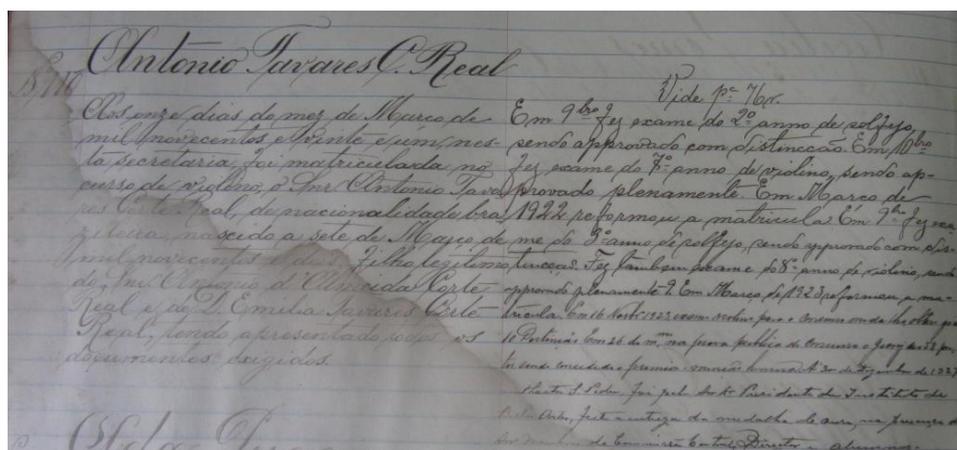
qual está dividida em quatro partes. A primeira, %Orquestra de Concerto+, narra as principais manifestações orquestrais do estado; a segunda, tem o título %Teatro Lírico por Amadores em Porto Alegre+; a terceira %O Ensino da Música+; e a quarta parte fala sobre o Hino Rio-Grandense e sobre seu autor Joaquim José de Mendanha, sendo o mais completo estudo sobre a história da música do estado do Rio Grande do Sul editado até aquela data.

Imagem 20 . 1ª Matrícula de Antônio Tavares Corte Real.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 21 - Matrícula final de Antônio Tavares Corte Real.



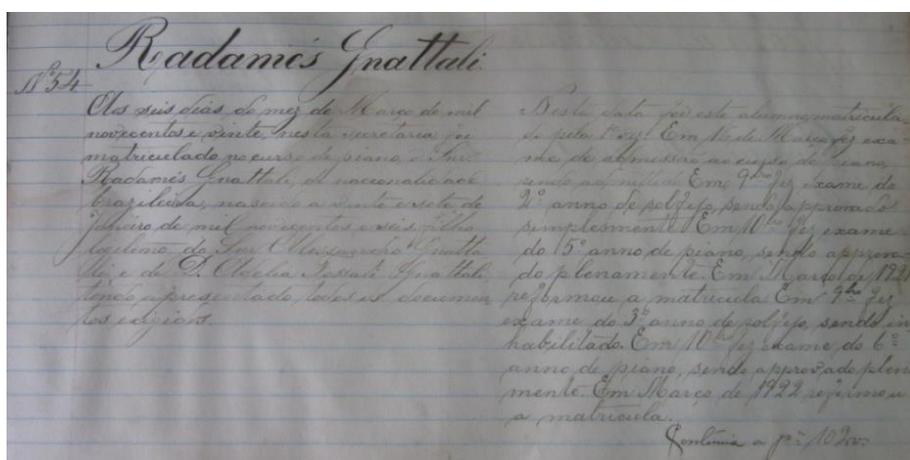
Fonte: Acervo da autora, 2015.

Radamés Gnatalli: matriculou-se no curso de piano, em 1920, tendo concluído o curso em 1924. Apresentou-se no Theatro São Pedro para seus exames finais, após retornar de uma viagem ao Rio de Janeiro, onde havia se apresentado na Escola Nacional de Música e sido saudado positivamente pela

crítica carioca. O júri local lhe deu o mais alto grau que podia ser conferido - grau 10 - e o honrou com louvor, dando-lhe menção honrosa e o primeiro prêmio . Medalha de Ouro . a qual foi entregue, em 1927, pelo Presidente do Instituto de Belas Artes, conforme consta no Livro de Matrículas nº 02.

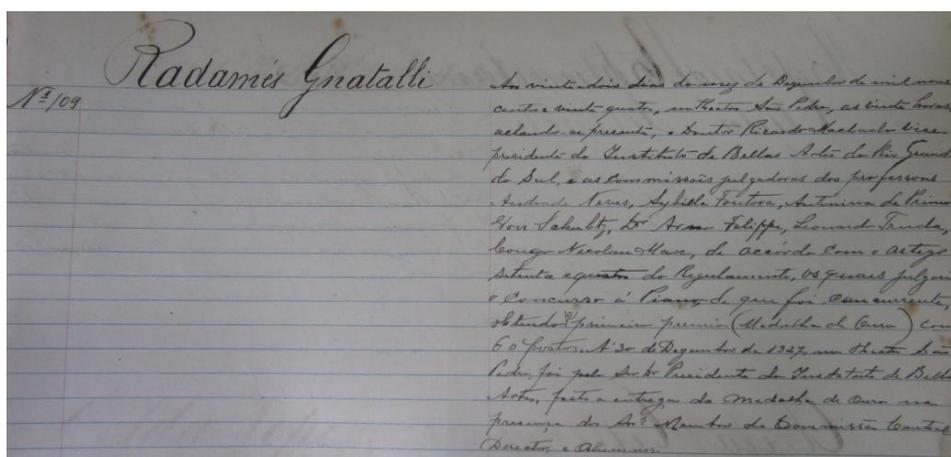
Na sua biografia consta que, após sua formatura, realizou concertos em São Paulo e Rio de Janeiro, sempre com grande sucesso. Radamés foi intérprete, compositor, maestro e arranjador. Seu repertório inclui os mais variados estilos musicais, indo do erudito ao popular³³.

Imagem 22 - 1ª Matrícula de Radamés Gnatalli.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 23 - Matrícula final de Radamés Gnatalli.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

³³Dados biográficos obtidos no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.radamesgnattali.com.br/site/index.aspx?lang=port>>. Acesso em 04 de junho de 2015.

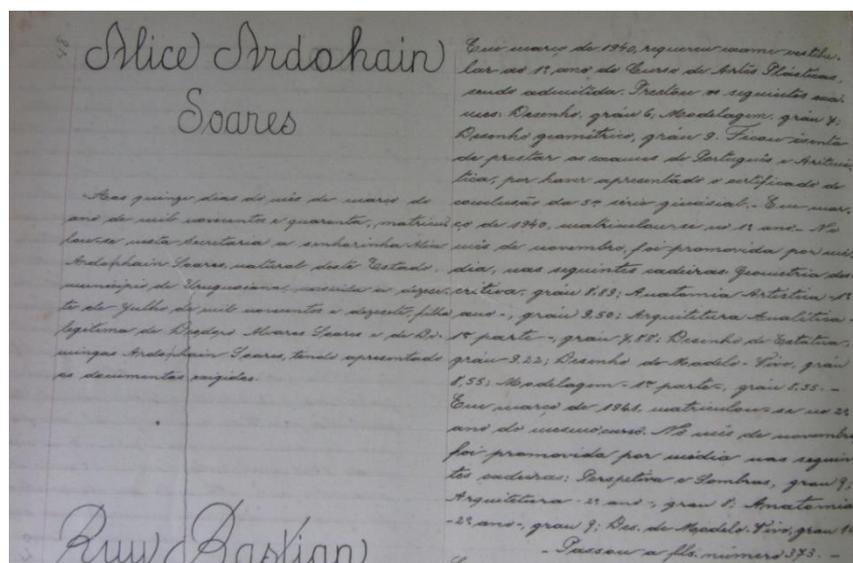
Ademais, pela Escola de Artes podemos destacar:

Alice Ardohain Soares: matriculou-se no curso de Artes Plásticas, em 1940, tendo concluído o curso de pintura, em 1943, e o de escultura em 1945, conforme consta no Livro de Matrículas nº 04.

No dossiê como professora do Instituto de Belas Artes, consta que exerceu seu ofício, entre 1956 e 1978, foi professora catedrática da cadeira de desenho dos cursos de pintura e escultura.

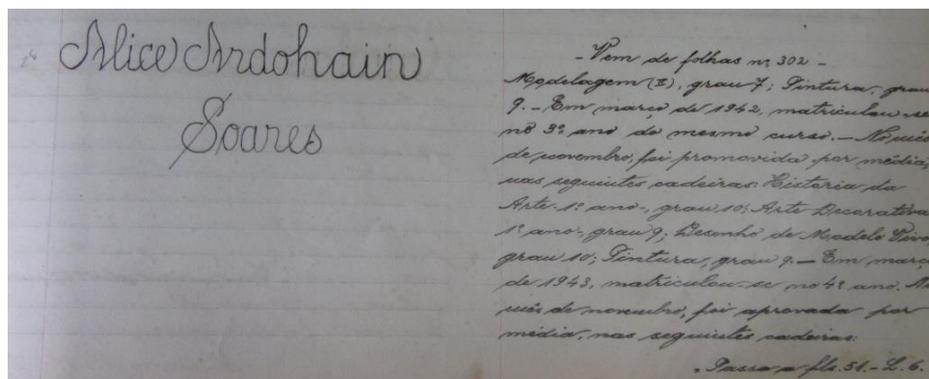
Participou de diversos salões de artes, tendo conquistado vários prêmios e medalhas. Fez exposições individuais em galerias do Brasil e do exterior.

Imagem 24 - 1ª Matrícula de Alice Ardohain Soares.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Imagem 25 - Matrícula de Alice Ardohain Soares.



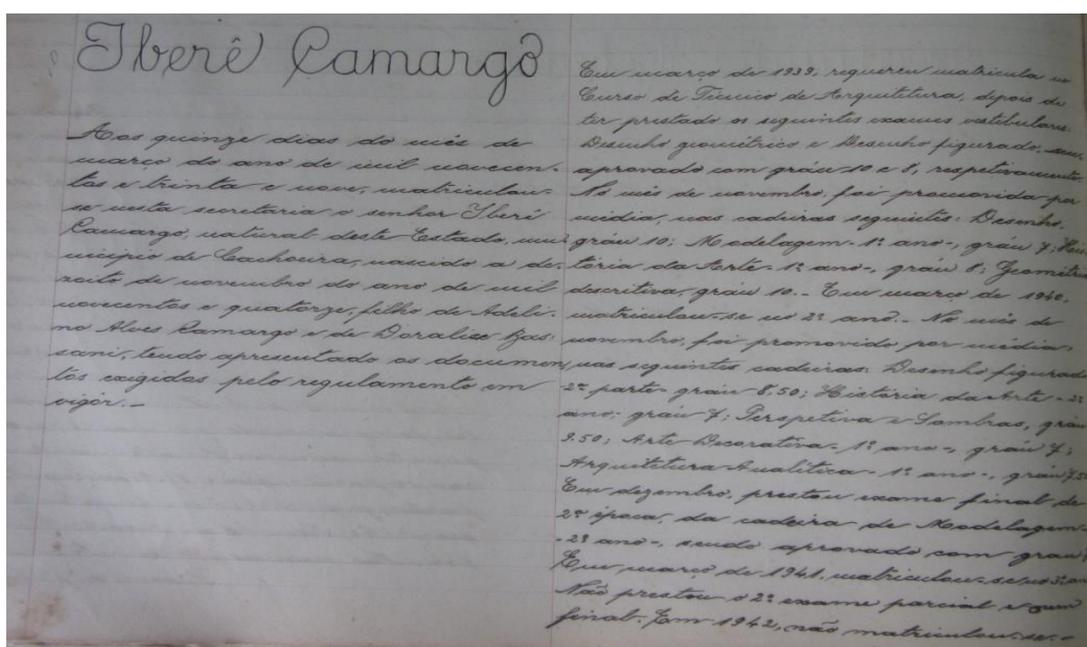
Fonte: Acervo da autora, 2015.

Iberê Camargo: frequentou o curso de Técnico de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, de 1939 a 1940, não tendo concluído o referido curso, conforme se vê no Livro de Matrículas nº 04.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou na Escola Nacional de Belas Artes, a qual também abandonou. Após isto, frequentou cursos livres e começou a participar de exposições coletivas e individuais, por conta disso viajou para a Europa e, ao retornar, passou a dar aulas em seu ateliê.

A Fundação Iberê Camargo foi fundada em 1995, um ano após sua morte, com o objetivo de preservar e divulgar sua obra. Além de estimular a reflexão sobre a produção artística contemporânea³⁴.

Imagem 28 - Matrícula de Iberê Camargo.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Como vimos acima, estes são alguns dos grandes artistas que passaram pelas salas de aula do IBA durante o período de 1908 a 1941. É bastante provável que, ao percorrermos as páginas do Catálogo dos Livros de Matrícula

³⁴Dados biográficos obtidos no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.iberecamargo.org.br/site/default.aspx>>. Acesso em 04 de junho de 2015.

do IBA, produto desta dissertação, encontremos outros expoentes do cenário artístico brasileiro que foram ex-alunos desta instituição de ensino.

O conjunto documental objeto desta pesquisa é testemunho do conhecimento do passado e, como tal, deve ser alvo de uma política de preservação, classificação e criação de instrumentos de acesso ao patrimônio documental.

A preservação dos documentos, e de tudo o que eles representam, faz-se importante por eles formarem parte do processo de construção da memória social, sendo fontes de informações para que os fatos ocorridos não sejam esquecidos, e, portanto, possam perpetuar-se no tempo, oferecendo ao cidadão um senso de identidade e pertencimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de ser a memória a forma mais pessoal e subjetiva do homem conhecer seu passado, sem ela não existiriam as artes, nem a história. Porém, quando ligada ao arquivo, pode tornar-se um objeto de poder, tema este muito debatido nos congressos e seminários de Arquivologia dos quais participei, pois os grupos mais fortes da sociedade podem usar os documentos com o intuito de instalarem, na coletividade, a sua versão - também conhecida por memória social - dos fatos ocorridos, usando-os para escrever a história da maneira que melhor lhes aprouver. Logo, se a memória é socialmente construída, a documentação que a envolve passa pelo mesmo processo.

Cabe destacar também que os arquivos não armazenam os documentos de forma neutra. Há uma seleção, intencional ou não. A memória contida nos documentos de arquivo está condicionada a vontades políticas, administrativas, individuais ou coletivas, sendo resultado do processo de interpretações seletivas, que ora fazem sentido, ora se encontram no campo das incertezas. Daí surge a necessidade de uma análise mais rigorosa que permita vislumbrar para além do conteúdo formal dos documentos.

A associação entre arquivo e memória é inseparável, contudo a simples existência dos documentos não é suficiente para constituir um arquivo: é preciso que ele cumpra as funções de guardar, recuperar e disseminar, não apenas os papéis sob sua custódia, como também a história que eles contam e a memória que eles guardam. A necessidade que nós, seres humanos, temos de um lugar para elaboração da memória coletiva é o principal motivo da existência dos arquivos.

No entanto, embora constituam a memória das instituições e das pessoas a elas relacionadas, os arquivos e seus documentos têm de ser analisados dentro do contexto histórico em que se encontram, uma vez que sua existência, organização e funcionamento estão condicionados pela sociedade que os rodeiam.

Podemos considerar os arquivos como lugares que permitem a evocação de lembranças e recordações, individuais ou coletivas. Os documentos que guardam podem ser entendidos como registros, vestígios e marcas de memória deixados pela sociedade e pelos indivíduos, de forma a tornar tangível seu

passado e promover a identificação das transformações ocorridas ao longo dos anos.

As instituições e os documentos são pontos de referência para a memória e apresentam relevância para a história, constituindo um patrimônio inestimável de informações que podem ser utilizadas para fins de pesquisa. É preciso tomar iniciativas que reduzam o descaso das autoridades, públicas ou privadas, para com a documentação referente à memória educacional e cultural do país. Precisamos urgentemente de ações que visem à valorização desta documentação e preservação desta memória, assegurando a existência de documentos que possam subsidiar as pesquisas em história da educação.

Quando se procuram os arquivos é porque se sabe que, nos documentos que preservam, estão os fragmentos de memória que se precisa para embasar as pesquisas para reconstruir a história.

Ao falar em patrimônio de uma instituição, em geral, a primeira lembrança que vem à mente refere-se ao patrimônio arquitetônico edificado, pois este é o que possui maior visibilidade junto à comunidade. Na UFRGS, por exemplo, não é diferente, pois a universidade possui, desde 2000, o Setor de Patrimônio Histórico (SPH) que tem por missão resgatar o acervo de edificações históricas da universidade.

No intuito de poder contribuir para que os outros patrimônios sejam também valorizados, como o patrimônio documental em questão, foi proposta esta pesquisa, que visou a promover o acesso aos documentos de valor permanente . histórico - recolhidos dos diversos setores do Instituto de Artes para o Arquivo Histórico. Estão representados, neste trabalho, pelos Livros de Matrículas dos anos iniciais do IA. Entende-se que, ao reconstruir e divulgar, tanto quanto possível, a memória desta instituição, contribui-se para a compreensão da educação artística no contexto local e nacional.

Organizar, preservar e manter em ordem os arquivos universitários é fundamental para salvaguardar a continuidade da instituição, para atender suas demandas internas, e também, é uma forma de contribuir para o desenvolvimento da comunidade em geral, pois guardam documentos que dizem respeito às políticas educacionais e às relações sociais e institucionais implementadas, as quais são imprescindíveis para a preservação e

socialização da memória deste importante ramo do conhecimento humano que é a educação.

Entretanto, preservar não quer dizer guardar tudo, mas fazer uma avaliação do que é realmente necessário, descartando o desnecessário e criando condições para a conservação dos documentos e informações importantes. Priorizando-se as ações de limpeza, acondicionamento e registro dos dados, como: banco de dados, verbetes, inventários e índices.

Preservar os registros documentais gerados, nas diferentes áreas do conhecimento em que a universidade atua, é um elemento chave para comprovar as atividades desenvolvidas no decorrer do tempo. Esta ação serve como campo de pesquisa e como fonte de dados, qualitativos e quantitativos, sobre o surgimento e a evolução do ensino superior no país, no estado e na cidade.

Neste estudo, foi possível constatar que há muito a se fazer em termos de melhorias de infraestrutura, elaboração de instrumentos de pesquisa, disponibilização do acervo aos usuários e democratização do acesso. Nota-se, porém, que o pouco que foi feito até agora, rendeu frutos.

A informatização dos arquivos universitários é precária, a maioria dos arquivos das unidades não é legalmente constituído, sendo em sua maior parte formados por depósitos de documentos acumulados, relegados ao descaso, sem qualquer tipo de tratamento arquivístico. Neste contexto, o AHIA é uma exceção, visto que é legalmente constituído, consta no regimento da unidade como órgão auxiliar da Direção e possui um local com condições adequadas para guarda de sua documentação.

Além disso, esclarece-se que, inicialmente, o documento de arquivo é produzido para fins administrativos, para registro das atividades diárias do órgão. No entanto, alguns documentos, ao longo de sua vida, passam a adquirir outros valores, servindo como prova e como informação das formas de vivência e fazeres das pessoas, instituições e sociedade em geral.

Nenhum trabalho realizado pelo arquivista é completo, se este não consegue transmitir ao usuário informações sobre os acervos que tem sob sua guarda. O elo entre a instituição arquivística e o usuário é proporcionado pelas funções de descrição e difusão.

A descrição pode proporcionar ao usuário, tanto uma visão geral da instituição arquivística - como no caso do Guia do Arquivo - quanto uma visão mais específica de um ou mais documentos do acervo - como é o caso do Catálogo dos Livros de Matrícula.

Todo instrumento de pesquisa deve levar em consideração o conteúdo e a contextualização do documento. Para sua elaboração, é extremamente desejável que a documentação já esteja organizada. Caso não seja esta a realidade do arquivo trabalhado, ainda assim é possível realizar a descrição de documentos pasta por pasta, caixa por caixa, estante por estante ou qualquer outra ordenação estruturada, física ou intelectualmente, na qual os documentos estejam dispostos.

A documentação que foi escolhida para este trabalho já passou pelos procedimentos arquivísticos de avaliação e classificação. Por ser de caráter histórico tem prazo de guarda permanente, seu acondicionamento consiste em caixas de papel com ph neutro feitas sob medida para cada um dos livros. Estas caixas ficam nos arquivos deslizantes comprados especialmente para a guarda da documentação histórica do AHIA.

Esta pesquisa não teve como escopo descrever o acervo como um todo. Nosso foco foi nos livros de registro de matrícula, servindo apenas como um aceno aos demais pesquisadores para o rico acervo que o AHIA custodia. A intenção foi a de facilitar a consulta e o acesso dos usuários ao acervo reunido ao longo de mais de cem anos pelo AHIA, aliada à preocupação de preservar a integridade dos documentos com a diminuição do manuseio dos originais.

Desse modo, fica a expectativa de que os instrumentos produzidos sirvam para o fim ao qual se propõem, qual seja o de tornar a informação contida nos documentos acessível a qualquer usuário. O objetivo do trabalho do AHIA, desde sua reorganização, sempre teve como premissa a valorização do patrimônio documental arquivístico, por meio da criação do quadro de arranjo e dos instrumentos de pesquisa que estão sendo elaborados.

O objetivo de promover e divulgar o patrimônio documental sobre a história do ensino das artes no Rio Grande do Sul despertou a vontade de elaborar os instrumentos de pesquisa resultantes desta dissertação como: o guia do Arquivo Histórico do Instituto de Artes, que traz informações sobre a entidade custodiadora do acervo, e o Catálogo dos Livros de Matrícula do

Instituto de Bellas Artes, dos anos de 1908 a 1941, que traz informações específicas sobre o registro das matrículas dos alunos do IBA neste recorte de tempo. Além de informações gerais sobre os livros, o catálogo traz verbetes com informações de cada uma das matrículas efetivadas neste período.

Ambos os instrumentos foram condensados em um único instrumento para publicação. Primeiramente, serão disponibilizados em formato digital para consulta local, após, serão disponibilizados para consulta *on-line*, tão logo o Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFRGS autorize e libere o acesso da pesquisadora como administradora da página do Arquivo Histórico. Após a pesquisa e seguindo a tendência atual de informatização e disponibilização de informações na internet, pretende-se retomar o trabalho de digitalização dos documentos históricos do AHIA.

Para complementar esta afirmação, destaco que, durante a realização do presente trabalho, os dados digitados no banco de dados já serviram de subsídio para completar informações faltantes de uma publicação do Departamento de Artes Visuais que está em elaboração.

Com este trabalho, esperamos ajudar a organizar o conhecimento da área das artes. Para muitos, o trabalho em arquivo pode parecer uma tarefa enfadonha e desinteressante, mas, para mim, poder registrar a história e a memória de uma instituição centenária como o Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é extremamente gratificante.

Acredita-se que a promoção do acesso aliado a políticas de preservação do acervo contribua para a valorização e sensibilização da UFRGS, em relação à organização e à conservação de seus registros administrativos.

Como uma entidade pública, a UFRGS tem o dever de assegurar à sociedade o acesso a seus documentos, por isto ressaltamos a importância da preservação da sua memória administrativa para o fortalecimento de sua identidade institucional.

Desta maneira, a relação entre arquivo e memória estabelece, de forma efetiva, a capacidade intrínseca que os arquivos têm de subsidiar, num determinado momento, a pesquisa histórica e científica, permitindo que seus registros, além de testemunhos e provas, possam incitar questionamentos que ultrapassem os limites do fazer arquivístico e, por conseguinte, fomentar a

interação com outras ciências, especialmente as sociais, tais como a história, a sociologia, a psicologia, entre outras.

Para encerrar deixo uma frase escrita por Carol Dreyfuss (1995, p. 48):
"Poucos entendem que . sem memória não podemos responder inteligentemente. Sem informação, a sabedoria é impossível+."

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DBTA**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em 24/07/2013.

_____. (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em 01/05/2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Universidade e arquivo**: perfil, história e convergência. In: Trans-in-formação. V.1, n.3, set/dez 1989. p. 15-28. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/index.php?dd60=0&dd61=ARQUIVO&dd50=301>>. Acesso em 08/08/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 15/06/2013.

BRASIL. **Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 16/06/2013.

BRASIL. **Decreto 14.343, de 07 de setembro de 1920**. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em 13/03/2015.

BRASIL. **Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13/03/2015.

BRASIL. **Decreto nº 19.991, de 26 de novembro de 1945**. Autoriza o funcionamento do curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio

Grande do Sul. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19991&tipo_norma=DEC&data=19451126&link=s. Acesso em 10/03/2015.

BRASIL. **Lei 1254, de 04 de dezembro de 1950.** Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm. Acesso em 12/03/2015.

BRASIL. **Lei nº 4.159, de 30 de novembro de 1962.** Integra na Universidade de Minas Gerais o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte, incorpora o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul à Universidade do Rio Grande do Sul, e autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, de crédito especial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4159.htm. Acesso em: 10/03/2015.

CARVALHO, Elizabeth Leão de; LONGO, Rose Mary Juliano. **Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL.** Informação & Informação, Londrina, v. 7, nº 2, p. 113-133, 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1703/1454>. Acesso em 15/05/2015.

CASTRO, A. de M.; CASTRO, A. de M.; GASPARIAN, D. de M. e C. **Arquivística arquivologia:** arquivística = técnica, arquivologia = ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE - UNILASALLE. **Manual para apresentação de projetos de pesquisa do Centro Universitário La Salle.** Elaboração: Cristiane Pozzebom, Samarone Guedes Silveira, Melissa Rodrigues Martins. . 2ª edição . Dados eletrônicos. . 2011. Disponível em: https://academicos.unilasalle.edu.br/docs/manual_projetos_pesquisa_2011.pdf. Acesso em 31/08/2013.

CHAGAS, Mário. **Memória política e política de memória.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** 14 ed. São Paulo: Ática. 2005. 520 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em 22/07/2013.

CRUZ MUNDET, J. R.; **Manual de Archivística.** Madrid, Espanha: Fundación Hermán Sanchez Ruipérez; Pirámide, 1996.

DODEBEI, Vera. **Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço**. In: Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação / organizadores: Luis Sayão, et al. Salvador: EDUFBA, 2009, 365 p.

DREYFUS, Carol. **As agências de fomento e a informação**. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 17 (1994: Belo Horizonte). Anais. Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1995, v.2, p. 47-52.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.50-57, jan./jun. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em 16/05/2015)

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. In: Educar em revista. Curitiba, nº 28 (jul/dez/2006), p. 17-36.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A Norma Brasileira de Descrição Arquivística: NOBRADE**. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2006.

GOULART, Medianeira Pereira. **Revitalização do acervo fotográfico do arquivo histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Monografia (Especialização Gestão em Arquivos), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Memória Social**. Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. UNILASALLE, 2013/1. Notas de aula, impresso.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística General: teoria y práctica**. Sevilla. Disputación Provincial de Sevilla, 1993.

JARDIM, José Maria (org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói RJ, EdUFF, 1999a. 202 p.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Arquivo. In: CAMPELO, B.; CALDEIRA, P. da T. (org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. 541p.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, 64 p. (Projeto como fazer 6).

MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Fundação Oswaldo Cruz**. Disponível em: <<http://icaatom.coc.fiocruz.br/index.php/page/about>>. Acesso em 27/07/2013.

NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de memória da medicina no Brasil**. Disponível na internet em 08 de novembro de 2008: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm>> . Acesso em 24/03/2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em 15/03/2015.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Um dia, em um outro tempo**. In: UFRGS 70 anos. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 9-73, il.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Cpdoc/FGV: Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 15/05/2104.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, de 08 de julho de 1947. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab_rJmqsoWc%3D&tabid=3456&language=pt-BR>. Acesso em 10/03/2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 5.758**, de 28 de novembro de 1934. Crea a Universidade de Porto Alegre. In: UFRGS 75 anos. Disponível em: <http://www8.ufrgs.br/ufrgs/75anos/index.php?pagina=linha_do_tempo>. Acesso em 10/03/2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 6.194**, de 30 de março de 1936. Cria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. In: UFRGS 75 anos. Disponível em: <http://www8.ufrgs.br/ufrgs/75anos/index.php?pagina=linha_do_tempo>. Acesso em 10/03/2015.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG**. Dissertação (Mestrado) . Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/pt-br.php>>. Acesso em 26/07/2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIMON, Círio. **Origens do Instituto de Artes**: Etapas e contribuições do Instituto de Artes da UFRGS na constituição de expressões de autonomia no sistema de Artes Visuais do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História) . Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2632/000323582.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11/04/2014.

TEIXEIRA, Anísio. **A universidade de ontem e de hoje**. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, Vol. 42, nº 95 (jul/set/1964), p. 27-47.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **História da UFAM**. Disponível em: <http://www.ufam.edu.br/index.php/historia-da-ugm>>. Acesso em: 05/06/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm>. Acesso em: 04/06/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Notícias**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm>. Acesso em: 15/03/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2011**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/RG2011.pdf>>. Acesso em: 04/07/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico Instituto de Artes**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/artes/institucional/historia>>. Acesso em: 20/11/2013.

APÊNDICE A- Índice Alfabético de Nomes de Alunos por ano Livro 1

Livro 1 (1908-1911).

1908

Nome do Aluno	Órgão	Curso / Aula
Thilda Leão	Conservatório de Música	violino

1909

Nome do Aluno	Órgão	Curso / Aula
Adyles Ramos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alcindo Nunes Pereira	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alda Lobato	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alice Domingues Campos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alice Leite Pereira da Silva	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Alice Menna Barreto	Conservatório de Música	piano e canto
Aminta Brodt	Conservatório de Música	piano
Angelina Postoglione	Conservatório de Música	piano
Anna Isabel Barreto	Conservatório de Música	canto
Antonieta Moura e Silva	Conservatório de Música	piano
Aracy de Almeida Furtado	Conservatório de Música	piano
Armely Lindermeyer	Conservatório de Música	piano
Carlos Augusto Mennet	Conservatório de Música	clarinete
Carmen Luiza Hotton	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Celina Furtado de Barros	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Celso de Barros Figueiredo	Conservatório de Música	violino
Corina Alves Correa	Conservatório de Música	piano
Dagmar Joanna Kurka Hotton	Conservatório de Música	piano
Darcyla de Moura Toscano	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Djalмира Ramos de Castro	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Dora de Almeida Furtado	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Edgard Peixoto Lopes	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Edith Ramos	Conservatório de Música	theoria elementar de música

Elisa Michelena	Conservatório de Música	piano
Elmonda Maya de Castilho	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Elsa Hofstätter	Conservatório de Música	piano e canto
Elvira Corrêa Barboza	Conservatório de Música	piano
Elzeario Vieira Nunez	Conservatório de Música	violino
Ernestina Meditsch	Conservatório de Música	piano
Esther Moura e Silva	Conservatório de Música	piano
Eutrópio Cardoso	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Evandro Vaz Dias	Conservatório de Música	italiano
Fernando Franco Netto	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Francisca Bandeira Caldas	Conservatório de Música	piano
Hilda Adolphina Ludwig	Conservatório de Música	piano
Honorina Corrêa Barboza	Conservatório de Música	violino
Imeldi De Munari	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Isabel Schneider	Conservatório de Música	piano
Jandyra Nunes Pereira	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Jenny Amalia Streccius	Conservatório de Música	theoria elementar de música
João Ferreira Guimarães	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Joaquina de Carvalho Vianna	Conservatório de Música	theoria elementar de música
José Menezes Barreto Vianna	Conservatório de Música	violino
José Postiglione	Conservatório de Música	flauta
Judith Furtado de Barros	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Judith Ramos	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Julia Peixoto da Costa	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Luiz Octacilio Mayer	Conservatório de Música	theoria elementar de música.
Maria Beltrão da Silveira	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Maria Peixoto da Costa	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Marilia Barreto de Oliveira	Conservatório de Música	piano
Mario de Campos Birnfeld	Conservatório de Música	flauta
Mario Olinto	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Miguelina Rodrigues de Araujo	Conservatório de Música	piano
Nair Braga Sgrillo	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Octavio Dutra	Conservatório de Música	piano
Olinda Sommer	Conservatório de Música	piano e canto
Olympia Ossig da Fonseca Filha	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Ondina Braga Sgrillo	Conservatório de Música	theoria elementar de

		música
Ondina Dutra Soares	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Oscar Frederico Ely	Conservatório de Música	flauta
Oswaldo Francisco da Silva (Oswaldo Franco da Silva)	Conservatório de Música	violino
Othylia de Holleben	Conservatório de Música	piano
Paulo Olinto	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Pedro Alfredo Blanck	Conservatório de Música	flauta
Pedro de Alencastro Guimarães Junior	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Ritta Fernandes Vargas	Conservatório de Música	piano
Thalia Leão	Conservatório de Música	violino
Tovelille Maria Hotton	Conservatório de Música	piano
Valentina Maria de Moraes	Conservatório de Música	piano
Waldemar Barbedo	Conservatório de Música	violino
Walter de Campos Birnfeld	Conservatório de Música	flauta
Wilma Rick	Conservatório de Música	theoria elementar de música
Zaida Granja	Conservatório de Música	canto

1910

Nome do Aluno	Órgão	Curso / Aula
Aarão Anniel	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Adyles Ramos	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Alba Maiato	Conservatório de Música	piano
Albertina Brandão	Conservatório de Música	piano
Alcindo Nunes Pereira	Conservatório de Música	violino
Alice Domingues Campos	Conservatório de Música	piano
Alice Leite Pereira da Silva	Conservatório de Música	violino
Alice Ribeiro Jacques	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Alice Souto de Oliveira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Alvaro de Barros de Figueiredo	Conservatório de Música	piano
Aminta Brodt	Conservatório de Música	piano
Andreé Aaron	Conservatório de Música	violino
Angireto Bier	Escola de Arte	pintura
Anna Isabel Barreto	Conservatório de Música	canto
Antonieta Travassos	Escola de Arte	pintura
Antonina Perfeito Ferreira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Antonio da Fontoura Barreto	Escola de Arte	pintura
Antonio Viríssimo Ribeiro	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Arieta Vieira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Aurora Sisson	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Benevenuta Ribeiro Jacques	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)

Bernardete Perfeito Ferreira	Conservatório de Música	piano
Carlos de Souza Daltro	Conservatório de Música	flauta
Celso de Barros Figueiredo	Conservatório de Música	violino
Clelia Barreto Leite	Conservatório de Música	canto
Conceição Perfeito Ferreira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Corina Vieira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Dalila Leão	Escola de Arte	pintura
Darcyla de Moura Toscano (Darcylla Toscano)	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Dinah Assumpção	Conservatório de Música	canto
Dóra Fagundes de Mello	Conservatório de Música	piano
Dóra Souto de Oliveira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Edith Ramos	Conservatório de Música	piano
Edmundo Dreher	Conservatório de Música	piano
Egida Lobisco	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Elisa Michelena	Conservatório de Música	piano
Elmonda Maya de Castilho	Conservatório de Música	piano
Elvira Correa Barbosa	Conservatório de Música	piano
Enedino Nunes Pereira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Erica Dörken	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Ernestina Meditsch (Ernestina Meditich)	Conservatório de Música	piano
Ernestina Suppo	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Esther Eichenberg	Conservatório de Música	piano
Etelvina Braga Barreto	Conservatório de Música	piano e canto
Eugenia Cintra	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Eutrópio Cardoso (Euttápio Cardoso)	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Fernando Franco Netto	Conservatório de Música	violino
Francellina Bento da Silva	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Girafleé Matto	Escola de Arte	pintura
Guilhermina Gölstorff	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Heitor Rodrigues de Almeida	Conservatório de Música	violino
Hilda Laterback	Conservatório de Música	piano
Hilda Ludwig	Conservatório de Música	piano
Hilda Pereira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Honorina Correa Barbosa	Conservatório de Música	violino
Horondina Pereira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Isabel Corrêa Barbosa	Escola de Arte	pintura
Jandyra Nunes Pereira	Conservatório de Música	piano
João Anderson	Conservatório de Música	flauta
Joaquina de Carvalho Vianna	Conservatório de Música	violino
José de Almeida Martins Costa	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
José Lubianca	Conservatório de Música	piano
Judith Levvy	Conservatório de Música	piano
Judith Ramos	Conservatório de Música	piano
Julia Peixoto Costa	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)

Julieta Gadolfim	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Ladislau da Rocha Andrade	Conservatório de Música	violino
Lucia Reinecken	Conservatório de Música	piano
Maria Beltrão da Silveira	Conservatório de Música	piano
Maria José Klausen	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Maria Peixoto Costa	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Mariá Sisson	Conservatório de Música	piano
Marina Azevedo	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Miguelina Rodrigues de Araujo	Conservatório de Música	piano
Nair Braga Sgrillo	Conservatório de Música	piano
Ocarlina Telles	Conservatório de Música	piano
Olga Abbott	Conservatório de Música	violino e canto
Olinda Sommer	Conservatório de Música	piano
Olympia Ossig da Fonseca Filha (Olimpia Ossig da Fonseca)	Conservatório de Música	piano
Ondina Braga Sgrillo	Conservatório de Música	piano
Ondina Dutra Soares	Conservatório de Música	piano
Orabuena Amiel	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Oswaldo Francisco da Silva	Conservatório de Música	violino
Oswaldo Pedreira	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Pedro Alfredo Blanck	Conservatório de Música	flauta
Sylvio Barbedo	Escola de Arte	pintura
Thalia Leão	Conservatório de Música	piano e canto
Thilda Leão	Conservatório de Música	violino
Thiosolo Roberto Bonet	Conservatório de Música	violino
Valentina Maria de Moraes	Conservatório de Música	piano
Vicente Cardoso	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Waldemar Barbedo	Conservatório de Música	violino
Walter de Campos Birnfeld	Conservatório de Música	flauta
Wanda de Campos Birnfeld	Conservatório de Música	violino
Zaida Granja	Conservatório de Música	piano

1911

Nome do Aluno	Órgão	Curso / Aula
Adelma Peixoto	Conservatório de Música	piano
Albertina Brandão	Conservatório de Música	piano
Alcindo Nunes Pereira	Conservatório de Música	violino
Alice da Silva Nunes	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Alice Domingues Campos	Escola de Arte	pintura
Alice Leite Pereira da Silva (Alice Leite Pereira)	Conservatório de Música	violino
Aminta Brodt	Conservatório de Música	piano
Andreé Aaron	Conservatório de Música	violino
Anna Gustavina Gonçalves	Conservatório de Música	piano

Anna Isabel Barreto	Conservatório de Música	canto
Anna Reichardo	Conservatório de Música	piano
Antonetta Carvalho	Conservatório de Música	piano
Antonietta Travassos	Escola de Arte	pintura
Branca Mattos Guimarães	Conservatório de Música	piano
Celia de Andrade	Conservatório de Música	piano
Celina Debize Gonçalves	Conservatório de Música	piano
Celina Semiramis Rodrigues	Conservatório de Música	piano
Clelia Barreto Leite	Conservatório de Música	canto
Cleonice de Andrade	Conservatório de Música	violino
Clothilde Alves Costa	Conservatório de Música	piano
Dalila Leão	Escola de Arte	pintura
Delfina Rodrigues de Farias	Conservatório de Música	piano
Dinah Assumpção	Conservatório de Música	piano
Djudith Domingues Campos	Escola de Arte	pintura
Edgar Sager	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Edilia Alfama Cardoso	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Elisa Michelena	Conservatório de Música	piano
Elmonda Maya de Castilho (Elmonda Maia de Castilho)	Conservatório de Música	piano
Emília Sá	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Enedino Nunes Pereira	Conservatório de Música	piano
Erica Dörken	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Etelvina Braga Barreto	Conservatório de Música	canto e piano
Eugenia Masson	Conservatório de Música	piano
Felisiana de Almeida	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Fernando Franco Netto	Conservatório de Música	violino
Guilhermina Gölstorff	Conservatório de Música	violino
Heitor Rodrigues de Almeida	Conservatório de Música	violino
Herondina Pereira	Conservatório de Música	piano
Hilda Lanterbuch	Conservatório de Música	piano
Hilda Pereira	Conservatório de Música	piano
Ilsa Doglia	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Ilsa Sperb	Conservatório de Música	piano
Irma Dörken	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Isabel Corrêa Barbosa	Escola de Arte	pintura
Jandyra Nunes Pereira	Conservatório de Música	piano
Joaquina de Carvalho Vianna	Conservatório de Música	violino
Judith Levvy	Conservatório de Música	canto
Lenira Brochado	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Lucia Reinecken	Conservatório de Música	piano
Lucília Fernandes da Rocha	Escola de Arte	pintura
Luiz de Carvalho	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Lydia Kaiser	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Maria Beltrão da Silveira	Conservatório de Música	piano

Maria Emilia Bandeira	Escola de Arte	pintura
Maria Francellina Bento da Silva	Conservatório de Música	piano
Maria Mattos Guimarães	Conservatório de Música	piano
Mariá Sisson	Conservatório de Música	solfejo (2º ano)
Marina Azevedo	Conservatório de Música	canto
Mario Barbosa	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Miguelina Rodrigues de Araujo	Conservatório de Música	piano
Nair Braga Sgrillo	Conservatório de Música	piano
Odyla Aragão	Conservatório de Música	violino
Ondina Braga Sgrillo	Conservatório de Música	piano
Ondina Dutra Soares	Conservatório de Música	piano
Orcelina Alfama Cardoso	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Oswaldo Pedreira	Conservatório de Música	solfejo (2º ano)
Pedro Lopes	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Pedro Tourinho	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)
Reynaldo Baptista de Moura	Escola de Arte	pintura
Ruth Silva	Conservatório de Música	piano
Thalia Leão	Conservatório de Música	canto e violino
Tilda Leão	Conservatório de Música	violino
Thiosolo Roberto Bonet (Theocilo Roberto Bonnet)	Conservatório de Música	violino
Yvany Fildinann	Escola de Arte	pintura
Zaida Granja	Conservatório de Música	canto
Zilda Rodrigues de Almeida	Conservatório de Música	solfejo (1º ano)

APÊNDICE B- Modelo de descrição**1 É Área de Identificação**

1.1 - Código de Referência

BR RS AHIA LM01

1.2 . Título

Livro de matrícula do Instituto de Bellas Artes nº 01

1.3 . Data(s)

1908-1911

1.4 . Nível de descrição

Subsérie: Controle de Curso/ Matrícula

1.6 . Dimensão e suporte

Textual, encadernação, tamanho A2, 200 folhas.

2 É Área de contextualização

2.1 . Nome do produtor

Instituto de Bellas Artes.

2.2 . História administrativa

O Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi fundado, em 22 de abril de 1908, com a denominação de Instituto Livre de Belas Artes . ILBA. A Comissão Central responsável pela sua fundação era formada pelo Doutor Carlos Barbosa Gonçalves Presidente do Estado; Dr. Olinto de Oliveira, professor da Faculdade de Medicina; José de Araujo Vianna, maestro; Libindo Ferrás, pintor; José Morini, violinista; Julieta Felizardo Leão, professora e Olinta Braga e Amalia Iracema, cantoras; além dos senhores Dr. João Birnfeld, Rodolpho Ahrons, Cirne Lima, Plinio Alvim, José Montaury, Possidonio Cunha, Joaquim Birnfeld, Gonçalves de Almeida, Caldas Junior, Coronel Carlos Campos, Coronel Carlos Pinto, Capitão-tenente Octavio de Lima e Silva, José Gertum, João Petersen, Ambrosio Archer, Guilherme Pfeiffer, Aurelio Bittencourt, Ezequiel

Ubatuba e Carvalho Freitas. Destes, à exceção do primeiro e do último, todos os demais vieram a compor a Comissão Central, responsável pela organização e funcionamento do instituto, sendo eleitos para dirigi-la os senhores Dr. Olinto de Oliveira (Presidente), Ezequiel Ubatuba (Secretário) e Guilherme Pfeiffer (Tesoureiro).

O 1º Estatuto foi aprovado, em 14 de agosto de 1908. Nele constava que o ILBA deveria, obrigatoriamente, ser formado por dois órgãos distintos: o Conservatório de Música e a Escola de Artes, cada um deles com seu diretor técnico.

O primeiro a iniciar suas atividades foi o Conservatório de Música, que abriu suas portas, em cinco de julho de 1909, sob a direção do maestro Araújo Viana. Oferecia os cursos de teoria musical, canto, instrumentos e harmonia e composição.

A Escola de Artes iniciou suas atividades, em 10 de fevereiro de 1910, dirigida por Libindo Ferraz, voltada para o ensino e o estudo teórico e prático das Artes Plásticas, envolvendo os cursos de pintura, escultura, arquitetura e artes de aplicação industrial.

O Instituto funcionou com estes dois departamentos até 1934, ano no qual passou a integrar a recém criada Universidade de Porto Alegre (UPA), juntamente com os seguintes estabelecimentos: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Neste mesmo ano, sua denominação foi alterada para Instituto de Belas Artes (IBA).

Em 1936, a Escola de Artes e o Conservatório de Música passaram a denominar-se, respectivamente, Curso de Artes Plásticas e Curso de Música da UPA.

O IA teve muitas idas e vindas até ser definitivamente integrado à UFRGS. Em 5 de janeiro de 1939, o governo estadual desanexou o IBA da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). A alegação foi a falta de reconhecimento federal dos cursos oferecidos e as instalações inadequadas. Em 20 de maio de 1941, o governo reconheceu os cursos de Música e Artes Plásticas do IBA e, com esforço do corpo docente e ajuda popular, construiu um novo edifício para se instalar, inaugurado em 1943.

Em 1944, há uma nova tentativa de integração do Instituto à URGS, porém esse processo sofreu entraves para sua consecução, um deles foi a criação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, reconhecidos em 1945. Como resultado dessa rebeldia o IBA foi desincorporado novamente da universidade.

Em 1945, a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) criou o departamento cultural de extensão universitária da Faculdade de Filosofia, o qual originou o atual Departamento de Artes Dramáticas do Instituto de Artes. Neste mesmo ano, por iniciativa do executivo estadual, o IBA foi reintegrado à Universidade.

Em 1946, o Reitor da URGS comunicou ao Conselho Universitário a desanexação do Instituto de Belas Artes da Universidade. Com isso, o governo estadual publicou novo decreto, tornando sem efeito o decreto anterior que havia anexado o Instituto.

Em 1948, o IBA foi novamente reincorporado à Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) por iniciativa do governo do estado. Esta mesma lei determinou a fusão dos cursos de Arquitetura do IBA e da Escola de Engenharia da URGS, criando a Faculdade de Arquitetura. Após protestos, o governo estadual recuou e o IBA foi desincorporado pela quarta vez da Universidade.

Em 1950, com a federalização da Universidade do Rio Grande do Sul, a qual passa a chamar-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) há uma nova anexação do IBA. Contudo o Decreto Federal nº 1254 remete os cursos de Artes Plásticas e Música do IBA para o Sistema Estadual de Ensino Superior Supletivo, o que significou uma quinta exclusão do IBA da universidade. Em 1951, houve, ainda, uma sexta tentativa de ingresso do Instituto à universidade que não chegou a se consumar.

Em 1962, o IBA foi integrado definitivamente à UFRGS e, por decisão da congregação, passou a denominar-se Escola de Artes.

Com a Reforma Universitária, em 1968, o Instituto passou a funcionar com três departamentos: Departamento de Artes Visuais (DAV), Departamento de Música (DEMUS) e Departamento de Arte

Dramática (DAD), oriundo da Faculdade de Filosofia, assumindo a denominação de Instituto de Artes (IA).

A partir da década de 1980, o IA passou a contar com Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. O curso de Música foi o primeiro, criou o curso de Mestrado, em 1987, e o Doutorado, em 1995. Na década seguinte, foi a vez dos Cursos de Mestrado, em 1991, e Doutorado, em 1999, em Artes Visuais serem criados. Em 2007, foi implantado o programa de pós-graduação *stricto sensu* em Artes Cênicas.

O Departamento de Artes Visuais oferece os cursos de Bacharelado em História da Arte, Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais; o Departamento de Arte Dramática oferece o curso de Graduação em Teatro e o Departamento de Música oferece os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Música.

Durante o período letivo, o IA oferece diversas atividades culturais, com entrada franca nos espaços que mantém, como: a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, o *Auditorium* Tasso Corrêa, a Sala Alziro Azevedo (teatro do Departamento de Arte Dramática) e Sala Qorpo Santo (teatro universitário).

2.3 . História arquivística

Em 107 anos de atividades ininterruptas, o IA reuniu e produziu uma rica documentação que reproduz, com suficiência de dados, a memória viva da instituição, detentor, de preciosos documentos que constituem fontes importantes para a pesquisa, seja ela acadêmica, seja de leigos. Nos seus documentos estão registrados os primórdios da Universidade no Rio Grande do Sul e toda a política cultural do sul do Brasil.

O arquivo do IA é o mais antigo e mais completo arquivo que trata sobre o ensino continuado e sistematizado das artes no sul do Brasil, sem esquecer as atividades de pesquisa e extensão desta área do conhecimento.

Todos os documentos produzidos ou recebidos pelo Instituto de Artes da UFRGS, ou relativos a ele, datados entre 22 de abril de

1908, data na qual o Instituto é instalado, e 30 de novembro de 1962, quando o IA é, de forma definitiva, integrado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, são considerados de guarda permanente por terem valor histórico. Entre estes documentos há preciosidades para a história das artes do Rio Grande do Sul, como as atas dos primeiros anos do instituto, os livros de matrículas iniciais, os catálogos de exposições, os programas de audição, os cadernos de viagens e os álbuns de fotografias de professores.

A origem do arquivo do IA remonta a 1908, a partir do momento em que foi aprovado o primeiro estatuto do Instituto Livre de Bellas Artes, o qual determinou como atribuição da secretaria lavrar e arquivar as atas das sessões da Comissão Central, da Diretoria e dos Conselhos Técnicos.

Esta determinação foi referendada pelo Regulamento, aprovado em 1922, o qual determina o arquivamento de todos os papéis findos processados pelo Instituto.

O Regulamento do ILBA descreveu, pela primeira vez, as competências do arquivo, que eram a guarda e conservação dos papéis e documentos findos, os quais deveriam ser organizados e catalogados, de modo a serem encontrados com rapidez.

No Regulamento de 1951, o arquivo surge como uma seção autônoma dentro da organização administrativa do Instituto, diretamente ligada à Direção. Este Regulamento firma o arquivo como uma seção especializada no corpo administrativo do Instituto, acrescentando às funções do arquivo, atribuições de extrema relevância para o exercício das atividades da instituição.

Já no Regimento de 1971, o arquivo voltou a ser subordinado à Secretaria Geral, contudo apareceu, pela primeira vez, o cargo de arquivista entre o quadro de servidores administrativos.

Por fim, o último Regimento Interno do Instituto de Artes, aprovado em 11 de outubro de 2007, descreve o arquivo como sendo diretamente ligado à Direção da Unidade acadêmica.

Ao longo do tempo, as sucessivas administrações do Instituto de Artes foram redigindo novos Estatutos e Regulamentos, visando o

aperfeiçoamento da estrutura administrativa da instituição, mas sempre colocando em evidência as funções do arquivo, o que demonstra a preocupação do IA com a sua documentação desde os seus primórdios.

Infelizmente, isto não foi suficiente, pois havia falta de pessoal qualificado, falta de espaço físico adequado, entre outras dificuldades. Assim, a guarda e conservação dos documentos do IA foram relegados a segundo plano. Neste período, muitos documentos tiveram sua integridade física comprometida por culpa das más condições de armazenamento e manuseio.

No início da década de 1980, houve a contratação de um profissional arquivista para o IA. Este profissional elaborou um projeto para organização da documentação do IA, mas não pôde executá-lo. Em 1984, foi realizado um novo estudo que traçou um diagnóstico da situação em que o arquivo do IA se encontrava naquele ano. Neste documento foi apresentada uma visão geral das condições do acervo: tipos de documentos, métodos de arquivamento, quantidades, estado de conservação, acondicionamento, equipamentos e mobiliários existentes (ou a falta deles), infraestrutura, espaço físico, formas de recuperação da informação e instrumentos de busca.

Pelas informações contidas neste relatório, é possível visualizar o quadro caótico em que se encontrava o acervo do IA, apesar do esforço feito pelos servidores da época para preservar esta documentação de extraordinário valor histórico, cultural, testemunhal e probatório para os pesquisadores e usuários do arquivo. Não foram encontrados indícios de que houve uma ação efetiva que viesse a resolver pelo menos parte dos problemas diagnosticados.

Isto fica evidente porque, em 1990, há outro documento que fala sobre a proposta, apresentada por uma empresa de consultoria em arquivo, de elaboração de outro projeto de organização do arquivo. Neste documento são elencados os passos necessários para a efetiva transformação da massa documental acumulada em um

arquivo organizado e funcional, contudo não há evidências de que tenha sido colocado em prática.

O marco definitivo para a preservação do acervo documental do IA se deu com o início da pesquisa de doutorado do professor Círio Simon em 1995. Ao buscar elementos para embasar sua pesquisa, deparou-se com as inadequadas condições do local que abrigava o arquivo, assim como com o estado da documentação. Como resultado, o referido professor inicia uma árdua batalha.

Em 1997, Simon encaminhou uma carta à diretora do IA, professora Sandra Dani, solicitando providências para uma intervenção mais efetiva no arquivo do IA, sob o risco deste desaparecer para sempre, após sofrer mais uma inundação.

Em julho de 1998, a professora e arquivista Ana Regina Berwanger elaborou um diagnóstico da situação do arquivo do Instituto de Artes. Nele, concluiu que a situação do arquivo era precaríssima e de alto grau de deterioração, apresentando a sala do arquivo riscos graves de sinistros como incêndio e inundações, contaminação por fungos e bactérias, alto nível de umidade no ambiente, muita sujeira e detritos e a mais completa desorganização. Como conclusão foi enfatizada a necessidade urgente da transferência da documentação para um local mais adequado ao armazenamento do acervo, única medida capaz de sustar o acelerado processo de deterioração dos documentos.

Como consequência, foi solicitada a transferência, em caráter emergencial, da documentação do arquivo para o prédio do Instituto de Ciências Básicas de Saúde (ICBS). Isto aconteceu no ano de 1999. O Arquivo Histórico do Instituto de Artes recebeu três salas no segundo andar do prédio do ICBS, divididas, atualmente, em: sala do acervo, sala de trabalho e sala de pesquisa.

Em 2000, o IA firmou um convênio com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) para contratar um profissional da área de arquivos para intervir no acervo. Vários projetos foram apresentados, sendo contemplado aquele

apresentado pela arquivista Medianeira Pereira Goulart. Neste mesmo ano iniciou suas atividades.

A primeira preocupação da arquivista foi a de tentar dar condições mínimas de tratamento aos documentos atingidos pelas inundações ocorridas, quando o arquivo se encontrava no subsolo do prédio do IA.

No ano de 2008, houve a aquisição e instalação de arquivos deslizantes para o arquivamento da documentação histórica.

Outras ações foram a implantação da gestão documental em todos os departamentos e setores do IA; a organização e recuperação do acervo histórico; a parceria com o curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) para a realização de estágios curriculares e voluntários dos alunos; a criação de um e-mail corporativo (ahia@ufrgs.br), para facilitar o atendimento aos pesquisadores e a elaboração do site do arquivo. Durante todo o tempo, procurou-se dar prioridade ao atendimento ao pesquisador que é o principal cliente do arquivo.

O acervo do arquivo foi exposto a diversos agentes de deterioração, como incêndio, alagamento, agentes biológicos, entre outros, que causaram perdas significativas ao patrimônio documental da instituição. Apesar disso, o arquivo do IA tem se mantido fiel ao seu propósito de custodiar o patrimônio documental gerado e recebido pelo IA no decorrer de suas atividades ao longo do tempo.

O Arquivo Histórico do Instituto de Artes tem se mostrado firme em seus propósitos de preservar e divulgar a história e a memória das artes no Rio Grande do Sul e no Brasil, subsidiando a produção científica nesta área.

Constitui-se hoje em um centro de pesquisa sobre a cultura artística do estado do Rio Grande do Sul, além de ser uma importante fonte de informações para a administração em suas tomadas de decisões, pois, além da documentação histórica, o AHIA também é responsável pela guarda e arquivamento da documentação de caráter intermediário do IA, oriunda da Direção, dos departamentos

de Música, Artes Visuais e Arte Dramática e dos programas de Pós-Graduação do instituto.

2.4 . Procedência

Direção, Setores Administrativos e Departamentos de Música, Artes Visuais e Arte Dramática do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3 É Área de conteúdo e estrutura

3.1 . Âmbito e conteúdo

Este livro de registro de matrículas abrange as matrículas efetuadas no Conservatório de Música e na Escola de Artes do Instituto de Bellas Artes do período de 1908 a 1911.

3.2 . Avaliação, eliminação e temporalidade

Este documento é considerado de guarda permanente por se encontrar dentro do período considerado histórico pelo Instituto de Artes.

3.3 . Incorporações

Não há previsão de incorporações.

3.4 . Sistema de arranjo

Os documentos estão organizados de acordo com as séries estabelecidas pelo Quadro de Arranjo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes. A ordenação dos verbetes é cronológica.

Fundo: Instituto de Artes, Subfundo: Administração Geral, Série: Controle de Cursos, Subsérie: Matrícula.

4 É Área de condições de acesso e uso

4.1 . Condições de acesso

Sob consulta. Os documentos de caráter permanente não são passíveis de empréstimo, liberados somente para consulta local. Os documentos danificados não são liberados para consulta.

4.2 . Condições de reprodução

Sob consulta, a documentação é passível de digitalização e fotografia.

Quaisquer despesas com a reprodução são por conta do pesquisador.

4.3 - Idioma

Português do Brasil.

4.4 . Características físicas e requisitos técnicos

Documentação manuscrita e em forma de livro encadernado.

Em função da caligrafia, pode exigir, em alguns casos, conhecimentos de paleografia.

Em função dos danos sofridos pela ação do tempo, requer cautela para seu manuseio.

4.5. Instrumentos de pesquisa

Não há nenhum instrumento de pesquisa elaborado até esta data.

5 É Área de fontes relacionadas

5.1 . Existência e localização de originais

Documentos originais. Encontram-se no Arquivo Histórico do Instituto de Artes.

5.2 . Existência e localização de cópias

Não há cópias desta documentação.

5.3 . Unidades de descrição relacionadas

Não há.

5.4 . Notas sobre publicação

Não há.

6 É Área de Notas

6.1 . Notas sobre conservação

Os documentos estão em estado de conservação regular, apresentando sujidades, furos, manchas, enfraquecimento do suporte, esmaecimento, podendo necessitar de pequenos reparos.

6.2 . Notas gerais

Não há.

7 É Área de controle de descrição**7.1 . Nota do arquivista**

Arquivista Carmen Lucia Borges Teixeira Valenti

7.2 . Regras ou convenções

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística, Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 . Data da descrição

2015.

8 É Área de pontos de acesso e indexação de assuntos**8.1 . Pontos de acesso e indexação de assuntos**

Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Música; Artes Plásticas; ArtesVisuais; Educação; Educação Superior.

ANEXO A É Estrutura da NOBRADE

1 Área de identificação: onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição. Seus elementos são:

1.1 Código de referência: elemento de uso obrigatório, pois se constitui como um dos principais pontos de acesso e recuperação da informação. Deve-se registrar o código do país, o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição.

1.2 Título: elemento de uso obrigatório, destinado à identificação nominal da unidade de descrição. Deve-se registrar o título original de acordo com o nível de descrição que está sendo realizado: nome da entidade; fundo; estrutura administrativa; etc.

1.3 Data(s): elemento de uso obrigatório, indicado para informar a(s) data(s) da unidade de descrição, ou seja, a(s) data(s) de produção dos documentos.

1.4 Nível de descrição: elemento de uso obrigatório, onde se deve registrar e identificar o nível da unidade de descrição: nível 0 = acervo da entidade custodiadora; nível 1 = fundo ou coleção; nível 2 = seção; nível 3 = série; nível 4 = dossiê ou processo; nível 5 = item documental. Admitem-se também os níveis intermediários: nível 0,5 = acervo da subunidade custodiadora; nível 2,5 = subseção; nível 3,5 = subsérie.

1.5 Dimensão e suporte: elemento de uso obrigatório, indicado para identificar as dimensões físicas ou lógicas da unidade de descrição, relacionando esse dado ao respectivo suporte. Esse elemento constitui informação estratégica para planos de pesquisa e de gestão de acervos.

2 Área de contextualização: onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição. Seus elementos são:

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es): elemento de uso obrigatório, indicado para o registrar a(s) forma(s) normalizada(s) do(s) nome(s) da(s) entidade(s) produtora(s) da unidade de descrição. A indicação do nome do produtor corresponde à afirmação do princípio da proveniência, devendo apresentar-se em consonância com outros elementos de descrição utilizados.

2.2 História administrativa/Biografia: associado ao elemento produtor, este é indicado para o registro de maneira concisa de informações relacionadas à

história da entidade coletiva, família ou pessoa produtora da unidade de descrição.

2.3 História arquivística: indicado para o registro de informações que identifiquem a natureza da acumulação do acervo, assim como transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição.

2.4 Procedência: indicado para identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição, ou seja, informações que contextualizam o ingresso da unidade de descrição na entidade custodiadora.

3 Área de conteúdo e estrutura: onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição. Seus elementos são:

3.1 Âmbito e conteúdo: indicado para fornecer informações relevantes ou complementares ao Título, de acordo com o nível, o âmbito (contexto histórico e geográfico) e o conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: indicado para fornecer informações relativas às ações e critérios adotados para avaliação, seleção e eliminação ocorridas ou planejadas para a unidade de descrição. Recomenda-se que também sejam registradas informações referentes à destinação, prazos de guarda e datas para o cumprimento das ações previstas.

3.3 Incorporações: indicado para o registro de informações sobre incorporações previstas de documentos, informando uma estimativa de suas quantidades e frequência, à unidade de descrição.

3.4 Sistema de arranjo: indicado para o registro de informações sobre a organização da unidade de descrição, especialmente em relação ao estágio de tratamento técnico, à estrutura de organização ou sistema de arranjo e à ordenação.

4 Área de condições de acesso e uso: onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição. Seus elementos são:

4.1 Condições de acesso: elemento de uso obrigatório nos níveis 0 e 1. Indicado para fornecer informações sobre a existência ou não de dispositivos, norma legal ou administrativa, de restrição de acesso à unidade de descrição.

Recomenda-se a padronização dos tipos de restrição. Os mais comuns são: acessível somente por microfilme, acessível somente por meio eletrônico, documentos sigilosos, estado de conservação, necessidade de autorização, necessidade de organização, em processamento técnico, necessidade de prévio aviso, necessidade de titulação, necessidade de vinculação acadêmica ou institucional do usuário, razões judiciais ou condições impostas na doação, transferência ou recolhimento.

4.2 Condições de reprodução: indicado para fornecer informações quanto à existência de restrições gerais ou específicas quanto à reprodução, uso ou divulgação da unidade de descrição.

4.3 Idioma: indicado para identificar o(s) idioma(s), escrita(s) e sistemas de símbolos utilizados na unidade de descrição, assim como a existência de documentos cifrados ou de abreviaturas incomuns.

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: indicado para fornecer informações sobre quaisquer características físicas, requisitos técnicos ou problemas decorrentes do estado de conservação importantes que afetem o uso da unidade de descrição, e que impliquem na utilização de equipamentos ou *softwares* especiais.

4.5 Instrumentos de pesquisa: indicado para informar a existência de outros instrumentos de pesquisa em vigor, publicados ou não e/ou eletrônicos, relativos à unidade de descrição.

5 Área de fontes relacionadas: onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição. Seus elementos são:

5.1 Existência e localização dos originais: indicado para fornecer informações sobre a existência ou não, e a localização dos originais de uma unidade de descrição constituída por cópias, independente se pertencem ou não à entidade custodiadora.

5.2 Existência e localização de cópias: indicado para fornecer informações sobre a existência e localização de cópias da unidade de descrição, pertencente ou não à entidade custodiadora, bem como sua forma de recuperação.

5.3 Unidade de descrição relacionadas: indicado para informar sobre a existência de unidades de descrição que sejam relacionadas por proveniência ou outra (s) forma(s) de associação na mesma entidade custodiadora ou em qualquer outra.

5.4 Nota sobre publicação: indicado para fornecer informações quanto às referências bibliográficas de publicações sobre a unidade de descrição ou elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzem.

6 Área de notas: onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha nas áreas anteriores. Seus elementos são:

6.1 Notas sobre conservação: indicado para o registro de informações sobre o estado de conservação, preservação e/ou restauro referentes à unidade de descrição. Este elemento não existe na ISAD(G).

6.2 Notas gerais: indicado para o registro de informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas ou que se destine a completar informações que já tenham sido fornecidas.

7 Área de controle da descrição: onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada. Seus elementos são:

7.1 Nota do arquivista: indicado para fornecer informações referentes à elaboração da descrição, bem como a validação das informações prestadas na descrição, as fontes utilizadas e os nomes dos profissionais envolvidos no trabalho.

7.2 Regras ou convenções: indicado para fornecer informações sobre as regras e/ou convenções utilizadas na elaboração da descrição, servindo também para validação das informações prestadas na descrição.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): indicado para fornecer informações referentes à data de preparação, revisões ou alterações da descrição, servindo para a contextualização da mesma.

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos: onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

8.1 *Pontos de acesso e indexação de assuntos*: indicado para identificar os pontos de acesso importantes para a recuperação do conteúdo de elementos de descrição, assim como elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e vocabulário adotado.

ANEXO B - Código de Identificação do Arquivo Histórico do Instituto de Artes como entidade custodiadora de acervos arquivísticos

--

Conarq - Arquivo Nacional

--

Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Seção: Rio Grande do Sul

CODEARQ	BR RSAHIA
Nome da Instituição:	Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Vinculação Administrativa:	Subordinado diretamente à Direção do Instituto de Artes
Endereço:	Rua Sarmento Leite, 500 - sala 114 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP. 90050-170
Telefones:	(51) 3308-3391 / (51) 3308-3563
E-mail:	ahia@ufrgs.br
Site:	http://www6.ufrgs.br/artes/arquivo/
Ano de Criação:	1908
Missão Institucional:	Preservar e disponibilizar a memória institucional. Subsidiar a pesquisa inclusive através do site do arquivo.
Caracterização do Acervo:	O acervo está constituído pela documentação recebida e produzida pelo Instituto de Bellas Artes do Rio Grande do Sul, no período de 1908 até 1962. Constitui-se de um fundo fechado, que compreende a documentação da Administração Geral, do Conservatório de Música, da Escola de Artes, do Curso de Arquitetura e Urbanismo e curso de Arte Dramática. Atualmente, engloba a documentação do Instituto de Artes e seus departamentos- Arte Dramática, Música, Artes Visuais.
Condições de acesso aos documentos:	Há restrição de acesso aos documentos em precário estado de conservação
Dia e horário de atendimento:	De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h30
Serviços:	Reprodução eletrostática, fotográfica e digital.

ANEXO C É Quadro de Arranjo do AHIA/UFRGS

Entidade Custodiadora: Universidade federal do Rio Grande do Sul

Fundo: **Instituto de Artes**

1 Subfundo: **Administração**

1.1 Pessoal

1.1.1. Recrutamento e Seleção (Concursos)

1.1.1.1. Atas

1.1.1.2. Concurso para provimento de cátedras

1.1.2. Controle de Pessoal

1.1.2.1. Livro Ponto

1.1.2.2. Registro de Contratos

1.1.2.3. Títulos e Nomeações

1.2 Contabilidade

1.2.1. Propostas Orçamentárias

1.2.2. Prestação de Contas

1.3 Realizações Públicas

1.3.1. Eventos (organizados fisicamente por evento)

1.3.1.1. Comissão Organizadora

1.3.1.2. Decretos, Leis, Regulamentos

1.3.1.3. Convites

1.3.1.4. Programas

1.3.1.5. Inscrições

1.3.1.6. Catálogos

1.3.1.7. Divulgação

1.3.1.8. Livro de Visitas

1.3.1.9. Discursos e Teses

1.4 Organização e Funcionamento

1.4.1. Atos Normativos

1.4.2. Administração Central [?]

1.4.2.1. Comissão Central

1.4.2.1.1. Relatórios

- 1.4.2.2. Diretoria
 - 1.4.2.2.1. Relatórios
 - 1.4.2.2.2. Atas
- 1.4.2.3. Congregação de Professores
 - 1.4.2.3.1. Atas
 - 1.4.2.3.2. Convocações
 - 1.4.2.3.3. Controle de Presenças

1.5 Patrimônio

- 1.5.1. Imóveis
- 1.5.2.

1.6 Comunicação

- 1.6.1. Correspondências Recebidas
- 1.6.2. Correspondências Expedidas
- 1.6.3. Comunicação Interna

1.7 Controle de Cursos

- 1.7.1. Matrículas
 - 1.7.1.1. Requerimento de Matrícula
 - 1.7.1.2. Cancelamento

2 Subfundo: **Departamento de Música**

2.1 Vida Acadêmica

- 2.1.1. Registro de Notas (Médias)
- 2.1.2. Controle de frequência
- 2.1.3. Termos de Conclusão de Cursos
- 2.1.4. Registro de Diplomas
- 2.1.5. Histórico
- 2.1.6. Dossiês de Alunos

2.2 Controle de Cursos

- 2.2.1. Administração de Departamento
 - 2.2.1.1. Atas do Departamento
 - 2.2.1.2. Programas de Disciplinas
 - 2.2.1.3. Atos Normativos
 - 2.2.1.4. Relatórios
- 2.2.2. Concurso de Habilitação

2.2.2.1. Termos de Exames

2.2.2.2. Programas

2.2.2.3. Inscrições

2.2.2.4. Relatórios

2.2.3. Matrículas

2.2.3.1. Requerimento de Matrícula

2.2.3.2. Cancelamento

2.2.4. Docentes

2.2.4.1. Livro Ponto

2.2.4.2. Termos de Posse

2.2.4.3. Readaptação de Professores

2.2.4.4. Títulos e Nomeações

2.2.4.5. Produção Docente

2.2.4.6. Dossiês de Professores

2.2.4.7. Diários de Classe

2.2.5. Exames

2.2.5.1. Editais

2.2.5.2. Termos de Realização de Exames

2.2.5.3. Resultados Finais

2.3 Realizações Públicas

2.3.1. Fichas de Inscrição

2.3.2. Convites

2.3.3. Programas

2.3.4. Certificados de Prêmios

2.3.5. Processos

3 Subfundo: **Departamento de Artes Visuais**

3.1 Vida Acadêmica

3.1.1. Registro de Notas (Médias)

3.1.2. Controle de frequência

3.1.3. Termos de Conclusão de Cursos

3.1.4. Registro de Diplomas

3.1.5. Histórico

3.1.6. Dossiês de Alunos

3.2 Cursos

3.2.1. Administração de Departamento

- 3.2.1.1. Atas do Departamento
- 3.2.1.2. Programas de Disciplinas
- 3.2.1.3. Atos Normativos
- 3.2.1.4. Relatórios

3.2.2. Concurso de Habilitação

- 3.2.2.1. Termos de Exames
- 3.2.2.2. Programas
- 3.2.2.3. Inscrições
- 3.2.2.4. Relatórios

3.2.3. Matrícula

- 3.2.3.1. Requerimento de Matrícula
- 3.2.3.2. Cancelamento

3.2.4. Docentes

- 3.2.4.1. Livro Ponto
- 3.2.4.2. Termos de Posse
- 3.2.4.3. Readaptação de Professores
- 3.2.4.4. Títulos e Nomeações
- 3.2.4.5. Produção Docente
- 3.2.4.6. Dossiês de Professores
- 3.2.4.7. Diários de Classe

3.2.5. Exames

- 3.2.5.1. Editais
- 3.2.5.2. Termos de Realização de Exames
- 3.2.5.3. Resultados Finais

3.3 Realizações Públicas

- 3.3.1. Fichas de Inscrição
- 3.3.2. Convites
- 3.3.3. Programas
- 3.3.4. Certificados de Prêmios
- 3.3.5. Processos

4 Subfundo: **Arquitetura**

4.1 Vida Acadêmica

- 4.1.1. Registro de Notas (Médias)
- 4.1.2. Controle de frequência
- 4.1.3. Termos de Conclusão de Cursos
- 4.1.4. Registro de Diplomas
- 4.1.5. Histórico
- 4.1.6. Dossiês de Alunos

4.2 Cursos

- 4.2.1. Administração de Departamento
 - 4.2.1.1. Atas do Departamento
 - 4.2.1.2. Programas de Disciplinas
 - 4.2.1.3. Atos Normativos
 - 4.2.1.4. Relatórios
- 4.2.2. Concurso de Habilitação
 - 4.2.2.1. Termos de Exames
 - 4.2.2.2. Programas
 - 4.2.2.3. Inscrições
 - 4.2.2.4. Relatórios
- 4.2.3. Matrícula
 - 4.2.3.1. Requerimento de Matrícula
 - 4.2.3.2. Cancelamento
- 4.2.4. Docentes
 - 4.2.4.1. Livro Ponto
 - 4.2.4.2. Termos de Posse
 - 4.2.4.3. Readaptação de Professores
 - 4.2.4.4. Títulos e Nomeações
 - 4.2.4.5. Produção Docente
 - 4.2.4.6. Dossiês de Professores
 - 4.2.4.7. Diários de Classe
- 4.2.5. Exames
 - 4.2.5.1. Editais
 - 4.2.5.2. Termos de Realização de Exames
 - 4.2.5.3. Resultados Finais

4.3 Realizações Públicas

- 4.3.1. Fichas de Inscrição
- 4.3.2. Convites
- 4.3.3. Programas
- 4.3.4. Certificados de Prêmios

4.4 Processos

5 Subfunção: **Departamento de Arte Dramática**

5.1 Vida Acadêmica

- 5.1.1. Registro de Notas (Médias)
- 5.1.2. Controle de Frequência
- 5.1.3. Termos de Conclusão de Cursos
- 5.1.4. Registro de Diplomas
- 5.1.5. Histórico
- 5.1.6. Dossiês de Alunos

5.2 Controle de Cursos

- 5.2.1. Administração de Departamento
 - 5.2.1.1. Atas do Departamento
 - 5.2.1.2. Programas de Disciplinas
 - 5.2.1.3. Atos Normativos
 - 5.2.1.4. Relatórios
- 5.2.2. Concurso de Habilitação
 - 5.2.2.1. Termos de Exames
 - 5.2.2.2. Programas
 - 5.2.2.3. Inscrições
 - 5.2.2.4. Relatórios
- 5.2.3. Matrículas
 - 5.2.3.1. Requerimento de Matrícula
 - 5.2.3.2. Cancelamento
- 5.2.4. Docentes
 - 5.2.4.1. Livro Ponto
 - 5.2.4.2. Termos de Posse
 - 5.2.4.3. Readaptação de Professores
 - 5.2.4.4. Títulos e Nomeações
 - 5.2.4.5. Produção Docente

5.2.4.6. Dossiês de Professores

5.2.4.7. Diários de Classe

5.2.5. Exames

5.2.5.1. Editais

5.2.5.2. Termos de Realização de Exames

5.2.5.3. Resultados Finais

5.3 Realizações Públicas

5.3.1. Fichas de Inscrição

5.3.2. Convites

5.3.3. Programas

5.3.4. Certificados de Prêmios

5.3.5. Processos